

Jorge Manuel de Sousa Vieira Repolho

CONVENTO DE SANTO AGOSTINHO DE LEIRIA
CONTRIBUTOS PARA A RECUPERAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS ESPAÇOS
REGULARES SUBSISTENTES

Orientador: Professor Doutor Virgolino Ferreira Jorge

Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e
Paisagístico apresentada à Universidade de Évora

Janeiro de 2011

ÍNDICE

RESUMO	5
INTRODUÇÃO	6
ESTADO ACTUAL DA INVESTIGAÇÃO.....	11
PARTE I – ESTUDO HISTÓRICO-ARQUITECTÓNICO	15
Capítulo 1 – ENQUADRAMENTO HISTÓRICO	15
1.1 - A ORDEM DOS AGOSTINHOS EM PORTUGAL	15
1.2 - O FUNDADOR DO CONVENTO DE SANTO AGOSTINHO, EM LEIRIA.....	25
1.3 - NOTAS HISTÓRICAS ACERCA DO CONVENTO LEIRIENSE.....	27
Capítulo 2 – DESCRIÇÃO DOS LUGARES REGULARES	33
2.1 – SITUAÇÃO E SÍTIO.....	33
2.1.1 – Razões da escolha do local.....	33
2.1.2 - Alteração da paisagem envolvente do convento.....	35
2.1.3 – Descrição da Situação actual.....	36
2.2 – PLANTA E ALÇADOS.....	39
2.2.1 – Planta.....	40
Claustro	40
Sala do Capítulo.....	42
Refeitório.....	42
Portaria.....	43
Dormitório.....	43
2.2.2 – Alçados	45
Claustro	45
Sala do Capítulo.....	46
Refeitório.....	47
Portaria.....	48
Dormitório.....	48
Capítulo 3 – HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO.....	50
3.1- INÍCIO E SEQUÊNCIA DOS TRABALHOS	50
3.1.1 - Primeira campanha de obras – 1577 até ao 1º quartel do séc. XVII	51
3.1.2 - Segunda campanha de obras - 1º Quartel do século XVII	52

3.1.3 – Terceira campanha de obras – 1803 a 1804	53
3.1.4 – Quarta campanha de obras – 1834 a 1836	54
3.1.5 – Quinta campanha de obras – 1848 a 1870	55
3.1.6 – Sexta campanha de obras – 1910 a 1919.....	56
3.1.7 – Sétima campanha de obras – 1944	57
3.1.8 – Oitava campanha de obras – 1985 a 1987.....	57
Capítulo 4 – MATERIAIS E SISTEMA CONSTRUTIVO	60
4.1 – MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO.....	60
4.1.2 – Materiais cerâmicos	61
4.1.3 – Argamassas.....	62
4.1.3 – Madeira	62
4.2 – SISTEMA CONSTRUTIVO	63
4.2.1 – Fundações	64
4.2.2 – Paredes.....	64
4.2.3 – Vãos.....	65
4.2.4 – Escadas	66
4.2.5 – Pavimentos.....	66
4.2.6 – Cobertura	67
PARTE II – CONTRIBUTOS PARA A RECUPERAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS ESPAÇOS REGULARES	
SUBSISTENTES	69
Capítulo 5 – DESCRIÇÃO DO ESTADO ACTUAL DE CONSERVAÇÃO	69
5.1 COBERTURAS.....	72
5.2 PAREDES EXTERIORES	72
5.2.1 Alçados internos.....	72
5.2.2 Alçados externos	74
5.2.3 Galerias do Claustro	75
5.3 TECTOS	78
5.3.1 Piso superior.....	78
5.3.2 Piso térreo	78
5.4 PAVIMENTOS.....	79
4.4.1 Piso superior.....	79
5.4.2 Piso térreo	79
Capítulo 6 – SUGESTÕES DE RECUPERAÇÃO E VALORIZAÇÃO	81

6.1 RECUPERAÇÃO	86
6.1.1 Resolução de anomalias estruturais	87
Fundações - consolidação e reforço	88
Elementos estruturais. Consolidação e reforço	88
6.1.2 Melhoria das condições de protecção contra a humidade.....	91
6.1.3 Resolução de patologias em elementos pétreos	100
Estratégia e metodologia de conservação	100
Limpeza	101
Consolidação	103
Protecção	106
6.1.4 Resolução de anomalias em revestimentos.....	107
Escadas.....	107
Pavimentos.....	108
Azulejos	108
Pinturas dos tectos da sala do Capítulo	109
6.2 MANUTENÇÃO	109
6.3 VALORIZAÇÃO	110
BIBLIOGRAFIA.....	115
ANEXOS	128
ANEXOS DOCUMENTAIS.....	129
ANEXOS FOTOGRÁFICOS.....	155
ANEXOS GRÁFICOS.....	181

INDICE DE ABREVIATURAS

A.N./T.T. – Arquivo Nacional – Torre do Tombo

BN – Biblioteca Nacional

B.P.A.D.L. – Biblioteca Publica e Arquivo Distrital de Leiria

CML – Câmara Municipal de Leiria

DIE – Direcção de Infra-Estruturas do Exercito

DRCC – Direcção Regional de Cultura do Centro

DGEMN – Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais

DGP - Direcção Geral do Património

FAUP – Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

FAUTL – Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa

FCTUC – Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra

FL UC – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico

IPPC - Instituto Português do Património Cultural

IPM – Instituto Português de Museus

LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil

PIDDAC - Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da
Administração Central

RESUMO

Situado no âmbito das metodologias de recuperação do património construído, o presente trabalho de investigação incide sobre os lugares regulares subsistentes do profanado convento de Santo Agostinho em Leiria, através do qual se pretende contribuir para o estabelecimento das bases metodológicas da sua recuperação e valorização.

Numa primeira parte será feito o estudo histórico-arquitectónico do conjunto conventual, partindo de um enquadramento no tempo e no espaço, e do seu estudo analítico enquanto objecto arquitectónico.

Na segunda parte será efectuada o diagnóstico do seu estado actual de conservação e serão apresentadas sugestões para a sua recuperação e valorização.

ABSTRACT

Santo Agostinho Convent in Leiria – contributions to the conservation and improvement of existing sites that have the Rule as canon.

In the context of heritage conservation methods, this research refers to the Santo Agostinho Convent in Leiria, which uses applies the Rule, and aims to present a methodological basis for its conservation and improvement.

Firstly, an historical and architectural study of the Convent will be presented, with the location and time-period of the building, and its analytical study as an architectural object.

Secondly the diagnosis of its present state of deterioration and suggestions to its rehabilitation and improvement will be proposed.

INTRODUÇÃO

Na história da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho, ou Agostinhos, o século da fundação do convento Santo Agostinho de Leiria é destacado como sendo aquele em que foi estabelecido um maior número de conventos, em Portugal e um pouco por toda a Europa. A esta circunstância não será alheio o facto de esta Ordem ter passado a desempenhar um papel de maior relevo após o Concílio de Trento.

Este convento, situado no contexto urbano da cidade de Leiria, pode ser considerado um exemplo representativo da organização social e do modo de vida dos conventos agostinhos. Porém, foram as circunstâncias históricas verificadas na época da fundação e o empenho do seu fundador, bem como a relação com o sítio e as “suas interferências indissociáveis ao nível do desenho e os requisitos da construção”¹, que contribuíram para o diferenciar dos seus congéneres, tornando-o assim num objecto único e irrepetível.

O ponto de viragem na história do convento agostinho de Leiria deu-se a partir de 1834, na sequência do decreto que extinguiu todos os mosteiros, conventos e institutos religiosos em Portugal. A ocupação para fins militares deu-se cerca de dois anos mais tarde, tendo as dependências conventuais sido ocupadas, desde então, por sucessivos regimentos. A igreja também não foi poupada e serviu, durante décadas, para arrecadação de viaturas e refeitório dos soldados. Apesar de estas circunstâncias terem provocado adulterações no conjunto edificado, devido às diversas alterações e adições introduzidas, houve, no entanto, alguma preocupação em manter a estrutura espacial e construtiva do edifício.

¹ Cf. Virgolino Ferreira Jorge, “Organização espacio-funcional da abadia cisterciense medieval - Alcobaça como modelo de análise”, in *Separata do Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, Série IV, nº95, 2º Tomo, Lisboa, 2009, p.3

Após a saída dos militares, na segunda metade do século passado, iniciou-se um processo de degradação bastante acelerado que levaria, passado pouco mais de uma década, à quase ruína do edifício. Esse foi, provavelmente, o principal motivo para que a Direcção Geral do Património, proprietária do edifício, viesse a manifestar interesse na sua demolição². Valeu por um lado a oposição da DGEMN, que, reconhecendo o valor patrimonial do edifício, deu um parecer desfavorável a essa pretensão, e por outro, a contestação de diversas entidades locais que desejavam a sua recuperação e reutilização para fins públicos, nomeadamente, para um museu. O reconhecimento oficial da importância patrimonial do conjunto conventual viria a acontecer pouco tempo depois, quando, em 1978, foi classificado como *Imóvel de Interesse Público*. Posteriormente, em 1987, foi feito o reforço das medidas de salvaguarda através da portaria que fixou o “perímetro de protecção ao Convento de Santo Agostinho e antigo Seminário”³.

Em 1986, foram realizados trabalhos de substituição de alguns elementos estruturais e revestimentos, que, apesar de terem evitado a ruína do edifício, não foram suficientes para estabilizar, e muito menos inverter, o processo de degradação do edifício. Cremos que o seu actual estado de conservação é motivo mais que suficiente para exista um total empenho por parte das entidades responsáveis numa intervenção legítima com vista à sua recuperação e valorização.

A escolha deste conjunto edificado como objecto de investigação prende-se com as nossas memórias remotas e a constante interrogação quanto às razões do seu abandono, bem como com a sua conseqüente perda de dignidade. Esta opção foi ainda motivada pelo facto de permitir a aplicação de uma metodologia segundo uma visão holística de recuperação e valorização do património arquitectónico, a qual foi

² Cf. Ofício de 2601 da DGP, de 17 de Março de 1978, dirigido à CML, a informar que tinha solicitado à DGEMN “a demolição das ruínas em causa”, *in* processo do Convento de Santo Agostinho, Câmara Municipal de Leiria.

³ Cf. Portaria nº 300/87 de 10 de Abril, Diário da República, INCM, 1987

sistematizada no curso de mestrado em que se integra a presente prova de dissertação. Com este estudo pretendemos lançar um contributo para uma proposta de recuperação e valorização dos espaços regulares do convento de Santo Agostinho de Leiria, cujos critérios e princípios gerais de intervenção foram estabelecidos tendo como referência as mais recentes recomendações e metodologias sobre conservação de monumentos. A investigação circunscreve-se aos lugares regulares do sistema conventual original, não estando incluída a igreja, a hospedaria, o sistema hidráulico nem a cerca. As razões que levaram a esta delimitação do objecto de estudo decorrem essencialmente do facto de os espaços, ou edifícios subsistentes, estarem hoje em dia absolutamente separados funcionalmente, sendo praticamente impossível a sua reunificação.

Procurámos estruturar este trabalho de forma a integrar os aspectos considerados essenciais ao nosso domínio de especialização, organizando as principais vertentes de estudo em partes distintas e autónomas entre si – história, arquitectura, materiais e sistemas construtivos e recuperação do património - mas concorrentes para um mesmo propósito.

Começaremos por abordar o estado actual da investigação já desenvolvida sobre este convento, a fim de avaliar se é justificável a realização do nosso trabalho. Numa primeira parte faremos uma análise histórico-arquitectónica que permita reconhecer o objecto de estudo e os seus antecedentes históricos. Após o enquadramento histórico dos Agostinhos em Portugal e do Convento em análise, bem como do seu fundador, apresentaremos uma descrição do conjunto edificado do ponto de vista arquitectónico, seguindo um modelo de análise fundamentado. Iniciaremos esta secção com uma aproximação à situação e ao sítio, contextualizando a implantação do edifício e as razões da escolha do local. Depois caracterizá-lo-emos ao nível de planta e alçados, descrevendo e registando, no âmbito da arquitectura, os espaços constituintes do

Convento e a forma como se interligam. Esta fase da investigação compreende, naturalmente, a recolha e tratamento de dados bibliográficos e gráficos relativos à caracterização arquitectónica do edifício, mas incide, principalmente, sobre a nossa observação e análise efectuadas no local e baseadas no modelo anteriormente enunciado.

Entrando na história da construção, procuraremos determinar a cronologia das diversas campanhas de obras que o edifício sofreu, integrando-as em acontecimentos específicos que marcaram a história da Ordem e do nosso país. Registaremos as intervenções e alterações promovidas no convento, já depois da sua extinção enquanto conjunto conventual. Fundamentar-nos-emos em referências bibliográficas e documentação existente nos arquivos de diversas entidades, procurando sintetizar o conhecimento existente sobre os aspectos relevantes da história da construção e comparando-o com a nossa própria leitura do edifício. Procederemos, então, à caracterização dos diferentes materiais de construção existentes no edifício e faremos a descrição dos principais sistemas construtivos identificados. Esta fase da investigação é realizada, sobretudo, através da observação e análise do objecto de estudo, complementada com a informação recolhida relativamente aos materiais e sistemas de construção.

Depois de ultrapassadas as etapas do conhecimento analítico e intrínseco do edifício do antigo convento de Santo Agostinho, iremos desenvolver a segunda parte da nossa investigação que é, no fundo, aquela que está mais directamente relacionada como nosso principal objectivo: o exercício da recuperação e valorização do património arquitectónico. Numa primeira fase, faremos uma avaliação sumária do estado de conservação do edifício histórico, aprofundando determinados sistemas, elementos ou materiais que se mostrem especialmente relevantes, ou cujo estado de conservação se mostre particularmente agravado. Posteriormente apresentaremos os objectivos e a

metodologia que orientam as bases da nossa proposta, enunciando-se o respectivo enquadramento geral e respectiva fundamentação teórica, e ainda, as sugestões para a conservação e valorização, assumidas como o resultado do trabalho desenvolvido e como uma reflexão sobre o património edificado e seu futuro. Este exercício baseia-se, também, na observação e análise do objecto de estudo e, especialmente, numa apreciação mais pessoal sobre a recuperação do património, embora esta se fundamente em diversas metodologias e teorias de referência, bem como nas recomendações internacionais em vigor.

Como principais obstáculos à realização deste trabalho destacamos a escassa documentação e informação disponível quanto à organização espacial do convento, aos episódios da construção, materiais utilizados e a sua origem, influências formais e mestres construtores, e ainda quanto ao estado de conservação certificado dos sistemas construtivos e acabamentos do edifício.

Com esta dissertação desejamos poder contribuir de um modo efectivo para a recuperação do antigo convento de Santo Agostinho de Leiria e para a sua valorização, enquanto património histórico, cultural e religioso para os séculos futuros.

ESTADO ACTUAL DA INVESTIGAÇÃO

É notável o alargamento e aprofundamento do conhecimento científico que, nos últimos anos, se têm verificado no campo da recuperação do património arquitectónico e em particular da arquitectura religiosa.

Este desenvolvimento deve-se, por um lado, ao surgimento de mestrados ligados especificamente à recuperação do património arquitectónico e, por outro, a um significativo incremento por parte das entidades oficiais no apoio à inventariação, caracterização e classificação de edifícios e monumentos, bem como na sua conservação e valorização.

De uma forma genérica, poderemos diferenciar estes estudos em três tipos: em primeiro lugar, os que se destinam exclusivamente à análise histórico-arquitectónica dos objectos de estudo, e que incluem muitas vezes uma observação crítica das intervenções efectuadas e dos conceitos subjacentes; em segundo lugar, os estudos cuja abordagem está essencialmente orientada no sentido do conhecimento dos materiais, das técnicas construtivas, das patologias e das metodologias de intervenção; e por último, os estudos que incidem sobre um objecto específico de intervenção, que envolvem abordagens quer do ponto de vista histórico-arquitectónico, do estado de conservação e da análise crítica das intervenções efectuadas, quer numa perspectiva de apresentação de propostas metodológicas de intervenção.

No caso particular da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho, à qual pertence o Convento de Santo Agostinho de Leiria, constata-se que, no nosso país, são ainda muitos escassos os estudos relativos aos conjuntos históricos edificados. As razões que se podem apontar são várias, embora nos pareça de realçar as que são referem à própria expressão da Ordem no nosso país até ao século XVI, época a partir da qual

ganha uma maior importância, e também à relevância histórica, estética e até urbanística dos conjuntos religiosos no contexto das cidades em que se inserem.

No âmbito da investigação histórico–arquitectónica, podemos encontrar artigos como o de Manuel Luís Real, que se debruça sobre a organização do espaço arquitectónico dos mosteiros agostinhos do séc. XII⁴, ou a dissertação de mestrado de Sílvia Alves Figueiredo que aborda a arquitectura de duas ordens mendicantes, Franciscanos e Agostinhos, na região de Lisboa⁵. No mesmo âmbito de investigação, podemos referir ainda as dissertações de mestrado de António Custódio Pires, sobre o Convento de Nossa Senhora dos Anjos, em Montemor - o Velho⁶, e a de Severiano da Cruz Silva, sobre São João Novo, no Porto.

Relativamente ao Convento de S. Agostinho de Leiria, a produção científica é bastante escassa e aborda minoritariamente temas de carácter histórico, de que são exemplo os estudos de Afonso Zuquete, Luciano Coelho Cristino, Saul António Gomes e de Vanda Lisa Lourenço, que desenvolvem a problemática da fundação do convento, a sua importância no contexto da diocese de Leiria, e ainda o período em decorreu a sua exclausuração⁷.

Pontualmente, podemos encontrar alguns textos essencialmente descritivos do conjunto edificado, como o de Gustavo Sequeira de Matos, no Inventário Artístico de

⁴ Manuel Luís Real, “A organização do espaço entre Beneditinos e Agostinhos”, in *Arqueologia*, nº 6, Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto, Porto, Dezembro de 1983, pp. 118-132.

⁵ Sílvia Margarida Alves Figueiredo, *A Arquitectura nas Ordens de S. Francisco e Santo Agostinho na Região de Lisboa*, Dissertação apresentada para obtenção do grau de mestre em *Reabilitação de arquitectura e Núcleos Urbanos*, FA UTL, Lisboa, 2003.

⁶ António Miguel Custódio Pires, *A Arquitectura religiosa e Conventual da Ordem de Santo Agostinho – Convento e Igreja de Nossa senhora dos Anjos de Montemor-o-Velho*, Dissertação apresentada para obtenção do grau de mestre em *Reabilitação de arquitectura e Núcleos Urbanos*, FA UTL, Lisboa, 2000.

⁷ Afonso Zuquete, *Leiria - Subsídios para a história da sua diocese*, ed. Gráfica Leiria, 1943, pp. 317-320; Luciano Coelho Cristino, “A igreja de Santo Agostinho de Leiria”, in *Mundo da Arte*, Nº 14, Coimbra, Junho de 1993, p. 14; Saul A. Gomes, “A defesa do Convento de Stº Agostinho de Leiria num documento de 1800”, in *Leiria-Fátima. Órgão Oficial da Diocese*, Ano VI, nº 17, Maio-Agosto 1998, pp. 123-160; Vanda Lisa Lourenço, “Para a História do Mosteiro de Santo Agostinho de Leiria”, in *Leiria-Fátima. Órgão Oficial da Diocese*, Ano IX, Nº 27, Setembro-Dezembro 2001, pp. 223-234.

Portugal⁸, o de Lucília Verdelho da Costa para uma monografia sobre a cidade de Leiria⁹.

Um dos estudos cuja abordagem histórico-arquitectónica que podemos considerar mais abrangente, é a dissertação de mestrado de Maria Luísa de Castro Maroni, que parte da figura do fundador do convento leiriense para uma análise bastante desenvolvida do conjunto edificado¹⁰.

Um outro estudo académico, neste caso mais voltado para o estudo e análise das patologias do convento, é o de Rita Alves de Azevedo Coutinho, elaborado no âmbito da Pós-graduação em Conservação e Reabilitação da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra¹¹.

Sabemos também que, por iniciativa da Câmara Municipal de Leiria, se tem vindo efectuar uma recolha exaustiva de toda a documentação, desenhos e fotografias relativas ao edifício agostinho local e que estão em curso uma série de estudos, com vista ao conhecimento aprofundado do edifício e à instalação de um museu de Arqueologia.

Podemos afirmar que, actualmente não existe nenhum estudo global sobre a recuperação do Convento de Santo Agostinho de Leiria. O mesmo se passa com os restantes conventos agostinianos nacionais, pois os estudos existentes são sempre parcelares e não correspondem a qualquer abordagem segundo uma metodologia de recuperação.

⁸ Gustavo de Matos Sequeira, "Inventário artístico de Portugal: distrito de Leiria", in *Inventário Artístico de Portugal*, Academia Nacional de Belas Artes, vol. 5, Lisboa, 1955, pp. 65-66.

⁹ Lucília Verdelho da Costa, *Leiria*, Col. Cidades e Vilas Portuguesas, Ed. Presença, Lisboa, 1989, pp.40-41.

¹⁰ Maria Luísa de Castro Maroni, *Convento de Santo Agostinho de Leiria - Perpetuação em obra da pessoa do seu mentor Frei Gaspar do Casal*, Trabalho de seminário do Curso de História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1996.

¹¹ Rita Alves de Azevedo Coutinho, *Estudo e análise de patologias do Convento de Santo Agostinho*, trabalho de pós-graduação em Conservação e Reabilitação de edifícios, FCTUC, Coimbra, 2007.

No campo das metodologias de intervenção, há a considerar todas as cambiantes que se podem estabelecer com base nas diversas Cartas e Recomendações Internacionais mais recentes, nomeadamente a Carta de Cracóvia e nos princípios de restauro que os mais variados estudiosos e instituições foram desenvolvendo um pouco por toda a Europa nos últimos cinquenta anos e que, em muitos casos, se mantêm perfeitamente actuais.

Face ao exposto, o nosso estudo pretende analisar o Convento de Santo Agostinho de Leiria e estabelecer as bases para uma proposta de recuperação e valorização.

PARTE I – ESTUDO HISTÓRICO-ARQUITECTÓNICO

Capítulo 1 – ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

1.1 - A ORDEM DOS AGOSTINHOS EM PORTUGAL

Os Eremitas de Santo Agostinho, ou membros da Ordem dos Agostinhos, resultaram da fusão de várias congregações de eremitas¹² que, sem regra fixa nem laço comum, existiam na Itália nos princípios do séc. XIII. Devido à necessidade que a Igreja sentiu “de regularizar neste campo, a fim de evitar o enraizamento da suspeita heterodoxa e herética”¹³, em 1243, o papa Inocêncio IV, pela Bula *Incubiti Nobis*, decretou a reunião das diversas comunidades de eremitas da Toscana sob a regra de Santo Agostinho. Dado a persistência de uma certa desorganização, o papa Alexandre IV, em 1256, pela bula *Licet Ecclesiae Catholicae*, reafirmou a reunião de todas as congregações de eremitas em uma única ordem (“grande união”) onde se incluíam os eremitas de Santo Agostinho, os de São Guilherme e outros movimentos similares¹⁴.

O capítulo de fundação da Ordem de Santo Agostinho celebrou-se em Roma, em Março de 1244. Posteriormente, um amplo conjunto de bulas ajudaram “clarificar a identidade institucional desta Ordem e conferir-lhe uma maior unidade e eficácia

¹² O eremita da Antiguidade Tardia (fim da Antiguidade) não era forçosamente o anacoreta que vivia isolado e afastado do mundo. Na grande parte dos casos, a vida eremítica, era a cenobítica, isto é a de comunidades de monges que viviam em conjunto no mesmo local mas conservando a solidão individual e o valor da oração constante.

No séc. XI, a Europa assiste a um ressurgimento do movimento eremítico, enquanto tentativa de resposta a uma procura assídua e constante de salvação e da vida marcada pela ascese e rigor de disciplina. Este movimento teve origem em Itália e expandiu-se daí para toda a Europa Central.

“O eremitismo é, acima de tudo penitência, religião de salvação; o eremita não busca a sua salvação pessoal, ele milita pela salvação dos outros” - Michel Parisse “Dans le cloître et hors du cloître: les renouvellements de la vie régulière”, in *Histoire du Cristianisme*, Vol 5 (Direction de J.M. Mayer, A. Vauchez, M. Venard), Paris, Desclée; A. Fayard 1993, p. 145.

¹³ Saul António Gomes, “A presença dos religiosos Agostinhos em Portugal”, In *Santo Agostinho e a Cultura Portuguesa – Jornadas da Escola de Formação Teológica de Leigos*, Ed. Centro de Formação e Cultura, Diocese Leiria-Fátima, Leiria, 2004, p. 23.

¹⁴ Cf Bernardo Vasconcelos e Sousa (dir.), Isabel de Castro Pina, Maria Filomena Andrade; “Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho”, in *Ordens Religiosas em Portugal: das origens a Trento – Guia Histórico*, Livros Horizonte, Lisboa, 2005, pp. 419-423.

organizacionais. Desde então, generalizou-se o título de *Ordo Eremitarum Sancti Agostini*¹⁵.

A nova Ordem passou a estar colocada sob a autoridade de um prior geral e organizada segundo o mesmo modelo das ordens mendicantes, cujo estatuto só lhes foi concedido pelo papa Pio V, em 1567. O prior geral era eleito nos capítulos gerais, que se realizavam anualmente até 1281 e a partir daí a cada três anos. Depois de 1430 passaram a ter uma periodicidade de quatro anos e a partir de 1575 de seis anos. A eleição do prior tinha obrigatoriamente que ser confirmada pelo Papa.

Junto da Cúria Romana, encontrava-se o cardeal protector, pessoa na hierarquia religiosa com maior autoridade sobre a Ordem, imediatamente a seguir ao papa, bem como o procurador-geral da Ordem, para tratar das questões relativas à Santa Sé. Sob a direcção do governo central, a ordem, pelo menos desde 1256, subdividia-se em províncias (com um prior provincial e visitadores) que celebravam os seus próprios capítulos, nos quais, entre outros assuntos, se elegia o prior provincial. Em 1295, eram já dezasseis as províncias existentes¹⁶. A Ordem expandiu-se rapidamente e em 1329, esse número subia para vinte e quatro. Além destas, surgiram, a partir de 1387, as congregações de Observância e de Descalços, que agrupavam os conventos que tinham optado por viver a regra e as constituições de modo mais autêntico. Como consequência subtraíram-se à autoridade do prior provincial e colocavam-se sob a jurisdição imediata do Prior Geral ou de um seu vigário. Desta forma, na sua estrutura jurídica, as congregações passaram a ter o mesmo estatuto das províncias.

O objectivo primordial da Ordem consistia na busca de Deus, numa atitude de estudo, contemplação e de evangelização. Das suas tarefas faziam parte, além da oração, o ensino, a pregação e outras actividades apostólicas. Destaca-se a importância dada

¹⁵ Cf. J.A. Salazar, "Agostiniani", in *Dizionario degli istituti di perfezione* (Dir. Guerimo Pellicia e Ginacarlo Rocca), Vol. I, Edizione Paoline, Roma, 1974, p.p. 278-284.

¹⁶ Cf. Bernardo Vasconcelos e Sousa et al., *ob. cit.*, p 421.

aos estudos e à investigação filosófica e teológica¹⁷. Estas tarefas, no entanto, não eram feitas de uma forma distanciada da população que pretendiam servir, pois a caridade e a hospitalidade também faziam parte das suas funções de “reparação”¹⁸ dos males do mundo. Estas acções, não eram novidade entre os monásticos, mas os agostinhos vão dar-lhe um especial valor a estas práticas.

Por outro lado a palavra sempre foi, para Santo Agostinho, o modo de lutar contra a heresia. Por conseguinte, outra das funções, talvez das principais, dos frades agostinhos, à semelhança das ordens que lhe seguiram, como os mendicantes (especialmente os dominicanos), era pregar.

Regra e Textos Normativos

Os eremitas seguiam a chamada “Regra de Santo Agostinho” um conjunto de textos normativos que só em parte eram da autoria de Santo Agostinho.

Embora Santo Agostinho e seus seguidores vivessem em comunidade e tivessem fundados alguns mosteiros, não existia uma regra no verdadeiro sentido da palavra. Na prática, existiam diversas modalidades de aplicação desta Regra: “alguns grupos seguiam a regra dita “primeira”, um texto cuja origem remonta à Espanha do século VII; outros, a *Ordo Monasteri*, que enunciava as regras da vida quotidiana e as horas canónicas, redigido por volta de 395, não por Santo Agostinho mas pelo seu companheiro Alípio; e outros ainda o *Praeceptum*, conjunto de conselhos gerais elaborados por Santo Agostinho para um mosteiro de leigos”¹⁹. A principal lei interna era constituída pela Regra, em virtude da qual se concretizavam, através de capítulos gerais, as constituições da Ordem; entre estas destacam-se as *Constitutiones Ratisbonensis*, confirmadas em 1290, e que permaneceram em vigor até 1551. Texto

¹⁷ Cf. Bernardo Vasconcelos e Sousa, et al., *ob. cit.*, p.422.

¹⁸ Cf. Sílvia Margarida Alves Figueiredo, *ob. cit.*, p.24.

¹⁹ Cf. Bernardo Vasconcelos e Sousa, et al., *ob. cit.*, p.419.

fundamental era também a *Expositio in Regulam*, do cónego regular Hugo de São Vítor.

Talvez uma frase que defina bem os objectivos dos agostinhos seja - “ no monacato agostiniano tudo é de todos e todos fazem tudo”²⁰. O gosto pela sabedoria em conjunto, como um modo de vida em comunidade, revela, nesta Regra, a filosofia de Santo Agostinho. Possuir apenas o que fosse necessário a cada um²¹, era apenas um dos seus princípios. A Regra de Santo Agostinho tinha como objectivo o ideal da primitiva igreja – “tenham um só coração e uma só alma”. No fundo, queriam voltar aos primórdios, tal como os apóstolos o tinham feito. Esta é essencialmente uma regra de hábitos comuns, rigorosamente programados, onde as actividades decorriam em espaços definidos, sendo alguns partilhados por todos em conjunto²², prevendo-se assim, um mosteiro bem organizado.

A Ordem depois do Concílio de Trento

Quando estalou a reforma protestante, no início do século XVI, a Ordem dos Agostinhos, a que pertenceu Lutero, tal como as outras estava imersa em decadência. No entanto, ao longo do século XVI foi feito um grande esforço reformador na qual colaboraram diversos gerais, ascetas como Luís de Montoia (que viria a ser responsável pela reforma dos Agostinhos em Portugal) e também diversos missionários. Os esforços reformadores afinaram a sensibilidade religiosa da Ordem e prepararam o caminho da reforma de Trento. Além disso, favoreceram o aparecimento de religiosos dispostos a levá-la a cabo²³.

²⁰ Pe. Pio Luís Viscaino, *Santo Agostinho uma vida inquieta*, Lisboa, Edições paulistas, 1994, p. 103

²¹ Cf. Capítulo I do *Livro da Regra de Santo Agostinho: e das Constituições Perpétuas dos Religiosos Pobres Hermitões da Ordem de S. Paulo Primeiro Hermitão, feitos e confirmados com Autoridade Apostólica*, ed. Manuel Lyra, Lisboa, 1594, ver anexo.

²² São disso exemplo o refeitório, os espaços de vestir e banhos, Cf. Capítulo IV do *Livro da Regra de S. Agostinho*, *ob. cit.*, ver anexo

²³ Cf. “Recolección agustiniana: Origen, Historia y espiritualidad”, in <http://www.agustinosrecoletos.com/estaticos/view/5/58>

Os decretos tridentinos foram acolhidos no Capítulo Geral de 1564, com mais clareza e detalhe, pelas constituições de 1581. As actas do Capítulo proibiam as actividades comerciais dos religiosos e a propriedade de bens móveis e imóveis, prescreviam a uniformidade do vestuário, impunham a obrigação de acudir ao refeitório comum e eliminavam o antigo costume de suprir os votos dos capitulares ausentes. Outras actas fomentavam a dignidade do culto divino e a seriedade do estudo, reorganizavam a administração dos bens temporais, regulamentavam as saídas e ausências dos religiosos e limitavam a excessiva familiaridade com os seculares. A acta 22 do referido Capítulo Geral ordenava a todos os conventos, especialmente aos maiores, a leitura frequente e o cumprimento fiel dos decretos de Trento sobre a reforma dos regulares.

Pouco a pouco foram diminuindo os abusos mais graves, foi melhorando a vida em comunidade, o culto divino, a formação de noviços, as eleições, entre outros. O nível cultural e religioso da Ordem subiu rapidamente, facilitando o aparecimento de uma grande quantidade de missionários, pastores, bispos, historiadores e escritores eminentes.

Os Agostinhos em Portugal

Segundo Saul Gomes, as dificuldades em determinar uma cronologia do aparecimento dos mosteiros dos Eremitas de Santo Agostinho no nosso País, “derivam, em grande parte, do facto das células iniciais dessas Ordem serem efectivamente eremitérios em forma cenobítica”²⁴.

Na ausência de provas seguras sobre estas origens, os dados mais credíveis e que são referidos por vários autores, apontam para o facto da presença dos Agostinhos em

²⁴ Cf. Saul António Gomes, “A presença dos religiosos Agostinho em Portugal”, in *Santo Agostinho e a Cultura Portuguesa* – Jornadas da escola de Formação Teológica de Leigos, Ed. Centro de Formação e Cultura, Diocese Leiria-Fátima, Leiria, 2004, p. 24

Portugal estar associada, na sua origem, a uma comunidade eremítica existente em Lisboa, no Monte de S. Gens, junto à ermida da Nossa Senhora do Monte, e que viria a filiar-se na Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho. Em 1243, este convento era presidido pelo italiano João Lombart, que após o Capítulo Geral de 1256 foi nomeado pelo geral Lanfranc Septala para organizar a Ordem em Portugal²⁵. Devido à nova invocação do convento de Lisboa dedicado à Nossa Senhora da Graça²⁶, a partir de 1305, os Agostinhos vieram a ser apelidados de “Gracianos”.

O segundo convento da Ordem em território português foi o de Penafirme, em Torres Vedras, também ele fundado sobre uma comunidade eremítica já constituída anteriormente.

Com a autorização de D. Afonso III, iniciou-se, em dia 5 de Maio de 1267, a construção do mosteiro²⁷ de Santo Agostinho de Vila Viçosa, destinado a acolher apenas quinze religiosos. Posteriormente, no reinado de D. Dinis, foi aumentada para poder comportar até vinte e cinco religiosos²⁸. Foi no entanto, em 1366 que esta casa conheceu o seu maior esplendor devido ao auxílio do Condestável D. Nuno Alvares Pereira, que lhe doou uma herdade e mandou reedificar a capela-mor²⁹. Também graças à protecção dos duques de Bragança, que foram seus patronos, este mosteiro passaria a ter um papel de maior destaque. Facto que comprova o apoio que a Casa

²⁵ Cf. Bernardo Vasconcelos e Sousa et al., *ob. cit.*, p. 422.

²⁶ “A mudança de devoção do convento de Santo Agostinho para Nossa Senhora da Graça, deve-se ao facto de ter sido colocada na sua igreja uma linda imagem de nossa senhora, que uns pescadores tinham recolhido nas suas redes ao largo de Cascais. Devido aos inúmeros milagres ou graças recebidas da imagem, o povo começou a chamar-lhe Nossa Senhora da Graça”. Carlos Alonso, “*Agostinhos*”, in *Dicionário de Historia Religiosa de Portugal*, Rio de Mouro, Circulo de Leitores e Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, Agosto, 2000, A-C, p.27.

²⁷ Os textos referem habitualmente esta casa religiosa como mosteiro, no entanto julgamos que possa tratar-se de um convento. De acordo com os esclarecimentos do Professor Virgolino Ferreira, o termo *convento* diz respeito a um estabelecimento religioso situado em cidades e habitado por frades ou freiras, enquanto a palavra *mosteiro* é relativa à implantação de uma abadia situada num local isolado e rural, habitado por monges ou monjas.

²⁸ António Miguel Custódio Pires, *ob. cit.*, p.26.

²⁹ Cf. António da Purificação: *Chronica da antiquíssima província de Portugal da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho*, Lisboa, 1642-1656, P II, p.p. 184-185.

de Bragança sempre deu a esta ordem religiosa, o que de certo modo, correspondia à sua política de patrocínio eclesiástico das ordens religiosas regulares³⁰.

Segundo Saul Gomes, foi principalmente após a grande peste negra de 1384 que os Eremitas Agostinhos ganharam um protagonismo social mais forte em Portugal. “Desde então, de facto, os nomes dos frades agostinhos vão aparecendo na documentação relacionada com a cúria real ou com a vida da universidade portuguesa”³¹.

Até 1387, os conventos portugueses estiveram dependentes da província de Espanha. Desde essa data, e mercê dos problemas gerados pelo cisma do Ocidente e pelas questões dinásticas entre Portugal e Espanha, as casas portuguesas foram organizadas em vicariato independente sob as ordens directas do prior geral de Roma. Segundo as investigações mais recentes desenvolvidas por Hipólito Martínez, Avelino Jesus da Costa, Carlos Alonso, David Gutierrez e Frei António do Rosário, a constituição da província portuguesa da Ordem, situa-se entre 1476 e 1478³².

Segundo Fortunato de Almeida, a reforma da ordem dos eremitas de Santo Agostinho começou “em 1535, levada a efeito primeiro no Convento de Nossa Senhora da Graça, em Lisboa, por Francisco de Vila Franca e pelo Padre Luís Montoia, ambos da Província de Castela, os quais foram encarregados de tal missão pelo padre Gabriel Veneto, prior-geral da ordem. A iniciativa partira de El-Rei D. João III”³³. Da obra destes reformadores espanhóis, que contavam com o apoio do Rei, embora defrontassem alguns adversários no interior da ordem, ficou o incremento dos estudos. É deste período a criação, em 1543, do Colégio de Nossa Senhora da Graça, em

³⁰ Cf. Mafalda Soares da Cunha: “Patrocínio às ordens religiosas regulares”, in *Casa de Bragança 1560-1640. Práticas senhoriais e redes clientelares*, Lisboa, Editorial Estampa, Abril, 2000, p. 361.

³¹ Saul António Gomes, “A presença ...”, *ob.cit.*, p. 24.

³² Cf Bernardo Vasconcelos e Sousa, et al., *ob. cit.* p.422.

³³ Almeida, Fortunato, “Eremitas Calçados de Santo Agostinho”, in *História da Igreja em Portugal*, edição preparada e dirigida por Damião Peres, Vol. II, Lisboa, 1968.

Coimbra, e a tentativa de fundar uma re colecção agostiniana, em 1555-56, por iniciativa de Frei Tomé de Jesus, que não chegou a bom termo devido à oposição do Cardeal D. Henrique, que desejava afastar os partidários de Montoia. Após a morte deste, em 1569, fechava-se um período de reforma agostiniana em Portugal³⁴.

Em 1628 a Ordem possuía 20 conventos em Portugal, sem contar com os que foram erguidos na Índia Oriental a partir de Goa. Entre os seus membros mais destacados encontram-se Frei Tomé de Jesus³⁵.

Em 1664, nasce uma nova congregação dos Eremitas Agostinhos Portugueses, os designados Agostinhos Descalços. O aparecimento desta congregação deve-se em grande parte a divergências internas da própria Ordem protagonizadas por Frei Manuel da Conceição, confessor da rainha e pregador afamado. “Esses eram já, contudo, tempos de balanço e de inegável crise”³⁶.

Nos anos posteriores a 1820, acentua-se a agonia da maior parte dos mosteiros portugueses. “A evolução económica e social, política e cultural lançava ventos muito contrários às envelhecidas quietudes claustrais”³⁷. E em 1822, na sequência de algumas campanhas que punham em causa quer o elevado número de casas de religiosos, quer o benefício de isenção de impostos de que estes beneficiavam, viria a ser decretado pelas Cortes a redução do número de conventos que a Ordem poderia ter em Portugal, para apenas sete.

A província Agostinha em Portugal não morreu por falta de vitalidade, pois segundo uma estatística de 1763, possuía nesta altura “18 conventos de frades e três de monjas”, enquanto os Agostinhos descalços, tinham “11 conventos de frades e um de

³⁴ Cf Bernardo Vasconcelos, et al., *ob. cit.*, p.423.

³⁵ Cf. Lexicultural, lexicoteca. Moderna Enciclopédia Universal, “Agostinhos”, Circulo de Leitores. e verlagsgruppe pertelsman GmbH/ bertelsman, Maio, 1987, Tomo I, p 118.

³⁶ Saul António Gomes, “A presença ...” *ob.cit.*, p. 27.

³⁷ Idem, *Ibiden*.

monjas”³⁸. A supressão dos Agostinhos em Portugal deve-se pois, à fatídica opção política de exclausuração sobrescrita por Joaquim António de Aguiar e por D. Pedro IV, ano de 1834.

Em Portugal, os conventos da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho³⁹ foram os seguintes:

Masculinos:

- Nossa Senhora da Luz, Arronches, 1570 –1834
- Nossa Senhora do Pópulo, Braga, 1595 –1834
- Nossa Senhora da Graça, Castelo Branco, 1526 –1834
- São Pedro, Cete, (Concelho de Paredes), fundação da OSB anexado ao colégio de Coimbra em 1551 –1834
- Nossa Senhora da Graça, colégio, Coimbra, 1543 –1834
- Nossa Senhora da Graça, colégio, Évora, 1512 –1834
- Nossa Senhora da Piedade, colégio Lamego, 1630 –1834
- Santo Agostinho, Leiria, 1576 –183
- Nossa Senhora da Graça, São Gens, ou Santo Agostinho, Lisboa, 1147 –1834
- Santo Agostinho, Santo Antão-o-Velho, ou Coleginho, Lisboa, 1222 a 1540, em 1594 é aqui fundado o primeiro colégio da Companhia de Jesus, e mais tarde vendido novamente aos Gracianos. Em 1830 volta aos Jesuítas até à extinção em 1834.
- Nossa Senhora da Penha de França, Lisboa, 1603 –1834
- Nossa Senhora da Graça, Loulé, 1574 –1834
- Nossa Senhora dos Anjos, Montemor-o-Velho, 1494 –1834
- Nossa Senhora da Assunção (concelho de Torres Vedras), Penafirme, 1226 –1834

³⁸ Cf. Carlos Alonso, *ob. cit.* p. 31

³⁹ Maria José Mexia Bigote Chorão, “Conventos”, in *Dicionário da História Religiosa de Portugal*, vol.1, Circulo de Leitores, Lisboa, p. 24.

- São João Novo, ou Santo Agostinho, Porto, 1592 –1834
- Santo Agostinho, Santarém, 1376 –1834
- Nossa Senhora da Graça, Tavira, 1544 –1834
- Nossa Senhora da Graça, ou Santo Agostinho, Torres Vedras, 1267 –1834
- Santo Agostinho, Vila Viçosa, 1270 –1834

Femininos:

- Santa Ana, Coimbra, 1610 –1885
- Santa Mónica ou Menino Jesus, Évora, 1380 –1887
- Santa Mónica, Lisboa, 1586 –1834
- Santa Cruz, Vila Viçosa, 1270 –1834

1.2 - O FUNDADOR DO CONVENTO DE SANTO AGOSTINHO, EM LEIRIA

Algum tempo após a renúncia D. Frei Brás de Barros, primeiro bispo da diocese de Leiria entre 1545-1556, seguiu-se D. Frei Gaspar do Casal (1557-1579) que viria a ser o grande impulsionador do Convento de S. Agostinho. Membro da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho, D. Frei Gaspar do Casal iniciou os seus estudos teológicos na Universidade de Lisboa, não havendo confirmação de aí ter feito exames. Quando em 1537 a Universidade passa definitivamente para Coimbra, terá aí tomado os graus de bacharel e de licenciado em 29 de Março de 1542. É também de admitir que se tenha doutorado, embora não seja possível confirmar este facto⁴⁰. Foi pregador régio e confessor do príncipe D. João e do rei D. João III. Foi também membro da mesa da Consciência e Ordens, criada em Dezembro de 1532.

Por morte do arcebispo D. Martinho de Portugal, em 1547, e por iniciativa do Rei, foi apresentado para bispo do Funchal, tendo recebido a confirmação pela *Gratiae divinae praemium* de Júlio III, em 3 de Julho de 1551, embora não tenha chegado a ir a essa diocese. Após a morte de D. João III, em 11 de Junho de 1557, a rainha viúva, regente do Reino, na menoridade de D. Sebastião, apresenta D. Frei Gaspar para ocupar o lugar que tinha sido deixado vago por D. Frei Brás de Barros na diocese Leiria. É confirmado bispo de Leiria, pela Bula *Gratiae divinae praemium*, do papa Paulo IV, por breve de 20 de Dezembro do mesmo ano⁴¹.

Após o falecimento do Cardeal D. Henrique, em 31 de Janeiro de 1580, os governadores do reino enviaram-no, já então bispo de Coimbra, como seu embaixador à Corte de Madrid em companhia do monteiro-mor Manuel de Melo.

⁴⁰ Cf. Maria Luísa de Castro Maroni, *ob. cit.*, p. 12.

⁴¹ Corpo Diplomático Português, t. VIII, p.33.

Participou na terceira fase do Concílio de Trento, que abriu a 18 de Janeiro de 1562 como se pode constatar pelas várias Actas⁴². Interveio nas questões do valor sacrificial e propiciatório da Ceia de Cristo e da missa, da comunhão sobre as duas espécies, do sacramento da Ordem, da autoridade dos Bispos em Relação ao Papa e na discussão da doutrina do matrimónio. Deste prelado sabe-se que foi um grande incentivador da impressão, indo assim, ao encontro das ideias relativas à impressão e das normas emanadas do Concílio de Trento.

Foi também escritor e os seus livros provam a sua competência e o seu conhecimento da ciência filosófica e teológica, tendo a maior parte deles sido publicados no último Concílio⁴³. Ainda na diocese de Leiria zelou para que se construíssem e reparassem muitas igrejas e ermidas; impulsionou reformas urbanísticas consideráveis com vista a conferir carácter episcopal à cidade e fundou em 1576 o Convento de Santo Agostinho, o qual “viria a tornar-se no centro de ensino religioso da cidade moderna”⁴⁴.

Com o intuito de pôr em prática as decisões de Trento, e com o sufrágio da Sé de Lisboa, participou no Sínodo provincial de Lisboa, em Dezembro de 1566⁴⁵.

A partir de 27 de Novembro de 1579, passou oficialmente a ser bispo de Coimbra, por Bula de Gregório XII, ficando absolvido do vínculo que o ligava a Leiria. Governou esta diocese até à sua morte, em 9 de Agosto de 1584. Foi sepultado na Igreja da Graça, os seus restos mortais foram posteriormente transladados, em 15 de Maio de 1596, para a igreja do convento que idealizou.

⁴² Stephanus Ehses, *Concillium Tridentinum, Diarioum Actorum, Actorum Epistolarum, Tractatum, Nova Collectio*, VIII e IX, Friburgo, 1924, p.

⁴³ Cf. Maria Luísa de Castro Maroni, *Ob.cit.* p.14

⁴⁴ Cf. Saul António Gomes; “*Diocese de Leiria-Fátima*”, in *Dicionário da História Religiosa de Portugal*, Circulo de Leitores, Vol. 3, Lisboa, 2001, p.

⁴⁵ Saul António Gomes, “*Diocese de ...*”, *ob. cit.*, p. 74-81

1.3 - NOTAS HISTÓRICAS ACERCA DO CONVENTO LEIRIENSE

Como já foi referido anteriormente, o convento de Nossa Senhora da Graça ou de Santo Agostinho, de Eremitas Agostinhos, foi fundado em 1576 por iniciativa de D. Frei Gaspar do Casal, bispo da diocese de Leiria.

Sem querermos deter-nos muito sobre a polémica que envolveu o início da construção do complexo conventual, justifica-se referir alguns dos motivos que poderão ter estado por trás dos impedimentos criados pelo cabido da Sé ao início das obras.

Segundo Luciano Coelho Cristino o problema do início da construção da igreja de Santo Agostinho “encontra-se hoje perfeitamente esclarecido”⁴⁶, tendo em conta uma fonte que aquele autor considera “absolutamente digna de crédito”: o livro fundamental da historiografia diocesana de Leiria – Couseiro ou Memórias do Bispado de Leiria – de autor anónimo, escrito em meados do séc. XVII⁴⁷. No entanto, como sugere, para além dos motivos invocados pelos capitulares da Sé que pretendiam “justificar o embargo das obras por haver muitas coisas para concluir na Sé e o Cabido não dispor de dinheiro suficiente para as levar a cabo”, haveria entre os “motivos calados pelos cónegos (...) [que eram] a sombra que a nova casa poderia fazer à Catedral.”

⁴⁶ Luciano Coelho Cristino, “A igreja de S.to Agostinho de Leiria”, in *Mundo da Arte*, nº 14, Coimbra, 1993

⁴⁷ No Couseiro, o capítulo relativo ao convento e igreja de Santo Agostinho de Leiria refere-se o seguinte:

“Estando feita e acabada a capella mor e o corpo da Igreja da Sé, houve o bispo Dom Gaspar do Casal hum alvará de El-rei dom Sebastião, para poder fazer um Convento, no sitio do moinho do papel; e o cabido lho impugnou, por demanda, e juntamente deo huns caitollos ao Cardeal Infante Dom Henrique, que era legato a latere, de apontamentos de couzas, que estavam para fazer na Sé, que naquele tempo importavaõ em quarenta mil cruzados, e lhe pediaõ quizesse favorecer ao cabido nessa representação; porque a Fabrica da Sé tinha somente 300\$00 reis de renda, e que o Bispo era obrigado ao mais, e que não convinha, enquanto a Sé não estava perfeita, emprehender outras obras.

Em 5 de Agosto de 1577 se assentou em Cabido, que todo incorporado com crux, fosse impedir a obra do dito mosteiro que neste dia se havia de principiar; consta do livro de assentos do cabido daquele tempo a fl. 41; e com efeito foi o Cabido e houve muitas pancadas de Huma e outra parte, e trataraõ muito mal a levava a cruz e no pão dela deo o Juis de Fora com a vara, e se fizeraõ outras descortezias, porque a Justissa secular estava com o Bispo; pelo que assentou o Cabido, a 9 do mesmo, que escrevessem a dar a El-rei e foi eleito o Arcediago Fernã Dnatas para dar conta dos agravos que fizeraõ á crux de Christo; consta do mesmo livro, na folha citada, na volta.

A 24 de Novembro, se assentou que fosse o cabido à procissão de Nossa senhora dos Anjos, se lá não estivesse o Juiz de Fora, Gaspar Campello, que estava declarado excomungado, pelas afrontas que fez a capitollares e dar no Moço do choro que tinha ordens menores e levava a cruz, e por dar com a vara no pão da cruz; consta do dito livro, a fl 44, na volta.”. Cf. Couseiro, ob.cit.

Segundo Maria Luísa Maroni, existem indícios suficientes para considerar que não foram as questões de ordem financeira que motivaram o impedimento do avanço das obras do complexo conventual, mas sim questões bem diversas. Fundamenta-se para tal num documento, não assinado e datado após o mês de Março de 1576, que prova "[...] não ser era apenas uma, mas várias as razões, pelas quais o Cabido, ou alguns elementos dele, se propunha, alegando para isso prejuízos e inconvenientes que na realidade, não apresentava e que parecia não existirem de facto. Na realidade, parecia não haver razões para obstar a obra em questão, e o próprio bispo refuta e contraria, um por um, todas as razões possíveis que lhe são apresentadas"⁴⁸. Em 1579, quando D. Frei Gaspar do Casal foi transferido para a diocese de Coimbra, só estava acabada uma parte do convento, designadamente a capela-mor, o cruzeiro, as primeiras capelas e um lanço do dormitório do convento. Os trabalhos continuaram e alguns anos mais tarde, no episcopado de D. Frei António de Santa Maria, que tinha sido religioso do próprio convento, ainda não tinham sido terminados⁴⁹.

Em 1671, o bispo D. Pedro Vieira da Silva viria a criar o Seminário diocesano, entregando no ano seguinte a sua direcção à Ordem de Santo Agostinho. Na segunda metade do séc. XVII o Seminário viria a ser desanexado do convento.

Pelas características da fachada da Igreja e da parte superior das torres sineiras pode-se concluir que ainda no séc. XVIII se efectuaram obras na igreja.

Nos fins do séc. XVIII a decadência já era grande: o convento estava quase deserto e o seminário anexo praticamente abandonado, o que levou à intervenção do benemérito bispo de Leiria D. Manuel de Aguiar (1809-1815)

No início do século XIX, entre 1803 e 1804, o espaço conventual foi objecto de reformas, devido ao estado de ruína da sua estrutura. Em 1807 o convento acabaria

⁴⁸ Maria Luísa de Castro Maroni, *ob. cit.*, p.20

⁴⁹ Cf. Afonso Zuquete, Pereira Venâncio, Pereira Coutinho, *A igreja de S. Francisco de Leiria*, Leiria, 1945 (texto policopiado)

por fechar devido às Invasões Francesas, o que mesmo assim não evitou o saque e a destruição da igreja por parte das tropas invasoras, tal como aconteceu com tantas outras um pouco por todo o país.

Em 30 de Maio de 1834, o ministro da Justiça, Joaquim António de Aguiar, firmava o Decreto que declarava a extinção de todos os conventos, mosteiros, colégios, sanatórios e quaisquer outras casas de religiosos Regulares, com a incorporação de todos os seus bens na Fazenda Nacional. No caso do Convento de Santo Agostinho de Leiria, “após a realização do inventário na presença do último prior da comunidade, Fr. Manuel de Freitas, o edifício foi entregue à Fazenda Pública”.⁵⁰

Após a exclaustração os espaços regulares viriam a ser objecto de várias requisições quer por parte do Ministério da Guerra, quer pela autarquia local, bem como por outras entidades.

Pela portaria da Fazenda Publica datada de 5 de Março de 1836, o dormitório conventual seria alvo de requisição, por parte do Administrador Geral do Distrito de Leiria, no sentido de ali instalar o tribunal de 1ª Instância, embora não haja dados que permitam comprovar a sua efectiva instalação. Sabe-se no entanto, como se comprova pela portaria de 17 de Fevereiro de 1836, que a partir desse ano o convento viria a ser ocupado pelo Regimento de Infantaria Nº 6. Esta ocupação seria, no entanto, pouco demorada, pois em 31 de Janeiro de 1838 o referido regimento já ali não existia, conforme refere carta do Secretário dos Negócios da Guerra dirigida ao referido administrador geral, na qual também é solicitada informação quanto à possibilidade de arrendar a cerca e horta do antigo convento. Seguiu-se a ocupação para quartel do Batalhão de Caçadores nº 30, conforme requisição ao Ministério da

⁵⁰ Saul António Gomes, “A presença dos Eremitas de Santo Agostinho na diocese de Leiria: os documentos da extinção dos conventos de Santo Agostinho de Leiria e do Bom Jesus de Porto de Mós”, In *Santo Agostinho e a Cultura Portuguesa – Jornadas da escola de Formação Teológica de Leigos*, p. 209, Ed. Centro de Formação e Cultura, Diocese Leiria-Fátima, Leiria, 2004

Fazenda, datada de 1840, para que fosse disponibilizada a horta e cerca para esse batalhão.⁵¹ Mais tarde surge nova ocupação militar, desta vez o Batalhão de Caçadores nº 6 que ali se instala pelo menos até 1895, como se comprova pelo tomo deste mesmo quartel, datado de 20 de Junho de 1884, e pelo relatório militar interno de 23 de Junho de 1895.⁵² Posteriormente, o convento viria a ser ocupado pelo Regimento de Infantaria nº 7, embora não seja possível determinar da sua instalação.

A igreja, que após a exclaustração tinha sido entregue à Irmandade de Santa Cruz e Passos de Nosso Senhor Jesus Cristo, viria posteriormente a ser anexada ao quartel para arrecadação de viaturas e, posteriormente, em 1910, para refeitório dos soldados. Durante o período de ocupação militar, a igreja foi objecto de insistentes solicitações por parte de diversas entidades religiosas e civis, no sentido da sua restituição à diocese de Leiria. Esta restituição só viria a acontecer em 1944.

Em 28 de Abril de 1966, foi feito o auto de devolução dos espaços até então ocupados pelo Regimento de Infantaria 7, ao Ministério das Finanças.

Em 1967, os imóveis foram considerados de “modesto valor artístico” por parte das entidades governamentais, que entendiam, desse modo, que não se justificava qualquer classificação. Esta caracterização viria no entanto a criticada pela DGEMN e a ser imediatamente contestada por diversas entidades locais e finalmente, em 10 de Julho de 1978, por despacho do então secretário de estado da Cultura, proferido sob proposta da Comissão Organizadora do Instituto de Salvaguarda do Património Cultural Natural, o Convento de Santo Agostinho, e antigo seminário de Leiria, foram considerados como “Imóvel de Interesse público” e fixada a respectiva área de protecção.

⁵¹ Cf. Saul António Gomes, “A presença dos Eremitas ...”, *ob. cit.*, p. 215

⁵² Cf. Documentos do Arquivo da Divisão de Património da DIE, da Arma de Engenharia do Exército.

Em 28 de Outubro de 1979 o Movimento para a Defesa do Património de Leiria, cujo presidente era Virgílio Hasse Boavida, apresenta um pedido à Direcção Geral do Património, para a cedência do edifício do Convento, no sentido da sua recuperação para a instalação de um museu da cidade de Leiria⁵³. Em 13 de Agosto de 1980, em carta dirigida à então presidente do Instituto do Património Nacional este movimento viria a avançar com o conteúdo programático do futuro Museu, o qual deveria integrar as seguintes áreas: Arqueologia e Numismática, Arte Sacra, Pintura e escultura até ao séc. XV, Artes decorativas, Arte Universal, Etnografia, Artistas de Leiria, Arqueologia.

Em 20 de Fevereiro de 1980, o imóvel viria a ser cedido à Câmara Municipal de Leiria, por despacho homologado pelo Secretário de Estado da Cultura, embora com as seguintes restrições conforme se refere na carta DGEMN de 18 de Junho:

- obrigatoriedade de parecer daquela entidade para os projectos relativos imóvel, ou situados dentro da zona de protecção. Esta condição destinava-se a funcionar como medida preventiva, tendo em conta que a Câmara já anteriormente tinha manifestado intenção de demolir o edifício;
- permuta do imóvel por terrenos municipais
- a recuperação do imóvel teria que ser feita a expensas da autarquia.

Estes condicionalismos viriam a ser contestados pela Câmara, que não aceitou tomar posse do imóvel.

A partir de 1981, o IPPC apresentou diversos pedidos de cedência do Convento à Direcção Geral do Património para ali se instalar um museu. Apesar das verbas terem estado inscritas no PIDAC de 1982, a resposta não foi dada em tempo útil.

Paralelamente, as entidades e instituições locais iam demonstrando o seu interesse na reutilização dos antigos “espaços regulares” do convento, desde o município que

⁵³ Cf. Documentos do DRCC, da DGEMN.

pretendia ali instalar diversas repartições públicas, ao Movimento para a Defesa do Património de Leiria (MDPL) que continuava a defender a sua utilização para o Museu de Leiria. No entanto, nenhuma destas pretensões viria a ter sucesso quer por falta de acordo com a Câmara em termos de contrapartidas, quer porque a Direcção Geral do Património (DGP) tinha dúvidas quanto à sua capacidade de realização e manutenção do museu por parte do MDPL. Por fim, em 1983, o então IPPAR conseguiu dar início às obras de recuperação do edifício, que no entanto viriam a ser abandonadas passado pouco tempo. Ficava assim adiada mais uma vez a prometida ocupação do Convento com um museu.

Em 1987 foi fixado por Portaria o “perímetro de protecção ao Convento de Santo Agostinho e antigo Seminário”⁵⁴, que veio contribuir para a salvaguarda não apenas dos edifícios históricos, mas também da sua envolvente. Em 1991 a Câmara viria de novo a manifestar interesse na construção de um museu desta vez de carácter regional, o qual deveria também englobar o espólio da colecção do escultor Joaquim Correia. Em 4 de Fevereiro de 1992 foi estabelecido um protocolo entre o IPPC e a Câmara Municipal, que previa a cedência “de todos os espaços livres do convento de Santo Agostinho de Leiria”, cabendo ao organismo estatal de defesa do património proceder às obras de recuperação e adaptação dos espaços para o referido museu⁵⁵. Apesar de este protocolo ter sido assinado por ambas as entidades, não houve qualquer desenvolvimento durante anos.

Actualmente está em curso um projecto de iniciativa da Câmara Municipal e autoria do arquitecto João Pancada Correia, com vista à instalação de um Museu de Arqueologia.

⁵⁴ Cf. Portaria nº 300/87 de 10 de Abril, Diário da República, INCM, 1987

⁵⁵ Cf. Documentos do DRCC, ofício datado de 18 de Junho de 1980.

Capítulo 2 – DESCRIÇÃO DOS LUGARES REGULARES

2.1 – SITUAÇÃO E SÍTIO

O conjunto do convento e igreja situa-se junto da margem esquerda do rio Lis, localizado a Norte. A Sul, confina com a rua Tenente Valadim, a Nascente com o Largo de Infantaria 7 e o parque urbano situado na área da antiga cerca do convento e a Poente com um logradouro comum ao edifício da Cruz Vermelha.

Após um breve resumo das razões que levaram à implantação do convento neste local, procuraremos identificar as principais alterações urbanísticas e paisagísticas que provocou, assim como as relações que o edifício estabelece com o terreno de implantação e com a envolvente.

2.1.1 – Razões da escolha do local

De acordo com descrições da época quando se deu início ao Convento de Santo Agostinho, o local teria reduzida habitação. Segundo o autor do Couseiro, que descreveu a igreja de Nossa senhora da Encarnação ao tempo de D. Frei Brás de Barros, “em volta desta igreja tudo eram matos altos e grandes”, mas na “parte baixa já existia a ponte dos Caniços, pelo menos desde D. João I, e o convento de Santo Agostinho foi levantado no sítio do Moinho de Papel”⁵⁶.

Dado que à época esta zona era uma zona relativamente isolada, a questão que se coloca é saber se terá havido uma intenção deliberada por parte do seu mentor, D. Frei Gaspar do Casal, de implantar o convento junto ao Moinho de Papel. Para Maria Luísa Maroni, há efectivamente uma opção determinada por aquele local baseando-se para isso na interpretação da documentação da época: “Bastava-nos, para isso, ter apenas em atenção os vários documentos escrituras de escambo, e de venda, que

⁵⁶ *O Couseiro, (autor anónimo), ob. cit. Capítulo 128, p. 224*

encontrámos, e dos quais foi efectuada relação, datada de 1780, tendo sido, algumas delas, também referidas por João Cabral⁵⁷, provando que esta persistência de Frei Gaspar do Casal tinha como objectivo: aquele local específico. Uma vez comprando, outras abdicando de bens próprios, localizados em outros locais e de maior valor, nomeadamente “trocando uma serrada de pão, no sítio do Moinho da Nogueira, por um olival junto do Moinho do Papel pertencente a Gregória de Ataíde, ou ainda uma Olhalva abaixo de santo António de Leiria, com um serrada de terra de Joana, viúva de Francisco Pereira Pestana, sita no Moinho de papel, entre outras trocas, faz-nos crer na intencionalidade quanto à localização do Convento da sua Ordem”⁵⁸.

De acordo com Américo Cortez Pinto, Leiria era a “única terra onde se fabricava papel sob a direcção dos crúzios no ano da Graça de 1465”⁵⁹ e onde existia uma das primeiras, senão a primeira, tipografia conhecida em Portugal.

Para Maria Luísa Maroni, este facto parece de extrema importância, “já que nesta fase é a Igreja que protege a Imprensa contra as suspeitas populares, por esta razão, estando Leiria desvinculada dos monges de Coimbra, Frei Gaspar do Casal, ao fundar um convento próximo do moinho do papel, pretendia transformá-lo num foco de irradiação de cultura, onde no recolhimento tranquilo do convento, os monges se poderiam dedicar ao trabalho de imprimir, como outrora se copiava noutros conventos”⁶⁰.

Seja por esta razão, que parece bastante plausível, seja por outras, julgamos que a proximidade do rio é apesar de tudo o factor mais relevante para a escolha do local.

⁵⁷ B.P.A.D.L., Convento de santo Agostinho, Caixa 4, Doc. 1576-12-5

⁵⁸ João Cabral, *Anais do Município de Leiria*, II Vol. C.M.Leiria, 1993, p.20

⁵⁹ Américo Cortez Pinto, *da Famosa Arte de Imprimissão*, Lisboa, 1948, p.153; João Cabral, *Anais do Município de Leiria*, II Vol. Câmara Municipal de Leiria, 1993, p. 55-56

Embora, seja possível encontrar conventos situados em locais afastados dos pontos de captação de água, é bastante mais frequente a sua localização junto a rios, ou ribeiros quer porque se evitavam sistemas hidráulicos tecnicamente mais complexos, quer porque ficavam facilitados os despejos a jusante da linha de água.

2.1.2 - Alteração da paisagem envolvente do convento

O convento de Santo Agostinho teve sem dúvida um contributo importante para o desenvolvimento e alteração da paisagem da cidade, continuando, aliás, o papel que as Igrejas e conventos desempenharam em épocas anteriores na expansão dos aglomerados para extramuros.

Durante todo o século XVI, a cidade existente foi-se reorganizando e algumas zonas foram mesmo alvo de um grande desenvolvimento, como foi o caso da frente ribeirinha entre o convento de Sant'Anna (construído ainda no séc. XV) e o Convento de Santo Agostinho. Este eixo constituía à época da fundação do convento, um dos troços urbanos da estrada que ligava Lisboa a Coimbra, tendo o seguinte traçado: “entrava pelo Largo de S. Bartolomeu, passava pelo largo do Correio, pela Rua da Água, Largo da Graça, Rua de Santana, seguia pela frente do Convento de Sta. Ana até ao Largo dos Olhalvos e continuava até à ponte dos Caniços, em direcção a Coimbra”⁶¹.

A urbanização da área envolvente do convento de Santo Agostinho, desde a designada Fonte Grande até ao Largo dos Olivais (actual Largo de Infantaria 7), viria a tornar-se uma realidade entre os séculos XVI e XIX.

Na década de trinta do século XX, esta zona viria a sofrer alterações urbanísticas importantes quer no espaço público, devido à transformação do Largo dos Olivais em

⁶¹ Ana Paula Margarido, *ob. Cit.*, pag 56.

Largo do Regimento de Infantaria, quer no alargamento do tecido urbano construído, com a abertura de novos arruamentos.

Se durante séculos a abordagem ao conjunto conventual foi sempre feita a partir do espaço público frontal à igreja, essa leitura está hoje em dia completamente alterada, fruto de transformações paisagísticas dos últimos anos, mas principalmente após a demolição da cerca do convento. A partir desta demolição a relação visual com o edifício foi progressivamente passando a ser de duplo sentido, ou seja, manteve-se a relação com a fachada institucional, mas passou a haver uma nova relação visual as restantes fachadas, em especial com a nascente, que foi também sendo objecto limpeza de construções espúrias.

Poderemos dizer que, se anteriormente os espaços públicos de relação com o convento se situavam na frente da igreja voltada para poente e para cidade, actualmente essa relação faz-se predominantemente a partir do parque urbano, na zona da antiga cerca, e com o Largo de Infantaria 7, onde se verifica uma utilização mais intensa dos espaços públicos.

Apesar destas alterações na envolvente do conjunto monumental, o Convento continua a desempenhar um importante papel no contexto urbano quer como referência histórica, visual e de identidade do local, quer pelo seu potencial como pólo dinamizador no contexto do desenvolvimento da cidade.

2.1.3 – Descrição da Situação actual

Partindo do pequeno largo situado a poente, surge-nos a fachada principal da igreja e perpendicular a esta um pequeno troço da fachada sul do convento. Na continuidade desta fachada temos um muro, que supomos seja o que resta da anterior cerca, no qual se insere um portão alinhado com a restante frente urbana, constituída pela fachada de dois edifícios: o primeiro pertencente a um edifício de dois andares que se

julga ter sido a hospedaria do convento, actualmente ocupada pela delegação local da Cruz Vermelha, e o segundo a fachada edifício do antigo seminário.

Passando o portão, que julgamos ter sido alargado pelos militares para a entrada das viaturas o terreno apresenta uma pequena inclinação que se prolonga até ao rio. Apesar desta pendente, há uma pequena plataforma inicial a partir da qual é possível aceder ao interior do claustro. Este espaço que deverá ter servido para a entrada dos produtos de consumo no convento quer a partir da cerca, quer do exterior, serve hoje em dia para o acesso ao interior do convento e às instalações da Cruz Vermelha. Seguindo por este espaço-canal, entre o convento e a antiga hospedaria, na direcção do rio, observamos à direita a fachada do convento, actualmente limpa das construções anexas efectuadas pelos militares, na qual os contrafortes assumem especial evidência. Do lado esquerdo o edifício da antiga hospedaria e alguns espaços cobertos para estacionamento de ambulâncias e armazéns. O pavimento tem um troço inicial em betão e depois apenas terra batida, mas bastante irregular. No limite deste espaço, que se situa a escassos metros do rio, há uma vedação que o separa do espaço público recentemente renovado no âmbito do programa Polis.

Este espaço público entre o rio e o edifício do convento, situado cerca de dois metros abaixo da cota da entrada na cerca, articula-se com a outra margem do rio através de uma ponte pedonal e com o espaço do parque urbano situado a nascente. A relação visual com a fachada do edifício é ainda de proximidade – é agora uma fachada mais alta e onde os contrafortes, neste caso apenas um de grandes dimensões, continuam a ser marcantes. Junto ao rio, podemos detectar um maciço que julgamos poder ter servido para qualquer função relacionada com o sistema hidráulico do convento, embora seja difícil identificar o objectivo específico.

Seguindo para nascente, encontramos hoje em dia um parque urbano no espaço da antiga cerca. O tratamento paisagístico é contemporâneo e não há qualquer vestígio do que terá sido aquele local no passado. Este parque permite uma relação visual

aberta com o edifício e desde aí pode-se observar a fachada em toda a sua extensão. Junto ao edifício temos um espaço ajardinado com uma inclinação que acompanha praticamente a pendente natural do terreno. O restante espaço do parque é composto por plataformas, ajardinadas ou pavimentadas, escadas e um plano de água. A fachada do convento, associada aos volumes da cabeceira da igreja constitui um verdadeiro pano de fundo do espaço triangular de fruição pública que é o parque urbano de Santo Agostinho.

2.2 – PLANTA E ALÇADOS

O estudo efectuado circunscreve-se à análise dos lugares regulares, pelo que a descrição agora apresentada sobre as respectivas plantas e alçados, se cinge ao programa arquitectónico disposto em torno do claustro. Como é evidente, trata-se apenas do estudo de uma parte do que constituía o sistema conventual original, no qual estavam incluídos outros lugares como: a igreja, elemento fundamental do conjunto; a hospedaria, com acesso directo pelo exterior; a horta; os lagares, no interior da cerca; e o sistema hidráulico, do qual dependia a sobrevivência e higiene da comunidade.

A descrição sucinta dos lugares regulares, apesar de não ser exaustiva, pretende servir de complemento ao levantamento gráfico e fotográfico do imóvel, de forma a facultar uma melhor compreensão do edificado. A descrição é efectuada através da metodologia habitualmente usada que segue a lógica da sequência da construção.

A igreja sendo por tradição o primeiro edifício a ser construído e no ponto mais alto do terreno, condicionava a implantação e orientação dos restantes edifícios, a Norte ou a Sul, consoante as condições topográficas mais favoráveis. Por razões já invocadas não considerámos a igreja no âmbito deste trabalho.

Os lugares regulares situam-se a Norte da igreja e numa cota ligeiramente inferior, conforme a tradição medieval. Esta implantação oferecia melhores condições quer por ser o lado com a pendente de terreno natural mais favorável, quer por ser o lado em que situa o rio, o que favorecia o abastecimento e escoamento das águas.

O claustro apresenta as galerias completas, embora uma delas, a que se situa do lado da igreja, esteja ainda emparedada. Os restantes espaços mantem de algum modo a organização funcional primitiva, apesar das alterações efectuadas no piso superior aquando da sua transformação em quartel e, mais recentemente, na campanha de obras de 1985.

As galerias têm um papel fundamental na organização funcional, pois é através delas que se estabelece a ligação entre os diferentes lugares regulares. Para além desta função, serviam também como locais de trabalho dos membros da comunidade conventual. Em torno das galerias desenvolvem-se três alas: a nascente – a primeira a ser construída, a norte – mais próxima do rio, e a poente – mais próxima do exterior.

2.2.1 – Planta

Claustro

O claustro, de forma quadrada com 30,50 m de lado (dimensões junto às paredes internas), apresenta quatro galerias no piso térreo com cerca 4,50 m de largura total. Cada galeria tem cinco colunas do lado do pátio, sendo as dos cantos de maior dimensão, cerca de 1,20mx1,20m e as restantes rectangulares com 0,50 m x 1,00 m. O tecto da galeria é constituído por abóbada de arestas e arcos torais, que se apoiam quer sobre os capitéis das colunas, quer sobre as mísulas que descarregam de pedra embebidas nas paredes. No espaço central do claustro não existe actualmente qualquer elemento, nem mesmo a habitual fonte central, símbolo do Paraíso. Apenas encontramos um espaço amplo, em terra batida e bastante degradado.

Para a identificação dos espaços regulares que comunicam directamente com o claustro, seguiremos o percurso pelo claustro a partir de nascente em direcção a poente e no sentido contrário aos do ponteiro do relógio. Este é, aliás, o sentido que julgamos corresponder à ordem de importância dos lugares regulares e à sequência da sua construção.

Através desta galeria, é possível aceder em primeiro lugar a um espaço contíguo à cabeceira da igreja, a qual terá sido, segundo algumas referências bibliográficas, a sacristia. Este espaço comunica internamente com o piso superior através de um dos núcleos de escadas. Do lado da igreja existe uma porta emparedada, que serviria

como passagem directa para a cabeceira da igreja. São ainda visíveis marcas de uma porta na parede do lado Nascente, que daria acesso à cerca. Em seguida, temos uma passagem para um pequeno espaço rectangular, que actualmente só tem porta para a galeria, cuja função seria a de permitir o acesso directo entre a sala do capítulo e a sacristia.

Continuando no sentido Norte, surge a porta da sala do Capítulo, o espaço mais nobre dos lugares regulares e que será analisado em seguida, de forma mais detalhada. No extremo da galeria nascente, existe um pequeno espaço que funciona como antecâmara de um outro espaço de maiores dimensões e de planta quadrada. Este poderá um espaço de trabalho, tendo em conta a sequência funcional do convento. Segundo Maria Luísa Maroni⁶² terá sido uma pequena oficina de impressão.

Na galeria Norte, temos um primeiro espaço rectangular que foi ocupado pela cozinha do convento e em seguida uma escada de acesso ao piso dos dormitórios. As portas seguintes dão acesso ao antigo refeitório do convento e ao compartimento que o antecedia. Estes espaços mantiveram basicamente sempre a mesma afectação funcional, embora os dois espaços maiores tenham sido unificados durante o período de ocupação militar.

Na ala poente temos primeiramente o acesso a um espaço abobadado, amplo e de grande pé-direito. O acesso é feito por um pequeno lanço de escadas destinado a vencer um desnível de cerca 80 cm. Este local, que funciona actualmente como armazém e tem acesso directo pelo exterior, corresponde, no que diz respeito aos lugares regulares, à zona de serviços e de armazenamento dos bens alimentares provenientes do exterior e da cerca do convento. Possui um piso sobrelevado, cujo acesso é feito a partir de um compartimento contíguo a Sul. Em seguida, temos um outro espaço de planta rectangular e de menores dimensões, desnivelado cerca de 30

⁶² Cf. Maria Luísa de Castro Maroni, *ob. cit.*, p. 40.

cm relativamente ao claustro. Através deste compartimento é possível aceder a um outro, interior, ainda mais estreito. A terminar esta galeria, temos o acesso através de um amplo vão para a antiga portaria. Este espaço foi desde sempre a zona de entrada do convento e de, uma forma geral, de todas as ocupações que se seguiram.

A galeria sul encontra-se praticamente encerrada para o lado do pátio do claustro e totalmente inacessível do lado da igreja. Este espaço serviu como enfermaria durante o período de ocupação pelo Exército.

Sala do Capítulo

A sala do Capítulo era o local onde por tradição se efectuava a leitura diária dos capítulos da Regra, mas era também, o local onde se realizavam as solenidades, as reuniões da comunidade e onde se decidiam os assuntos de interesse geral e a punição de infracções.

A sala do Capítulo original une-se, actualmente, com outro espaço contíguo, cuja função original desconhecemos. O conjunto das duas salas forma uma grande sala de forma rectangular, que mede cerca de 17,60 m de comprimento, por 7,20 m de largura. A parte desta sala que correspondia à sala do Capítulo tem cerca de 8,80 m de comprimento. Os únicos acessos a estes espaços são através da sala do Capítulo e por um pequeno corredor, a Sul, que tinha ligação com o que designámos de sacristia.

Refeitório

No lado oposto da igreja, o refeitório conventual encontra-se actualmente unido com uma sala de introdução (ou um lavabo destinado à limpeza/purificação). Esta sala servia para o acesso, quer ao refeitório, quer à cozinha. O refeitório, enquanto espaço alargado, é uma sala rectangular que actualmente possui cerca de 22,50 m de

comprimento por 6,50 m de largura. A área correspondente ao refeitório original, que era já um dos maiores espaços do piso térreo, teria cerca de 12,50 m de comprimento.

Portaria

A portaria original, que se situa no topo sul da ala nascente, tem acesso directo a partir do largo situado junto à fachada principal da Igreja. Este espaço está actualmente dividido, supondo-se que a compartimentação tenha origem no período de ocupação pelos militares. É um espaço de planta rectangular que funciona como átrio e espaço de acesso ao claustro e ao piso superior através de escadas. À esquerda das escadas existe um pequeno compartimento que serviria como cela para o porteiro, cuja função era zelar pelo serviço da portaria, local onde era feita a separação entre o exterior e o interior - entre o profano e o sagrado.

Dormitório

O dormitório situa-se no piso superior e ocupa as três alas, nascente, norte e poente. O acesso a este espaço faz-se através de escadas situadas junto aos topos das alas nascentes e poente. Estas escadas situam-se, no piso inferior, entre a portaria e o armazém, no caso da ala poente, e entre a sacristia e a sala contígua à sala do Capítulo, no caso da ala nascente. Esta última escada servia para o acesso mais rápido e directo à igreja e era usada para os ofícios nocturnos, chamada “escada de matinas”⁶³.

Num compartimento mais pequeno, situado no topo da ala poente, sobre a portaria, localiza-se a cela do prior geral. Actualmente, não é possível encontrar vestígios da compartimentação das celas, no entanto, a julgar pelo que ainda resta dos vãos originais, é de crer que se situassem na faixa exterior das alas.

⁶³ Cf. Virgolino Ferreira Jorge, “Organização espácio-funcional...” *ob. cit.*, p.20

As celas individuais dos frades eram lugares importantes no sistema de vida conventual dos agostinhos. Os frades eremitas dormiam sozinhos numa cela, onde podiam estudar, reflectir e meditar, sem que algo pudesse distrair a sua atençãõ. Eram espaçõs pequenos, despojados de decoraçãõ, onde cabe apenas uma cama e uma mesa, iluminadas por uma janela. É de crer que tivessem planta rectangular, sendo a largura aproximadamente 2,30m, a avaliar pela métrica do afastamento entre os vãos das janelas originais. As divisórias entre celas eram feitas com materiais mais leves que a restante construçãõ, provavelmente com painéis de madeira, e não estariam totalmente encastrados nas paredes, já que não existem quaisquer vestígios de encastramentos.

É provável que tenha existido um dormitório colectivo para os noviços, no entanto, também não foi possível comprovar essa hipótese. Não foi também possível determinar com rigor a localizaçãõ das latrinas, mas julgamos que se situariam junto à parede exterior da ala norte, local devidamente afastado da igreja e próximo do rio, que era o destino final de todos os despejos.

2.2.2 – Alçados

Claustro

Alçados Interiores

Na fachada interior da galeria Nascente temos quatro vãos, cujas dimensões e formas se diferenciam em função do uso e da importância dos espaços a que dão acesso. No caso do vão da sala do Capítulo, que é o mais largo e tem forma de arco de volta perfeita, existe um brasão de armas por cima da porta. Julga ser de um ramo dos Távoras, “pelas fiadas ondadas [...] podendo ser de D. Frei António de Távora, (filho de D. Pedro Vieira da Silva), prior do mosteiro em 1676”⁶⁴.

Na galeria norte temos uma janela e quatro portas, sendo uma delas mais larga que as restantes. Algumas destas portas terão sido abertas durante a ocupação pelo Exército, dado que, inicialmente, apenas haveria as três portas correspondentes aos espaços originais.

Na galeria Poente temos quatro vãos, duas portas, uma janela e um arco de passagem para a portaria. Este vão, mais largo que os restantes, foi alargado pelos militares para facilitar a passagem de viaturas.

A galeria sul, como já foi referido, não tem vãos na fachada interior.

Os alçados interiores das galerias, do lado do pátio, correspondem sensivelmente aos do exterior, excepto no caso da galeria Sul, pelas razões já apontadas.

Alçados Exteriores

Os alçados possuem cinco tramos por ala, que consistem em arcos de volta perfeita, assentes sobre colunas de pedra, lisas e com capitéis salientes, também em pedra. As colunas apresentam dois tipos de secção: rectangular, no caso das centrais e quadrada, nas dos extremos. No alçado exterior sul das galerias, do lado do pátio, os

⁶⁴ Maria Luísa de Castro Maroni, *ob. cit.*, p. 40.

espaços entre colunas foram fechados com paredes de alvenaria de pedra, nas quais foram abertos vãos de portas e janelas.

Sala do Capítulo

Alçados Interiores

O alçado da parede nascente possui duas janelas e uma pilastra na continuidade do arco que separa as duas zonas da sala. O troço de parede à esquerda, zona da sala do Capítulo, apresenta mísulas na base das nervuras do tecto em abóbada, o qual se divide em três partes distintas, cada uma delas estrelada, achatada e com rosetas nas intercepções das nervuras. No espaço entre nervuras é possível observar pequenos vestígios de pinturas murais. O troço direito do alçado apresenta uma cornija que serve de apoio às nervuras que se situam nos intervalos das três abóbadas de arco do tecto.

No alçado da parede poente repete-se a situação, excepto no que se refere aos vãos que, no caso presente, só tem uma porta.

Os alçados das paredes de topo não têm qualquer vão.

Alçado Exterior

O alçado exterior deste espaço regular será, por razões metodológicas, descrito em conjunto com o alçado nascente no qual se encontra inserido.

Esta fachada, actualmente rebocada, é relativamente pobre em termos de composição e variedade de elementos. Esta é, no entanto, uma característica comum a muitos edifícios conventuais dos séculos XVI e XVII, que genericamente corresponde à chamada *Arquitectura Chã*⁶⁵, ou *Estilo Chão*⁶⁶. Hoje em dia, os vãos apresentam pouca unidade formal, já a respectiva forma, escala e pormenores são relativamente

⁶⁵ George Kluber, *A Arquitectura Portuguesa Chã – Entre as Especiarias e os Diamantes (1521-1706)*, ed. Nova Vega (2ª edição), Lisboa, 2005.

⁶⁶ José Horta Correia, *Arquitectura portuguesa: Renascimento, Maneirismo, Estilo Chão*, Editorial Presença, Lisboa, 1991.

diferenciados. Um dos vãos, uma porta, está actualmente emparedada. Os vãos da sala do Capítulo (na versão que inclui a sala contígua) são ambos rectangulares, mas têm dimensões ligeiramente diferentes.

Os contrafortes, que são elementos marcantes nesta fachada, parecem ter sido dispostos sem grande preocupação de equidistância e articulação com a métrica dos vãos.

Refeitório

Alçados Interiores

O refeitório possui tecto em abóbada de berço, com dimensões razoáveis quer em comprimento, quer em largura.

O alçado norte, lado em que situa o rio, possui duas janelas iguais na zona do antigo refeitório. No alçado oposto, lado da galeria, possui três vãos, duas portas e uma janela. Na parede contígua à cozinha, o vão que dava acesso ao refeitório encontra-se emparedado. O refeitório possui tecto em abóbada de berço, com dimensões razoáveis quer em comprimento, quer em largura.

Alçado Exterior

Tal como no alçado exterior da sala do Capítulo, a descrição que se segue abrange a totalidade do alçado exterior em que se insere o refeitório.

Esta fachada é igualmente pobre em termos de composição e com alguma diversidade de tipologias de vãos. No alinhamento do piso inferior existem cinco janelas, sendo iguais apenas as duas que correspondem ao refeitório. No piso superior existe uma maior unidade formal - dos oitos vãos existentes, há seis que são semelhantes. Por ultimo um vão que diferencia de todos os restantes, que corresponde à tipologia dos vãos originais das celas.

Nesta fachada existe ainda, do lado nascente, um contraforte de grandes dimensões.

Portaria

Alçados Interiores

Na descrição dos alçados interiores deste espaço partimos do princípio que se trata do espaço original, ignorando-se assim a sua compartimentação actual. O alçado da parede sul possui uma porta larga, que é a porta da entrada principal no convento. Na parede poente existem dois vãos, um de janela e outro um grande portão com arco abatido, que terá sido aberto, ou alargado, pelos militares para acesso de viaturas ao claustro. Na parede norte, existe um vão para acesso às escadas e a porta do cubículo do porteiro. Nesta parede existe ainda um lambrim em azulejos policromos, embora com bastantes lacunas.

Alçados Exteriores

Os alçados exteriores correspondem à entrada principal, situada ao lado da igreja, e ao alçado poente, situado já no interior da cerca. O alçado sul, é composto por três vãos: a porta principal ao centro, no piso inferior; e duas portas de sacada com varandim, no piso superior. Os vãos são envolvidos por cantarias em calcário rematadas superiormente com um friso. O alçado poente actualmente tem dois vãos: um mais antigo, que originalmente terá sido uma porta para acesso à cerca, e que hoje é uma janela; e um portão largo com arco abatido, que, como já foi referido, terá sido alargado para permitir o acesso das viaturas militares.

Dormitório

Alçados Interiores

Actualmente o piso do dormitório praticamente não tem qualquer parede divisória e as paredes estão “descascadas”. Por esse motivo os alçados interiores correspondem praticamente aos alçados exteriores.

Alçados Exteriores

Os três alçados exteriores do dormitório, apresentam uma sobreposição entre os três elementos que os compõem: os vãos das janelas originais, de dimensões reduzidas (quase todos fechados actualmente), com ritmo quase constante e associados, cada um deles, a um pequeno postigo; os vãos com maiores dimensões, abertos nos séculos XVIII ou XIX, com o objectivo de permitir uma maior entrada luz nas celas, que possuem uma métrica variável e que, em muitos casos, se sobrepõem aos vãos anteriores; e por último, os contrafortes, que são elementos marcantes na fachada, cuja lógica implantação foi ditada apenas por exigências de contenção estrutural.

Capítulo 3 – HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO

3.1- INÍCIO E SEQUÊNCIA DOS TRABALHOS

Neste capítulo procurou-se sistematizar as várias etapas de construção do convento, desde o seu início até à situação actual, passando pelas diversas transformações que foi sofrendo ao longo dos anos. Muitas das campanhas de obras são dificilmente datáveis, porque apesar de existirem marcas pontuais das intervenções efectuadas, subsiste a dificuldade em sair do campo das hipóteses para o das certezas provadas documentalmente. As fontes documentais onde se registam as diversas fases da construção são escassas e dispersas. Recorremos a diversas fontes de informação, principalmente a documentos constantes nos seguintes arquivos:

- Arquivo da Divisão de Património, Direcção de Infra-Estruturas do Exército,
- Arquivo da Direcção Regional de Cultura do Centro - IPA
- Arquivo da DGEMN;
- Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Leiria

Em face da dimensão do fundo documental do convento que se encontra no Arquivo Distrital de Leiria, limitámos a nossa consulta apenas a uma pequena parte.

De qualquer modo, não foram apenas os dados documentais que permitiram desenvolver raciocínios lógicos sobre a sequência construtiva e de alterações do edifício. Para a formulação do modo como o edifício se desenvolveu, foi importante o cruzamento entre os dados históricos disponíveis e as observações que fomos efectuando sucessivamente ao edifício. Foram em grande parte estas visitas e em particular a observação de alguns detalhes em diferentes condições, por exemplo de luminosidade e de humidade, que permitiram compreender melhor o todo construído e o seu processo evolutivo.

O edifício que constitui o objecto deste estudo encontra-se bastante degradado e alterado. Uma percentagem das paredes não possui rebocos, o que de certo modo facilita a leitura da composição das alvenarias. Nestas paredes, para além de serem visíveis os materiais constituintes e as técnicas de construção utilizadas, é também possível visualizar as alterações a que construção foi sendo sujeita. Algumas fissuras mais expressivas, e extensas, pressupõem a utilização de materiais distintos e por vezes incompatíveis, ou problemas estruturais de base.

3.1.1 - Primeira campanha de obras – 1577 até ao 1º quartel do séc. XVII

Considerámos como primeira fase de construção o período que decorreu entre o ano de 1577, data que por tradição corresponde à fundação do Convento, e o início da sua ocupação, no final do séc. XVI.

Segundo o Couseiro, a data de início da obra está associado a um incidente provocado pelo Cabido da Sé que se opunha à construção do convento, por entender que punha em causa a conclusão das obras da Sé: “Em 5 de Agosto de 1577 se assentou em Cabido, que todo incorporado com crux, fosse impedir a obra do dito Mosteiro que neste dia se havia de principiar”⁶⁷.

Apesar da oposição do Cabido ter contribuído para os atrasos iniciais, há que referir o facto de, em 1579, o grande impulsionador do Convento, Bispo D. Frei Gaspar do Casal, se ter sido deslocado para a diocese de Coimbra. A saída deste bispo, que desde sempre se tinha empenhado na construção de um convento da sua Ordem, levou a que, por falta de um certo dirigismo, as obras dos lugares regulares se arrastassem por mais alguns anos.

Apesar das referências documentais apontarem para que a construção tivesse sido efectuada numa fase única, e longa, somos levados pela observação local, em

⁶⁷ O Couseiro, (autor anónimo), ob. cit. capítulo 128, pag. 224

particular dos vestígios de um cunhal de pedra na fachada nascente, que a ala contígua à cabeceira da igreja foi efectuada em duas fases. Ao observar com algum detalhe esta fachada vemos que existe um alinhamento vertical de pedras aparelhadas, que supomos corresponder a um antigo cunhal de remate do troço inicial da ala em que se insere. Este troço corresponderia ao espaço situado actualmente entre as escadas e a Igreja.

Pelo interior, onde é possível observar que nas alvenarias, actualmente sem reboco, não se verificam grandes diferenças entre os materiais constituintes do primeiro troço e da restante ala. No entanto, é ao nível do sistema construtivo dos pavimentos elevados que se verificam as maiores diferenças: no troço próximo da cabeceira da igreja a estrutura actual é em laje de vigotas pré-esforçadas, embora haja referências a uma estrutura de madeira⁶⁸; os restantes troços de todas alas são constituídos por abóbadas.

Tendo também em conta as referências documentais, que referem o facto de em 1579 só estar construído um lanço do dormitório do convento⁶⁹, poderemos concluir que os lugares regulares se iniciaram pela ala nascente, com a construção de um corpo anexo à cabeceira da igreja à qual estava ligada directamente .

3.1.2 - Segunda campanha de obras - 1º Quartel do século XVII

Embora se considere não ter havido um interregno entre a primeira e a segunda campanha de obras, há no entanto, alguns aspectos construtivos que julgamos servirem para marcar a diferença entre estas duas fases. Através dos dados

⁶⁸ Arquivo da DRCC - De acordo com o levantamento de José Telo Zuquete, de 1983, o pavimento sobre o espaço que designa como sacristia (ala nascente) e também sobre a portaria eram nessa data em estrutura de madeira.

⁶⁹“Quando em 1579 D. Frei Gaspar do Casal foi transferido para a diocese de Coimbra ainda não estavam concluídas, pois só se tinha acabado a capela-mor, o cruzeiro, as primeiras capelas e um lanço do dormitório do convento. Os trabalhos continuaram posteriormente e ainda duravam no episcopado de D. Frei António de Santa Maria [1615-1623] que fora religioso do próprio convento.(Cf . A Zuquete, *Ob.cit.*, p.317)”, Luciano Coelho Cristino, “A Igreja de Santo Agostinho de Leiria”, in *Mundo da Arte*, nº 14, ed. Livraria Estante, Coimbra, 1983.

documentais não é possível verificar até que data se prolongaram as obras desta fase. As referências encontradas salientam apenas o facto de terem sido muito demoradas. Afonso Zuquete refere mesmo, que as obras do conjunto conventual se prolongaram para além do século XVII⁷⁰, embora seja de admitir que neste período tão longo estarão incluídas as obras na fachada igreja. Estas obras foram feitas já durante a vigência de D. Manuel de Aguiar e apresentam elementos arquitectónicos característicos do séc. XVIII.

3.1.3 – Terceira campanha de obras – 1803 a 1804

Situámos a terceira campanha de obras entre os anos de 1803 e 1804, tendo por base que os dados recolhidos no fundo documental documentos que referem o facto de as obras terem sido efectuadas durante o bispado de D. Manuel de Aguiar. Através destes é possível também constatar que grande parte da degradação do convento se deveu a causas humanas - "por o mais que se cobrar das ditas dívidas (...) se entregara cousa alguma ao dito mosteiro do dinheiro e fazendas sobreditas nem ao seu procurador"⁷¹. A má gestão das receitas e as dívidas que o convento foi acumulando, para além da incúria dos religiosos, foi tendo como resultado o desprezo dos próprios edifícios, precipitando a sua ruína. No entanto estes não foram os únicos factores - as causas naturais, nomeadamente os terramotos de 1722 e 1755, foram também factores determinantes para a degradação dos edifícios do convento. Luciano Cristino refere que "nos fins do séc. XVII a decadência já era grande: o convento estava quase deserto, o seminário anexo a ele praticamente abandonado, o que levou à intervenção enérgica do benemérito bispo de Leiria, D. Manuel de Aguiar (1790-1815)"⁷².

⁷⁰ Cf. A. Zuquete, *ob cit.*, p.246

⁷¹ Cf. B.P.A.D.L., *Convento de Santo Agostinho*, Caixa 5.

⁷² Luciano Coelho Cristino, *ob.cit.*, p.14

A ficha de inventário da DGEMN refere: “D. Manuel de Aguiar consegue a desanexação do Seminário do Convento de Santo Agostinho, com apoio régio; 1803 - reforma o edifício, então muito arruinado, que é aberto em 1804”⁷³. Apesar de nesta campanha se terem efectuado importantes obras de recuperação e consolidação do edifício, não terão sido esse tipo de intervenções que foram as mais marcantes na história do edifício. Na nossa opinião, houve uma verdadeira reforma nos espaços do piso do dormitório que passou pelo aumento das dimensões das celas e das janelas. O objectivo terá sido o de privilegiar as condições de estudo e recolhimento dos frades agostinhos dando-lhes mais área vãos mais largos par permitir a entrada de mais luz. É possível constatar que grande parte das janelas e nichos do piso superior foram encerrados, apenas uns quantos ainda restam, e que hoje em dia temos no seu lugar uma série de vãos de maiores dimensões e com métricas bastante diferentes das do período inicial.

3.1.4 – Quarta campanha de obras – 1834 a 1836

Após a extinção das ordens religiosas em 1834, os espaços regulares ficaram na posse do Ministério da Fazenda, enquanto a igreja foi entregue à irmandade de Santa Cruz dos Passos de Nosso Senhor Jesus Cristo. Esta medida levou à separação da Igreja dos espaços regulares, quebrando-se desse modo o circuito funcional que sempre tinha vigorado e que dava sentido ao conjunto conventual.

Em 1836 os espaços regulares foram cedidos ao Ministério da Guerra, que aí viria a instalar Regimento de Infantaria Nº 6. Como esta ocupação foi pouco demorada, é de supor que neste período não tenham sido feitas obras de fundo para adaptação a quartel.

⁷³ Ficha de Inventário do Património Arquitectónico - DGEMN
http://www.monumentos.pt/Monumentos/forms/002_B1.aspx

3.1.5 – Quinta campanha de obras – 1848 a 1870

Outros batalhões se seguiram, nomeadamente o Batalhão de Caçadores 30, Caçadores nº 6, sem que haja referências concretas à data de entrada e de saída, ou às campanhas de obras efectuadas. Verifica-se, através de uma planta de 1848⁷⁵, que foram feitas alterações na zona das adegas e celeiros da ala poente, provavelmente para a introdução de um piso intermédio. Verifica-se também, através das plantas dos projectos de 1864⁷⁶, 1865⁷⁷ e 1870⁷⁸, ou seja durante período de ocupação pelo quartel do batalhão de Caçadores nº 6, que foram feitas alterações nos edifícios existentes, assim como ampliações para novas casernas e latrinas. Na planta de 1865, constata-se que estava prevista a cobertura do o terraço do sobreclaustro, telhado de duas águas, estrutura de madeira, e o espaço estava encerrado e ocupado com arrecadações e com “casas de oficiais superiores”⁷⁹. Desconhecemos se esta estrutura foi executada, embora existam alguns vestígios de encastrações dos prumos de madeira nos muros do terraço.

Nas plantas e cortes de 1870, está representada a escada instalada nessa época para ligação do piso do dormitório a um novo edifício junto ao rio, o qual se destinava às latrinas. Existem ainda outras plantas, sem data assinalada, que correspondem ao período de ocupação pelo batalhão de Caçadores 6. No entanto, as alterações

⁷⁵ Cf. “Planta de Esboço do Plano superior do Convento de Santo Agostinho levantada em 1848”, escala não determinada, localização: 2115- 17-24 (DSE) – CRT / 2003, in <http://www.exercito.pt/bibliopac/imgweb/02/2-17-24/2116-2-17-24.jpg>

⁷⁶ Cf. “Planta e perfil do projecto de melhoramento e reconstrução de latrinas do quartel do Batalhão de Caçadores nº 6”, localização: 2130- 17-24 (DSE) – CRT / 2003, in <http://www.exercito.pt/bibliopac/imgweb/02/2-17-24/2136-2-17-24.jpg>

⁷⁷ Cf. “Planta do Extinto Convento de Santo Agostinho da cidade de Leiria”(1700- 1900), localização: 2114- 17-24 (DSE) – CRT / 2003, in <http://www.exercito.pt/bibliopac/imgweb/02/2-17-24/2114-2-17-24.jpg>

⁷⁸ Cf. “Esboço da planta que representa as diferentes partes do actual quartel do Batalhão de caçadores nº 6, em Leiria, compreendendo os limites da igreja e da cerca que pertencerão ao extinto Convento de Santo Agostinho”, 1870, , localização: 2115- 17-24 (DSE) – CRT / 2003, in <http://www.exercito.pt/bibliopac/imgweb/02/2-17-24/2114-2-17-4.jpg>

⁷⁹ A referência “casa” poderá significar neste caso, quarto, ou alojamento.

introduzidas durante esta ocupação foram principalmente nos espaços exteriores ao claustro.

3.1.6 – Sexta campanha de obras – 1910 a 1919

Aquando da instauração da República, em 1910, a igreja estava a ser restaurada e os espaços regulares estavam ocupados pelo Regimento de Infantaria nº 7. Algum tempo depois, a igreja viria de novo a fazer parte do conjunto, embora desta vez os motivos da sua unificação não fossem de ordem espiritual, já que passou a servir para refeitórios dos soldados e para parque de viaturas.

Nas plantas de 1919⁸⁰ é possível verificar que foram feitas alterações quer ao nível das compartimentações, quer das dimensões dos vãos. No caso da entrada lateral da portaria, verifica-se que esta já se encontrava com a mesma largura que possui hoje em dia, assim como o vão de passagem para o claustro. A sala do Capítulo aparece já unificada com a sala contígua a Sul. O refeitório não tem parede divisória com o espaço contíguo. A passagem entre o claustro e a igreja volta a estar aberta de novo.

Durante este período de ocupação, foram transformados ou construídos outros pavilhões anexos, cozinhas e chaminés junto à capela-mor. No espaço do Convento alojaram-se os mais diversos serviços deste tipo de instituições: a parte da adega e/ou celeiro e ainda a cela do porteiro - depois de fechadas todas as entradas de luz - transformaram-se numa prisão ou “segredo”; o restante espaço guardou veículos; a sala do Capítulo passou para messe de oficiais; a ala do claustro ao lado da igreja passou a enfermaria. A cerca, por sua vez, serviu para parada militar.

⁸⁰ Cf. “Plantas e alçados do Regimento de Infantaria 7” escala não determinada, 1919, localização: 6775/I- 5-64-73 (DSE) – CRT / 2003, in <http://www.exercito.pt/> bibliopac/imgweb/05/5-64-73/6775_I-5-64-73_a.jpg

3.1.7 – Sétima campanha de obras – 1944

Em 1944 a igreja foi finalmente restituída à diocese após anos de sucessivas petições por parte do bispo e da comunidade de fiéis. Em 1945 foi elaborado um projecto de restauro da igreja, designado de “restauração e reintegração”⁸², da autoria do arquitecto Santa-Rita, que visava, por um lado o restauro exterior e interior da igreja e por outro “livrar a igreja pelo exterior de construções parasitárias que, por sinal, ainda entaipam parcialmente duas janelas da capela-mor, haverá que demolir as arrecadações e antigas oficinas, existentes no recanto formado pelo edifício”⁸³. As obras foram executadas de acordo com este projecto e foi definitivamente feita a separação entre a igreja e o claustro. Foram também eliminadas as construções existentes no terraço sobre a galeria sul, para restituir a entrada de luz na igreja.

3.1.8 – Oitava campanha de obras – 1985 a 1987

Após a saída do Regimento de Infantaria nº 7, em 1966, o quartel seria ainda ocupado parcialmente por várias instituições, desde a Mocidade Portuguesa, à Legião Portuguesa, e mais recentemente pela Cruz Vermelha. Apesar da utilização, parcial ou total, do edifício por estas instituições, o processo de degradação não foi atenuado e em 1985 faltava já uma parte da cobertura das alas norte e nascente.

Por iniciativa do IPPAR (Instituto Português do Património Arquitectónico) iniciaram-se em 1982 os estudos conducentes à adaptação do edifício para museu da cidade. Em finais de 1983, o arquitecto Zúquete entregou a documentação relativa à primeira

⁸² Cf. Fernando de Barros Santa-Rita, “Memória Descritiva e Justificativa”, in *Projecto de restauro e reintegração da igreja de Santo Agostinho em Leiria*, Leiria, Dezembro de 1945, Arquivo da Câmara Municipal de Leiria.

⁸³ Para além da preocupação com a eliminação das construções espúrias, o arquitecto Santa Rita apresenta neste projecto os conceitos de restauro em estilo, que serviram de base ao desenvolvimento do projecto - “ Nestas projectadas obras de restauração e reintegração [da igreja], entende o autor que se deverá fazer a reconstituição em exclusiva obediência às características que comandam cada época da conservação, tanto mais que elas se encontram perfeitamente diferenciadas entre si e assim, julga tê-las convenientemente estudado”. Cf. Fernando Santa-Rita, “Memória...” *Ob. cit.*

fase do projecto de obras. Intitulava-se “Recuperação do Convento de St^o Agostinho, em Leiria, reutilização como Museu e local de Actividades Culturais”⁸⁴.

Este projecto previa os seguintes trabalhos:

- Consolidação do edifício e construção de cobertura. “Consolidação através da construção de gigantes (contrafortes) e cintagem das paredes exteriores com elemento de betão que sirva simultaneamente como frechal para apoio das asnas que constituirão a cobertura”. Estrutura da cobertura com “asnas metálicas à base de perfis ligeiros soldados”⁸⁵.
- Substituição de rebocos incluindo “a picagem cuidadosa de diversas paredes, com vista a reconstituir tanto quanto possível a história, porventura atribulada, do edifício desde a sua entrega ao Exército”;
- Em alternativa ao aproveitamento dos pavimentos de madeira, que apresentavam riscos de incêndio, apontava-se a sua substituição por lajes maciças de betão armado apoiando sobre as paredes de alvenaria;
- Reforço das paredes estruturais – “para o funcionamento conjunto de paredes e pavimentos (...) será necessário executar-se um reforço geral das paredes de alvenaria, enquadrando-as com um conjunto de elementos de rigidez – por exemplo cantoneiras em betão armado - desde as fundações até à cinta geral de coroamento das paredes e apoio da cobertura”.

No projecto reconhecia-se que estas soluções eram mais onerosas, embora oferecessem mais garantias de solidarização das paredes e pavimentos, além de terem vantagens ao nível da segurança contra incêndios. Esta primeira fase do projecto, viria a ter parecer negativo por parte da Assessoria Técnica da DGEMN,

⁸⁴ *Idem, Ibidem.*

⁸⁵ *Idem, Ibidem.*

porque, conforme vem referido no respectivo ofício, “não se integrava ainda num esquema global de adaptação a museu, envolvendo apenas a cobertura, a consolidação do corpo Norte por gigantes, a cintagem geral das paredes periféricas e a picagem das mesmas para efeitos de sondagem”⁸⁶.

No entanto e apesar de não ter sido solicitada a reformulação do projecto, em 1985 a DGEMN optou por dar início aos trabalhos de recuperação da ala poente, que incluíam: “picagem de rebocos exteriores e interiores; execução de lajes aligeiradas de betão pré-esforçado nos pavimentos e tectos do piso superior e também na cobertura; execução de rebocos exteriores; revestimento da cobertura com telha lusa incluindo-se o respectivo beirado”⁸⁷.

Em 1986 decorriam ainda estes trabalhos, aos quais foram adicionados, os rebocos das paredes exteriores com argamassas cimentícias e substituição de vergas de madeira apodrecidas por lintéis de betão armado.

⁸⁶ Arquivo da DRCC – IPA, *in* processo *Convento de Santo Agostinho*, parecer da Assessoria Técnica, Lisboa, 1984.

⁸⁷ *Idem*, Ofício DGEMN datado de 4 Novembro 1985.

Capítulo 4 – MATERIAIS E SISTEMA CONSTRUTIVO

4.1 – MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

Os principais materiais que caracterizam esta construção são a pedra, o tijolo e a madeira. A pedra é o principal material de construção, quer enquanto constituinte base dos elementos estruturais primários – colunas; arcos; pilastras; capiteis, cunhais, ou paredes e muros de alvenaria de pedra miúda, quer como elemento de remate em contrafortes, das vergas e aduelas dos vãos. De um modo geral a pedra utilizada é o calcário da região.

Os materiais argilosos têm também expressão neste edifício quer fazendo parte dos sistemas estruturais, quer pela sua utilização em diferentes tipos de peças, nomeadamente telhas de canudo, tijolo maciço em abóbadas e lintéis, e mesmo em azulejos.

As argamassas, compostas por cal e areia, foram utilizadas quer em alvenarias de pedra ou tijolo, quer em rebocos. Actualmente, pouco resta destes rebocos de argamassas tradicionais, pois foram praticamente todos removidos na intervenção de 1985 e substituídos, nos alçados exteriores, por rebocos cimentíssimos. Restam também alguns estuques feitos à base de cal e gesso, no revestimento dos tectos das galerias do claustro.

A madeira, originalmente utilizada em estruturas de cobertura e em áreas restritas de estruturas de pavimentos, não tem, hoje em dia qualquer expressão no edifício, tendo nesses casos sido substituída por elementos prefabricados em betão armado. Também os soalhos, que preenchem todo o pavimento do piso superior, foram completamente removidos não existindo hoje em dia qualquer traço da sua presença. O mesmo se verifica relativamente ao preenchimento dos vãos de portas e janelas, de que não há qualquer vestígio.

4.1.1 – Materiais Pétreos

Não foi possível encontrar estudos ou documentos que caracterizem especificamente o tipo de pedras que encontramos no convento e na igreja de Santo Agostinho. No caso das alvenarias, parece-nos provável que, tendo em conta o facto serem constituídas por pedra tosca de calcário brando, terá sido extraída de pedreiras situadas nas proximidades da cidade. No caso das pedras destinadas a cantarias, cunhais e outras de maiores dimensões e destinadas a ficar à vista, existem algumas diferenças entre os diversos tipos de pedra, em função das campanhas de obras em que foram aplicadas.

Na ausência de meios de diagnóstico rigorosos, optamos por uma metodologia baseada na comparação com rochas cuja classificação é conhecida, nomeadamente através da cor, textura, grão, porosidade, e na verificação da pedra típica da região. Pudemos constatar que todas as rochas são da família dos calcários, apresentando duas variantes principais: os mais margosos ou gresosos e os oolíticos, subdividindo-se estes em mais rijos e mais brandos. Quanto à possibilidade de existirem pedreiras locais para o fornecimento da pedra, parece-nos que estando Leiria no extremo Norte do maciço calcário estremenho, é natural, que os calcários utilizados sejam provenientes de pedreiras da região.

4.1.2 – Materiais cerâmicos

A presença de terrenos argilosos na área envolvente de Leiria, nomeadamente a Norte e Noroeste da cidade, permitiu uma extracção continuada de diversas barreiras⁸⁸. É de supor a construção original se tenha recorrido à produção local para o fornecimento de tijolos, telhas e outras peças cerâmicas, para a. Porém, com a industrialização do

⁸⁸ A toponímia de diversas povoações do concelho de Leiria confirma a existência de diversos locais de extracção de barro, como são os casos de, Barreiros, Barreiro, Barroqueiros, Outeiro das Barrocas, Amieira das Barrocas, Barrouco e Barrôlo e Barreira e ainda Telheiro, que esta relacionado com a actividade de produção de peças de barro.

processo produtivo que se verificou no último meio século, será hoje em dia difícil, senão mesmo impossível, encontrar produções artesanais que permitam uma recuperação com o mesmo tipo de elementos que se encontram no edifício.

No caso da cobertura, na última campanha de obras, em 1985, as telhas foram integralmente substituídas embora se tenha mantido o tipo de telha de canudo.

Os azulejos, que se sabe terem existido em grande quantidade quer nas paredes do claustro quer nos espaços comuns do convento, eram de diferentes épocas e proveniências.

4.1.3 – Argamassas

Tradicionalmente as argamassas utilizadas nas construções eram exclusivamente à base de cal e areia (com mais ou menos percentagem de materiais argilosos), verificando-se contudo em alguns casos a mistura de óleos vegetais ou sebo⁸⁹, para a melhoria as suas qualidades de trabalhabilidade e resistência.

Não foi possível efectuar análises laboratoriais que permitissem averiguar com rigor a constituição das argamassas das alvenarias de pedra, de tijolo, ou das mistas, e também dos rebocos interiores e exteriores do edificio. Aliás, actualmente, não existem quaisquer originais, porque de um modo geral foram removidos. Actualmente as argamassas de reboco exterior do edifício são argamassas cimentícias, que apesar de terem relativamente poucos anos apresentam já diversas patologias devido a reacções com o substrato de alvenaria.

4.1.3 – Madeira

Devido à completa remoção dos elementos de madeira do edifício durante a última

⁸⁹ Em diversos restauros de edifícios da zona de Alfama e Castelo e no pátio D. Fradique, no Palácio Belmonte, em Lisboa, utilizaram-se argamassas para reboco segundo uma receita fiel às técnicas tradicionais e onde se identificou a presença de cal hidratada com óleo e água. Cf. Pedro Quirino da Fonseca, *Cal D. Fradique uma herança milenar*, Vol. III, ed. Câmara Municipal de Lisboa, 1988, p. 38.

campanha de obras não é possível identificar o tipo de espécie utilizada nem as suas características. Tentámos identificar documentalmente os tipos de madeira utilizados nas campanhas de obras, quer nos mapas de medições da DGEMN, quer nos do Arquivo Militar, mas não foi possível encontrar qualquer referência.

4.2 – SISTEMA CONSTRUTIVO

O sistema construtivo objecto de abordagem no presente trabalho é o que refere ao período que decorre entre a sua fundação do convento, em 1576, e a última campanha de obras em 1985. Esta opção deve-se ao facto de o sistema estrutural original se ter mantido paticamente inalterado durante os primeiros quatro séculos, e ter sido substancialmente alterado aquando das obras de “recuperação” e adaptação para museu, em 1985. Nessa campanha, como já foi referido, foram feitas alterações radicais de estrutura devido à introdução de elementos de betão armado a partir do primeiro piso.

O sistema construtivo original do edifício embora corresponda ao modo de construir da época em foi feito, decorre em grande da disponibilidade de materiais que à época existiam na região: a presença de terrenos calcários para o fornecimento de pedra; madeira em quantidade e qualidade apropriada para a construção; terrenos argilosos (associados ao domínio da técnica de fabrico de tijolos.

O facto de esta construção se encontrar num terreno com um ligeiro declive conduziu à opção do sistema de tectos abobadados no piso térreo. Estas abobadas, executados em tijolo, permitiam quer a distribuição das cargas pelas paredes de suporte e solidarização do sistema estrutural, quer uma melhor transmissão de esforços mais equilibrada ao terreno. É provável que, apesar deste sólido sistema construtivo, tenha havido necessidade de recorrer ao longo da história da construção, a pesados contrafortes para reforço das paredes exteriores.

Para explicitar o sistema construtivo do edifício descrevemos em seguida os diversos elementos constituintes seguindo a ordem da base para o topo, ou seja, em primeiro lugar fundações e depois paredes resistentes, elementos complementares não estruturais, pavimentos e por último, coberturas.

4.2.1 – Fundações

Não possuímos indicações específicas sobre o tipo de terreno e fundações do edifício e desconhecemos também qualquer tipo de sondagens que tenham sido realizadas.

Por observação do que transparece em diversos pontos acima do solo, somos levados a concluir que se trata de fundações directas e contínuas com uma espessura substancialmente superior à largura das paredes exteriores. Supõe-se que a profundidade seja variável de acordo com a cota do terreno firme e com a proximidade do rio Lis.

4.2.2 – Paredes

De um modo geral as paredes resistentes são em alvenaria ordinária constituída por fragmentos de pedras de várias dimensões, tendo como ligante argamassa de cal e areias ou saibros. O comportamento estrutural destas paredes resistentes pode caracterizar-se por apresentar um elevado peso próprio cujo principal objectivo é estabilizar as forças horizontais derrubantes e deslizantes. Apresentam elevadas espessuras, embora estas sejam diferentes em função das cargas a suportar, sendo mais estreitas nos pisos mais elevados.

As paredes exteriores são todas resistentes quer nos planos das fachadas externas, quer nas internas na envolvente do claustro. Estas paredes têm cerca de 1,40 m de espessura, no piso 0, e 0,75 m, no piso 1. As restantes paredes embora tenham o seu

contributo resistente, são interiores e por isso são normalmente de menor espessura. Funcionam normalmente como divisórias de espaços regulares.

Os alçados do claustro são ritmados por conjuntos de colunas de calcário aparelhado, com secção rectangular nas intermédias (1,00 m x 0,50 m) e quadrada nas situadas nos cantos (1,00 m x 1,00 m). Os arcos de volta perfeita são também formados por cantaria de pedra calcária aparelhada. A sua utilização relaciona-se com intenções de valorização formal do claustro e para permitir uma qualidade de execução superior. Os encontros das paredes, sobretudo as exteriores, são reforçados com cunhais em pedras calcárias aparelhadas.

Nas fachadas exteriores foram utilizados contrafortes de grandes dimensões para escoramento das paredes, tendo em conta a necessidade de fazer face a eventuais assentamentos diferenciais dos apoios (fundações), e aos problemas de estabilidade provocados por impulsos transmitidos pelas abóbadas às paredes. Os contrafortes são formados por alvenaria de pedra ordinária e, em alguns casos, por cunhais em pedras aparelhadas, como no contraforte da fachada Norte.

Existem reforços estruturais nas paredes da ala Norte, constituídos por tirantes ancorados pelo exterior, visíveis na fachada Norte e na parede interior da galeria do claustro.

4.2.3 – Vãos

Nos vãos das portas e janelas, os aros (ombreiras, padeiras, soleiras e peitoris) são formados por pedra calcária. Em alguns vãos originais encontramos, esporadicamente, lintéis em madeira ou em tijolo, com forma de arco devido à resistência nula da alvenaria de pedra à flexão. É possível ainda encontrar arcos de descarga mais simples, com estrutura de forma triangular, composto por três elementos em pedra. Nos restantes vãos os lintéis foram substituídos por elementos

de betão.

Os vãos de maior dimensão, abertos durante o período de ocupação pelos regimentos, situam-se nas zonas de acesso ao pátio, como é o caso dos vãos de entrada no edifício a poente e no acesso à galeria do claustro a partir da portaria. Estes vãos são formados por arcos de tijolo que descarregam em cantaria de pedra.

Das caixilharias originais, com uma ou duas folhas de batente em madeira e panos em vidro nos vãos mais pequenos, não restou praticamente nada. As portas existentes são em madeira maciça, com bandeira em algumas situações.

4.2.4 – Escadas

Existem no edifício duas escadas originais cuja estrutura base é constituída por abóbadas de arco batido em tijoleira de barro a cutelo. São revestidas em pedras de calcário do tipo vidraço (estas pedras apresentam elevado desgaste nos topos dos cobertores dos degraus).

4.2.5 – Pavimentos

Os pavimentos do piso mais elevado não correspondem hoje em dia ao sistema original, já que na campanha de obras foram aplicadas lajes em vigotas pré-esforçadas (com abobadilhas em tijolo) que descarregam nas paredes laterais. Estas lajes foram aplicadas sobre as abobadas existentes, que constituem o sistema estrutural dos pavimentos de todas as alas, ou em substituição dos pavimentos das estruturas de madeira, como seriam os casos dos pavimentos da cela do prior e da capela⁹⁰, respectivamente os compartimentos situados nos topos das alas nascente e poente. Verifica-se ainda que estes pavimentos se situam a diferentes cotas, havendo

⁹⁰ A memória descritiva do levantamento do estado de conservação, efectuado em 1982 pelo Arq. José Telo Zúquete, faz referência a pavimentos com estrutura de madeira nestes espaços.

três níveis, com diferenças entre si de 20 a 30 cm.

As abóbadas embora existentes apresentam algumas variantes e excepções. Como variante temos o caso da abóbada do refeitório, que é de volta inteira e apresenta nervuras em pedra aparelhada e capitéis na entrega dos arcos. No caso das nervuras existem também variações, como é o caso da casa sala anexa ao refeitório e da sala contígua à sala do Capítulo, em que o tijolo é aplicado a cutelo. Como excepção ao tipo de abóbadas existente temos a sala do Capítulo, que é, sem dúvida, a melhor abobada de todo o edifício. Possui três partes distintas e cada uma delas é a intersecção de duas superfícies tóricas de secção elíptica. As intersecções reforçadas por nervuras de alvenaria aparelhada, e rosetas no topo de cada uma. Não houve possibilidade de verificar a constituição da abóbada no intervalo das nervuras, no entanto julgamos que se trate de alvenaria aparelhada, tendo em conta as características das nervuras.

Galerias do claustro

O sistema construtivo dos pavimentos do pátio sobre as galerias é formado por abóbadas cilíndricas interceptadas ortogonalmente, do tipo por vezes designado por “barrete de cónego”, separadas, módulo a módulo, por molduras de alvenaria aparelhada. As molduras descarregam na parede interior sobre mísulas e nos capitéis dos pilares.

4.2.6 – Cobertura

Do sistema estrutural da cobertura de madeira primitiva, já nada resta. Era um sistema constituído por asnas de madeira, madres, barrotes e ripas, o qual descarregava sobre frechais situados nas paredes exteriores. Actualmente, as coberturas apenas mantêm as duas águas originais, enquanto as estruturas de apoio passaram a ser constituídas por lajes de vigotas pré-esforçadas. Estas estruturas transmitem os esforços às

paredes resistentes e o travamento dos esforços horizontais é efectuado através da laje de esteira, constituída por vigotas pré-esforçadas e abobadilhas. A laje de esteira constitui actualmente o tecto do piso superior.

PARTE II – CONTRIBUTOS PARA A RECUPERAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS ESPAÇOS REGULARES SUBSISTENTES

Capítulo 5 – DESCRIÇÃO DO ESTADO ACTUAL DE CONSERVAÇÃO

A última instituição a ocupar globalmente os espaços regulares do convento de Santo Agostinho foi o Exército, nomeadamente o Regimento de Infantaria 7, que ali permaneceu desde a exclausuração até 1966. Ao longo do período de ocupação por aquela instituição foram feitas diversas obras de adaptação funcional, que apenas pontualmente alteraram os elementos estruturais do edifício, sem efeitos de maior. Mais gravosos foram certamente os efeitos provocados pelas sobrecargas de utilização e pelo desgaste que decorreram do uso por parte dos regimentos, efeitos estes que foram sendo minimizados pelas obras de manutenção que iam sendo efectuadas. Posteriormente ao abandono pela instituição militar, e até 1985, o edifício foi ocupado pontualmente por diversas instituições, embora não haja qualquer registo de obras de conservação durante este período. Por esse motivo, o estado de conservação foi-se deteriorando e no início da década de 1980 já necessitava de obras urgentes de reparação, principalmente ao nível da cobertura e em algumas paredes exteriores⁹¹.

⁹¹Cf. O levantamento do estado de conservação efectuado em 1982 pelo Arq. José Telo Zúquete e Eng. José Manuel Lory no âmbito do projecto que o IPPAR tinha decidido lançar para a adaptação do edifício a museu referia o seguinte relativamente aos elementos estruturais:

“O edifício encontra-se muito degradado ao nível da cobertura e dos pavimentos do piso superior. A cobertura é constituída por asnas de madeira, incluindo as madres e varas e ripas. Os pavimentos do piso superior são constituídos, na generalidade, por estrutura de madeira composta por vigamento coberto com soalho. Nalgumas zonas o soalho foi, posteriormente, coberto com argamassas para assentamento de ladrilho ou mesmo betonilhas. Em zonas onde se situam abóbadas, o pavimento é constituído da forma clássica nestes casos: enchimentos de pedra e de argamassas, executados directamente sobre as abóbadas. Os pavimentos de madeira encontram-se na generalidade em estado de conservação aceitável que torna viável o seu aproveitamento e eventual reforço nas zonas em que a sua capacidade resistente não satisfaça às solicitações resultantes da futura utilização. Constituiu excepção a zona de do pavimento situado sobre a entrada principal do claustro, que se encontra em avançado estado de apodrecimento que o torna absolutamente irre recuperável. Em algumas outras pequenas zonas apresentam também indícios de apodrecimentos que aconselham a sua substituição. As paredes de alvenaria caracterizam-se pela heterogeneidade e irregularidade das pedras utilizadas, assentes com argamassas fracas à base de cal e areia

Em 1985, por iniciativa da DGEMN, e sem qualquer projecto global que servisse de base à intervenção, iniciaram-se as obras que viriam a alterar profundamente e quase irreversivelmente as condições estruturais do edifício. O único projecto que existia era o que tinha sido elaborado em 1983 pelo Arq. José Zúquete e pelo Eng.º José Manuel Lory, que em termos estruturais não corresponde às obras efectuadas. Em 1986, as obras foram interrompidas por motivos que não foi possível esclarecer na documentação consultada. Dessa campanha ficou o preenchimento das lacunas existentes nas paredes exteriores com betão armado, e a substituição das coberturas e pavimentos com estrutura de madeira por lajes de betão pré-esforçado. Desconhecem-se ainda os efeitos das sobrecargas destas lajes sobre as paredes de alvenaria exteriores, quer por efeito da utilização corrente, quer devido à acção dos sismos. Porém, até ao momento, não são visíveis fendilhações ou abaulamentos que indiquem situações anómalas graves nos elementos estruturais.

Apesar dos rebocos das paredes exteriores terem sido substituídos e os das paredes interiores terem sido completamente removidos, não se conseguiram resolver alguns dos problemas de fundo, nomeadamente os que derivam das infiltrações e das humidades ascensionais. A substituição dos rebocos exteriores permitiu por um lado alguma protecção das paredes, mas deu lugar a novos problemas, nomeadamente o aparecimento de sais e manchas, ou “fantasmas”, devido à incompatibilidade entre as novas argamassas, de origem cimentícia, e as alvenarias existentes.

O único aspecto deste conjunto de intervenções que poderemos considerar vantajoso foi a delimitação do processo de degradação nas zonas da cobertura que já estavam em ruína, ou onde a derrocada era eminente. Como foi referido anteriormente, o

de grão fino facilmente desagregáveis. As paredes de alvenaria apresentam-se em mau estado superficial, com bastantes fissurações, mas interiormente apresentam-se, na generalidade coesas e em razoável estado de conservação.

Salvo em zonas localizadas e de pequena amplitude, parecem oferecer condições de aceitável comportamento aos esforços de compressão...”, Convento de Santo Agostinho, Arquivo DRCC, 1982

abandono do edifício e a ausência de cuidados mínimos de manutenção têm vindo a contribuir para acelerar o processo de degradação. O estado de conservação do edifício tem-se deteriorado em diversas áreas, com efeitos visíveis tanto no exterior, como no interior do conjunto. Em geral, os factores que contribuíram para acelerar o processo de degradação foram: humidade ascensional nas paredes exteriores e na envolvente do claustro; infiltrações nos terraços sobre as galerias do claustro; escorrências de águas pluviais ao longo das paredes e colunas do claustro devido à deterioração de caleiras e tubos de queda; e falta de limpeza da vegetação e colonização biológica emergente.

Neste capítulo procederemos ao estudo das alterações e formas de degradação dos elementos construtivos e materiais constituintes. Sempre que possível será feita a associação entre as características macroscópicas e os factores, ou mecanismos que levaram ao decaimento, embora esta relação nem sempre seja clara e inequívoca, podendo ser difícil estabelecer uma tipologia das formas de degradação, distribuição e intensidade. Serão analisados os seguintes aspectos: características próprias de cada elemento construtivo; aspectos arquitectónicos; influência de factores externos, como por exemplo acções produzidas pela utilização humana, factores climáticos, ambientais, condições de exposição e ainda a presença de agentes poluentes.

A sequência de descrição do estado de conservação foi estabelecida segundo o seguinte critério de observação macroscópica: do exterior para o interior e das zonas superiores para as inferiores. Sendo certo que anteriormente a caracterização do sistema construtivo foi feita em sentido inverso, pareceu-nos justificável que, relativamente ao estado de conservação, a abordagem fosse feita segundo a orientação em que ocorrem os fenómenos físicos mais relevantes que actuam sobre o edifício, nomeadamente a gravidade.

De todos os espaços regulares do convento, aquele sobre o qual nos iremos deter mais detalhadamente é o claustro, devido às condições de degradação acentuada em

que se encontra. Este espaço constitui uma prioridade visto que, como já foi referido, está sob o efeito directo das águas pluviais e de uma colonização biológica intensa, que estão a produzir efeitos muito graves na deterioração dos aparelhos de pedra e rebocos originais ainda existentes.

5.1 COBERTURAS

Na última campanha de obras, em 1985, o sistema estrutural da cobertura, composto por elementos de madeira, foi substituído por vigotas de betão pré-esforçado. Com essa alteração da cobertura, foi reposta a forma inicial em duas pendentes, com uma água e beirado, ou seja, um troço mais extenso com uma pendente mais acentuada e outro praticamente plano, junto do beiral. Pelos documentos e imagens disponíveis, podemos presumir que tenha sido eliminado o beiral do telhado do lado interno, ou seja do lado do claustro. O telhado também foi todo substituído, tendo-se mantido o mesmo tipo de telha que existia anteriormente, ou seja a telha de canudo.

5.2 PAREDES EXTERIORES

5.2.1 Alçados internos

Piso superior

Analisando as paredes internas (lado do terraço sobre a galeria do claustro) ao nível do piso superior, verificamos que os rebocos apresentam troços com fissuração horizontal, em especial na ala nascente. Julgamos que se trata de fissuração superficial, ao nível da camada de reboco, e que não seja devida à descontinuidade de materiais que existem nesta zona superior da parede. De facto, há pouca probabilidade de ser a descontinuidade entre a viga de coroamento em betão, introduzida aquando da última campanha de obras, e a alvenaria de pedra, que esteja a provocar este tipo de fissura. Julgamos, porém, que se trata de uma anomalia do

reboco, a qual se deve a tensões ao nível das argamassas, que por sua vez estejam a ser ampliadas pela concentração de humidade decorrente da falta de beiral. A ausência de beiral, que é um elemento construtivo fundamental para evitar que as águas provenientes da cobertura escurram ao longo da fachada, contribuiu decisivamente para uma degradação mais acentuada das zonas de parede mais próximas da cobertura. São visíveis manchas escuras - “fantasmas” e descoloração, devido aos efeitos da humidade.

Estruturalmente, os vãos apresentam-se estáveis, embora, em alguns casos pontuais, se verifique a existência de fendilhação ao nível dos lintéis, que é visível apenas a partir do interior das alas. Não é possível confirmar em que fase ocorreu esta fendilhação e se a cedência dos arcos em tijolo, ou lintéis de madeira, é anterior ou posterior à sobrecarga da viga de coroamento. Seria necessário avaliar de forma sistemática, através de meios de diagnóstico adequados, se existe tendência para o agravamento da anomalia ou se esta estabilizou, bem como, se é de ordem estrutural, ou não.

Não existem portas nos vãos e as cantarias, de calcário, quando existem, não apresentam anomalias relevantes.

Piso térreo

As paredes interiores nas galerias do claustro não têm qualquer acabamento de pintura e os rebocos apresentam diversas zonas com “fantasmas” e descoloração. Esta patologia resulta da conjugação de dois factores:

- Contaminação atmosférica das águas que se infiltram a partir do terraço e contaminação das águas do solo que ascendem por capilaridade.
- Alterações químicas resultantes de incompatibilidades entre as argamassas cimentícias e o substrato de alvenaria das paredes, composto por pedra e argamassas bastardas.

Estas manchas surgem em zonas onde existe maior teor de humidade, nomeadamente nos troços superiores das paredes, junto à cobertura abobadada, em zonas de maior fragilidade estrutural (normalmente na envolvente dos vãos) e nas zonas de embasamento.

As molduras dos vãos de portas e janelas, de calcário, apresentam diferentes estados de conservação, conforme o período da sua aplicação e tipo de pedra utilizada. Quando se trata de vãos da fase inicial do edifício, as molduras tendem a apresentar alguma perda de material e lacunas, embora não se verifiquem anomalias graves. Quando as molduras em pedra correspondem a intervenções mais recentes, não é visível qualquer tipo de anomalia.

No portal da sala do Capítulo falta uma ombreira de pedra, que se julga ter sido retirada durante o período de ocupação militar, para aumentar a largura do acesso e permitir a entrada de veículos.

5.2.2 Alçados externos

As paredes externas são analisadas globalmente, sem diferenciação de pisos. Contrariamente aos alçados internos, não existem, neste caso, elementos construtivos, como as galerias do claustro ou outros, que estabeleçam a separação em dois níveis e que condicionem os respectivos estados de conservação. Não se observam fendilhações ou desaprumos que indiquem qualquer tipo de anomalia ao nível do sistema construtivo das paredes. Os contrafortes permanecem estáveis e não se verificam alterações acentuadas ao nível dos materiais de revestimento. O escurecimento das superfícies das argamassas devido a sujidades e a biocolonização apenas contribuem para a sensível modificação cromática destes elementos.

O revestimento das paredes das fachadas externas apresenta alterações notáveis ao nível do piso térreo e na envolvente dos vãos. Estas alterações são, por um lado as que já se verificavam nas paredes internas, ou seja, manchas extensas, “fantasmas” e

descoloração, e por outro lado a desagregação dos rebocos. Ocorrem nas zonas inferiores das paredes quando estas funcionam como muros de suporte para vencer o desnível entre as cotas interiores e a envolvente exterior. Julgamos que este processo decorre da acumulação das águas infiltradas a partir do pátio do claustro, que se vêm acumular junto às paredes exteriores, devido à falta de sistemas de recolha e escoamento de águas pluviais.

Nos vãos existem alguns casos de fissuração dos arcos ou lintéis de madeira originais. A pedra das cantarias apresenta diferentes tipos de alterações: nos vãos do piso superior observa-se fracturação e fissuração de algumas cantarias; no piso térreo, onde as cantarias são de uma forma geral as originais, observa-se a alveolização do calcário.

5.2.3 Galerias do Claustro

Os alçados do claustro são constituídos por elementos de calcário, nos quais se incluem as colunas, as pilastras e os arcos. Acima destes elementos existem ainda os frisos, também de calcário, que na parte superior formam caleiras para escoamento das águas pluviais do terraço. Os troços de parede situados na parte superior dos alçados são constituídos por alvenaria de pedra, acabamentos em rebocos de argamassas bastardas e por diversas camadas de pintura à base de cal. Estes revestimentos encontram-se bastante degradados, no entanto é o pouco que resta da remoção generalizada que foi efectuada na última campanha de obras.

Os elementos construtivos em pedra foram analisados apenas na face externa, já que se trata da face mais exposta aos agentes atmosféricos e aos efeitos da exposição solar. As alterações mais significativas que se verificam são: crostas negras, alveolização ligeira, enfarinhamento e a presença de vegetação. As diferenças de exposição à meteorização são uma, das possíveis explicações para as variações do tipo e intensidade do decaimento. No caso das crostas negras, tratando-se de uma

manifestação da poluição atmosférica, devido à deposição superficial de partículas carbonosas, ou à sua retenção na camada mais externa da parede, não é visível a formação de gessos que normalmente lhe está associado. Outra hipótese para explicar este processo, poderá ser o facto da película depositada não ser suficientemente agressiva para reagir com o substrato, devido também a uma maior exposição solar desta zona.

A caracterização específica dos materiais pétreos, quer quanto às alterações e tipos de degradação, quer quanto à distribuição e intensidade, deverá ser objecto de análise detalhada e mapeamento, por parte de técnicos especializados.

Nas superfícies mais protegidas das águas pluviais, como é o caso das faces interiores das colunas e arcos, as transformações físico-químicas verificadas são menos relevantes. As sujidades devem-se à deposição seca de produtos resultantes de fenómenos de condensação. Neste caso, a quantidade de água fornecida pela condensação não é suficiente para a formação de uma solução agressiva, capaz de actuar. Em qualquer dos casos, estas películas não são danosas para a pedra e, pelo contrário, podem mesmo ser um factor de protecção em relação às erosões devido à desaceleração da dissolução e arrastamento do carbonato de cálcio que lhes fica subjacente.

Nas superfícies mais expostas aos agentes atmosféricos e onde existe maior facilidade de escoamento das águas pluviais, verificam-se perdas significativas de material, principalmente nas colunas e capiteis. Este fenómeno de meteorização remontante, está diferenciado por zonas, sendo mais intenso nos troços intermédios e também nas zonas com exposição solar a Sul e Poente. Trata-se de uma patologia que é devida a processos químicos e físicos que estão associados à dissolução da calcite. Através destes processos o CO₂ e outros gases presentes na atmosfera, quando dissolvidos nas partículas aquosas depositam-se na superfície do monumento,

oxidando a calcite, especialmente nos períodos húmidos, provocando a lavagem e a diminuição da espessura da parede.

Um outro tipo de meteorização, ou forma de degradação, que é possível verificar é a alveolização, que se caracteriza pela formação de concavidades com forma e dimensões variadas. Estes alvéolos normalmente têm uma distribuição aleatória.

Há ainda situações muito pontuais de “sugaring”, ou enfarinhamento. O mecanismo de dilatação/retracção, em episódios repetidos, levam à rotura da calcite e à criação de uma fina rede de fissuras, que depois se degradam, provocando esta forma de degradação.

A meteorização que se verifica nas colunas assume diversas formas de destacamento, desde a esfoliação (plaquetas múltiplas paralelas à superfície da pedra, com espessura da ordem de 1mm), à escamação (material destacado com forma de unhas ou escamas), até à pulverização (partículas finas como pó).

Quanto à distribuição das formas de degradação e respectiva intensidade, existem variações significativas que dependem do grau de exposição atmosférica, da possibilidade de escorrências de águas pluviais, ou mesmo do desenvolvimento de colonização biológica ou vegetação. Verifica-se ainda uma maior intensidade da degradação nos casos em que os elementos se apresentam mais exteriorizados, pois se encontram mais expostos à acção dos ventos, das escorrências de águas pluviais, da insolação e principalmente ao efeito acumulado destes fenómenos.

Apontamento sobre métodos não destrutivos de diagnóstico.

A metodologia seguida neste trabalho tem sido feita a partir de abordagem fenomenológica e ao nível da superfície dos materiais. Importa por isso, que seja feita uma análise mais aprofundada, quantificando as observações, isto é, que seja independente do observador. O recurso a métodos não destrutivos poderá provar o

grau de alteração das peças, a porosidade e a estrutura do material pétreo, para um diagnóstico mais rigoroso.

O uso de métodos ultra-sónicos teria como vantagem a avaliação de diversos parâmetros atrás referidos, bem como permitir avaliar e quantificar os danos existentes nos diferentes materiais. Outra possibilidade seria a termografia, que mediante o uso de termómetros de infravermelhos portáteis, traçaria uma cartografia de isotérmicas e forneceria dados para a avaliação de certas patologias.

No fundo, o que se pretende é identificar a origem das anomalias, para reduzir o fenómeno e, se possível, eliminar as condições que estão na base da sua formação.

Provavelmente os métodos referidos não serão suficientes, já que o estudo do comportamento dos materiais implica um estudo laboratorial, como complemento do estudo *in situ*.

5.3 TECTOS

5.3.1 Piso superior

Os tectos do piso superior são apenas a face inferior da laje de esteira, formada pelo sistema de vigotas de betão e abobadilhas de tijolo.

5.3.2 Piso térreo

As abóbadas que correspondem aos tectos dos espaços regulares, situados nas alas do piso térreo, não apresentam problemas estruturais significativos. Apenas é visível fissuração ligeira. A abóbada da sala do Capítulo, que é um dos elementos arquitectónicos mais valiosos do profanado convento, apresenta diversos vestígios de pinturas murais antigas, pelo que é de supor que existam troços bastante mais extensos debaixo das camadas de cal que actualmente revestem esses tectos. Não foi possível encontrar dados que referenciem a existência destas pinturas, e muito menos

a sua avaliação sob o ponto de vista da instância histórica, ou estética, pelo que consideramos que seria urgente um estudo com vista à sua análise e caracterização.

A abóbada de betão do armazém, situado na ala poente, apresenta uma linha de fendilhação extensa, a merecer observação e monitorização. Nas abóbadas das galerias as principais patologias são manchas negras, que são devidas a colonização biológica por fungos. Esta colonização tem vindo a expandir-se devido a infiltração de águas a partir do terraço. Pelos mesmos motivos, existem também eflorescências salinas e, pontualmente, existe desagregação do reboco ou do estuque.

5.4 PAVIMENTOS

4.4.1 Piso superior

Os pavimentos do piso superior das alas, cujo sistema construtivo é em vigotas de betão pré-esforçado, apresentam-se sem acabamentos e de um modo geral sem alterações significativas. Na ala nascente, na zona das escadas, existem pontualmente armaduras à vista com sinais de corrosão do ferro.

O pavimento do terraço, sobre as galerias do claustro, cujo sistema construtivo é em abóbadas, está revestido com telas de impermeabilização, que se encontram bastante degradadas. O escoamento horizontal das águas pluviais faz-se através de canaletes que atravessam os muros e estão ligados a uma caleira exterior, situada na fachada do claustro, que por sua vez liga aos tubos de queda situados nos quatro cantos do claustro. Estes canaletes encontram-se bastante obstruídos e os tubos de queda há muito que deixaram de funcionar.

5.4.2 Piso térreo

Os pavimentos dos espaços regulares do piso térreo são de um modo geral em betonilha e não apresentam alterações notáveis. Nas galerias, os pavimentos são em

calçada de seixo rolado de dimensões médias. Apresentam grandes lacunas, que foram sendo sucessivamente preenchidas com betonilha. As soleiras calcárias apresentam um elevado desgaste e diversas lacunas, em especial junto aos bordos. Esta situação deve-se, por um lado, ao uso intenso e pouco cuidado no período de ocupação militar e, por outro, ao colapso do sistema de recolha de águas pluviais na periferia do pátio, que levou ao aterro de caleiras e sumidouros e ao conseqüente aparecimento de vegetação infestante.

Capítulo 6 – SUGESTÕES DE RECUPERAÇÃO E VALORIZAÇÃO

Depois de ultrapassadas as etapas no desenvolvimento dos capítulos anteriores, que visaram a revelação do edifício sob as mais variadas formas, pensamos ter algumas bases para avançar com uma proposta. Queremos que esta se destine a prolongar a vida do edifício e a contribuir para a sua valorização.

A metodologia e as sugestões de intervenção surgem, assim, como consequência do conhecimento analítico e intrínseco do edifício do antigo convento de Santo Agostinho. A definição dos objectivos, critérios e filosofia de intervenção, constituem as bases para a articulação entre as áreas científicas que vierem a estar envolvidas na intervenção.

Antes de avançar para a definição das metodologias e das propostas em concreto, consideramos importante esclarecer a razão da escolha do termo *recuperação* como um dos objectivos referidos no título deste capítulo. O termo *recuperar* provém do grego e significa – reaver. Corresponde a um conceito relativamente vasto que, no entanto, contém em si o significado que gostaríamos de ver associado à intervenção que é objecto deste estudo. Trata-se de alguma forma de “reaver” a unidade potencial do edifício. Porém, esta não é a terminologia habitualmente utilizada na maioria da literatura sobre a matéria, sendo mais frequente encontrar os termos *conservação* e *restauro*. De qualquer modo, estes significantes não representam conceitos imutáveis, já que, por exemplo, a palavra *restauro* foi sujeita a uma significativa evolução semântica. Esta palavra significou até ao XIX, renovação com actualização estética, posteriormente significou reconstrução estilística e só no final do século XIX, quando passou a existir um maior apelo à autenticidade e à conservação, é que evoluiu para o significado de recuperação com distinção da substância histórica.

Segundo Virgolino Jorge, o conceito de *conservação*, sendo um dos princípios de salvaguarda do património monumental, encontra-se hoje parcialmente definido e convenientemente diferenciado do restauro e renovação. “A conservação exprime a atitude fundamental da salvaguarda do património histórico; por isso, deve ter a primazia sobre todas as outras medidas de protecção [...] Enquanto a conservação procura consolidar, tecnicamente, as partes isoladas de um monumento que ameaçam dano, o restauro, adoptando regras válidas para a conservação preocupa-se com a identidade técnica da sua configuração geral, como produto de significado histórico e de valor artístico (materiais, formas, figuras, cores, texturas, etc.). O restauro admite assim o acrescento indispensável e harmonioso de partes novas que facilitem a leitura interpretativa do objecto original [...] Ora, uma correcta acção de restauro deve orientar-se pela mais adulta unidade histórica e estética do monumento [...] Em geral um restauro só tem sentido se forem realizadas, antes ou em simultâneo, as necessárias obras de consolidação e de conservação”⁹².

De acordo com Bernard Feilden, a *conservação* engloba várias escalas e níveis de intensidade, as quais são determinadas por condições físicas, causas de deterioração e antecipação da futura utilização do edifício. O mesmo autor considera sete níveis de intervenção: a preservação do estado existente, a consolidação da construção, o restauro, a reabilitação, a reprodução e a reconstrução⁹³.

Também para Fernando Henriques, a conservação “engloba todo o conjunto de acções destinadas a prolongar o tempo de vida duma dada edificação histórica. Trata-se de uma designação de espectro alargado que pode englobar ou vários dos conceitos seguintes: seleccionados de acordo com o caso em análise:

a) Manutenção - manter em bom funcionamento, procurando evitar anomalias graves;

⁹² Virgolino Ferreira Jorge, *Cultura e Património*, Ed. Colibri / Câmara Municipal de Portel, Lisboa, 2005

⁹³ Bernard M Feilden, *ob. cit.*, pp. 19-20

b) Reparação e consolidação - correcção de anomalias

c) Restauro – Conjunto de operações destinadas a restabelecer a unidade da edificação do ponto de vista da sua concepção e legibilidade originais, ou relativa a uma época ou conjunto de épocas. Trata-se de um tipo de acção com algumas dificuldades éticas, que deve ser baseado em investigações e análises históricas inquestionáveis e utilizar materiais que permitam uma distinção clara, quando observados de perto, entre original e não original.

d) Reabilitação – habilitar um edifício a novas funções, com exigências funcionais mais severas

e) Reconstrução – construir de novo todo ou parte de um edifício”⁹⁴.

A definição destes graus de intervenção, que poderão porventura ser usados em simultâneo em diversas partes do edifício, auxiliaram-nos a estabelecer a metodologia de intervenção com a qual definiremos a resposta a dar aos problemas detectados.

É dentro deste quadro conceptual que optámos por utilizar o termo *recuperação* para o conjunto de acções que consideramos necessárias, pois engloba todos os níveis de intervenção, sejam de conservação ou restauro.

As intervenções que vierem a ser efectuadas no Convento de Santo Agostinho devem ainda seguir as determinações e critérios definidos nas diversas Cartas e Convenções internacionais, nomeadamente os princípios definidos na Carta de Veneza⁹⁵ e na Carta de Cracóvia⁹⁶. Neste último documento o património arquitectónico é entendido como “resultado de uma identificação com vários momentos associados à história e aos

⁹⁴ Fernando Henriques, *A Conservação do Património Histórico Edificado*, Laboratório Nacional de Engenharia Civil (Memória nº 775), Lisboa, 1991.

⁹⁵ Carta Internacional sobre Conservação e Restauro Monumentos e Sítios, resultante do II Congresso Internacional de Arquitectos e técnicos de monumentos históricos, reunidos em Veneza em 1964, in *Cartas e Convenções Internacionais*, ed. IPPAR, Lisboa, 1996.

⁹⁶ Carta de Cracóvia 2000 – Princípios para a conservação e restauro do património construído, Ed. D.G.E.M.N

contextos socioculturais”⁹⁷, devendo a sua conservação ser feita de acordo com um “projecto de restauro que tenha por base uma estratégia de conservação a longo prazo”⁹⁸. Deve também ter-se sempre presente que o “objectivo da conservação”⁹⁹ [...] é o de manter a sua autenticidade e a integridade”.

Apesar de a intervenção dever estar orientada para o restabelecimento da unidade potencial do edifício histórico, não deverá correr-se o risco da perda da sua autenticidade. Ou, como refere Cesare Brandi, “sem cometer uma falsificação histórica ou artística e sem apagar a patina, encarada como sedimentação do tempo”¹⁰⁰.

A conservação de edifícios históricos implica a gestão de diversos tipos de valores de ordem cultural, emocional e também de uso, conforme refere Bernard Feilden¹⁰¹. No entanto, é plano ético que se torna fundamental o cumprimento rigoroso de um conjunto de normas de actuação, a saber:

- A condição do edifício precisa de ser recordada antes de cada actuação;
- As evidências históricas não podem ser destruídas, falsificadas ou removidas;
- Qualquer intervenção tem que ser a mínima necessária;
- Qualquer intervenção deve ser orientada de forma a respeitar a integridade estética, histórica e física do bem cultural;
- Todos os materiais usados precisam de ser inteiramente documentados;
- Qualquer intervenção deve ser reversível ou, no mínimo, que não prejudique uma futura intervenção, sempre que isso possa ser necessário;

⁹⁷ Idem, *ibidem*

⁹⁸ Idem, *ibidem*

⁹⁹ A Carta de Cracóvia define Conservação como sendo o “conjunto de atitudes dirigidas no sentido de tornar perdurável o património e os seus monumentos. A conservação é feita com respeito pelo significado da identidade do monumento e dos valores que lhe estão associados.” É um conceito mais abrangente que o restauro que na mesma Carta é definido como “uma intervenção dirigida sobre um bem patrimonial, cujo objectivo é a conservação da sua autenticidade e a sua apropriação pela comunidade”.

¹⁰⁰ Cesare Brandi, “*Teoria do Restauro*”, Edições Orion, Lisboa, Abril 2006, p.36

¹⁰¹ Bernard Feilden, *ob. cit.*, p.6

- Não impedir a possibilidade de se aceder, mais tarde, a todas as evidências incorporadas no objecto;
- Tentar manter, quanto possível, o material original
- Caso sejam necessárias adições, estas devem ser harmoniosas na cor, tom, textura, forma e escala; menos evidentes que o material primitivo, contudo, facilmente identificáveis.

Há ainda que ter em conta o facto de qualquer intervenção dever ser assumida como marca do seu próprio tempo. Cesare Brandi refere a propósito que, “a acção de restauro [...] pela mesma exigência que impõe o respeito pela complexa historicidade devido à obra de arte, não se deverá apresentar como secreta e quase fora do tempo, antes deverá apresentar-se de modo a ser caracterizada como evento histórico que é, pelo facto de ser um acto humano e de se inserir no processo de transmissão da obra de arte ao futuro”¹⁰².

O projecto de conservação, que segundo se afirma na Carta de Cracóvia, é destinado à definição dos objectivos e métodos de intervenção, deve manter-se como documento aberto¹⁰³. Há sempre que ter em atenção o facto de no decorrer da intervenção surgirem novos dados analíticos, relativos nomeadamente à constituição dos materiais, ao resultado de sondagens, bem como às patologias existentes, que obriguem à confirmação ou reequacionamento das soluções previstas inicialmente, ainda segundo Bernard Feilden¹⁰⁴.

Após a intervenção no edifício deverá prever-se a realização de inspecções regulares, acompanhadas de uma documentação sistemática, planeando-se a regularidade com

¹⁰² Cesare Brandi, *ob. cit.* p.38

¹⁰³ Piero Sampaolesi, *Discorso sulla metodologia generale dei monumenti*, Editrice Edam, Firenze, 1973.

¹⁰⁴ Bernard Feilden, *ob. cit.*, p.8

que devem ser realizadas as operações de manutenção, no sentido de reduzir ao mínimo as probabilidades de decaimento do edifício.

O trabalho de recuperação e a manutenção teriam um sentido muito limitado, sem uma estratégia de valorização e sustentabilidade do edifício. Sendo um facto que a arquitectura possui um carácter intrinsecamente funcional, a atribuição de uma nova função a um velho edifício, é condição *sine qua non* para a sua conservação. É o que adiante se apresentará numa proposta genérica e que se limita a apontar ideias que poderão ser posteriormente desenvolvidas ao nível dos diversos estudos a realizar e aos projectos de arquitectura e engenharia.

6.1 RECUPERAÇÃO

Neste subcapítulo iremos enumerar um conjunto de medidas, que se destinam a servir de contributo para a elaboração de um projecto de recuperação do edifício.

Antes do inicio de qualquer intervenção que venha a ser efectuada, será necessário confirmar grande parte dos diagnósticos efectuados no capítulo anterior recorrendo a ensaios complementares. Só com base nas análises resultantes desses ensaios, será possível concluir com grande rigor a eventual existência de movimentos estruturais, como assentamentos diferenciais e localização de cargas excessivas. Ao nível das paredes será possível analisar os diversos tipos de humidades existentes, as capacidades resistentes, os graus de porosidade, determinar a constituição das argamassas e também a estratigrafia dos acabamentos ainda existentes. Por fim, será possível identificar com mais detalhe a patologia dos materiais pétreos, bem como as situações em que ocorre a acção dos diversos agentes biológicos e atmosféricos.

Só com base nestes estudos e análises interdisciplinares será possível conhecer o edifício como um todo e definir as medidas mais correctas a aplicar no sentido de corrigir as anomalias existentes, para prevenir comportamentos indesejados no futuro.

As propostas que se apresentam em seguida abrangem diversos níveis de intervenção, desde a resolução de anomalias dos sistemas ou elementos construtivos, até às medidas destinadas à prevenção da sua deterioração.

6.1.1 Resolução de anomalias estruturais

As anomalias estruturais que foi possível identificar por observação macroscópica, situam-se principalmente ao nível dos paramentos das paredes e, pontualmente, em algumas abóbadas e pavimentos.

De entre estas anomalias salientam-se as seguintes: fendilhação extensa nas paredes exteriores com maior predominância na envolvente dos vãos; fendilhação longitudinal na separação entre viga de coroamento em betão e as paredes de alvenaria; fracturação dos lintéis dos vãos externos e internos; descolamento entre os planos perpendiculares de algumas paredes internas e externas; corrosão pontual do ferro das vigotas prefabricadas em betão pré-esforçado em lajes de pavimento e tectos.

Não possuímos dados científicos para explicar os fenómenos que tem vindo a ocorrer de fendilhação, fracturação e descolamentos entre planos perpendiculares de paredes. No entanto, podemos apontar duas hipóteses que nos parecem plausíveis: por um lado, a existência de assentamentos diferenciais ao nível das fundações e por outro, esforços excessivos devidos às lajes e vigas de betão¹⁰⁵.

¹⁰⁵ De acordo João Mascarenhas Mateus, este quadro de deformações das alvenarias é relativamente corrente em edifícios antigos. “(...) os fenómenos mais comuns de deformação são: o assentamento das fundações das paredes e cunhais, acompanhado da trasladação vertical ou inclinada das alvenarias; a sobrecarga de abóbadas e de pavimentos e a conseqüente fissuração das estruturas resistentes (abobadas, arcos e paredes) com a indicação da abertura de rótulas para os perfis mais comuns”. Cf. João Mascarenhas Mateus, *Técnicas tradicionais de construção de alvenarias*, Ed. Livros Horizonte, Lisboa, 2002, p.272

Fundações - consolidação e reforço

É provável que uma boa parte dos fenómenos que se verificaram no passado, de eminente colapso de alguns troços de paredes exteriores, tenham relação com assentamentos diferenciais. A existência de pesados contrafortes que marcam fortemente os alçados exteriores, que nos parece terem sido colocados sem qualquer critério estético, são a melhor prova desses factos. Sendo assim, julgamos plenamente justificável a execução de sondagens geotécnicas, que irão permitir verificar o estado em que se encontram as fundações. Estas sondagens devem realizar-se nas imediações dos contrafortes. Desta prospecção podem vir a revelar-se duas situações: problemas de alteração das condições do terreno de fundação, ou problemas ao nível das próprias sapatas. Neste último caso, será necessário verificar a existência de desagregação da alvenaria das sapatas, ou se da anomalia decorre uma excessiva concentração de cargas relativamente ao terreno de fundação.¹⁰⁶ Caso seja necessário actuar sobre o terreno de fundação, este trabalho, que remete para um especialista em engenharia geotécnica, poderá consistir no melhoramento da capacidade resistente do solo. No caso do problema se verificar ao nível da fundação será necessária a intervenção de um especialista em engenharia de estruturas, que estudará os processos mais adequados para reforço do material de fundação, melhorando as suas características¹⁰⁷.

Elementos estruturais. Consolidação e reforço

Um primeiro passo necessário para o conhecimento da situação real dos elementos estruturais é a realização de ensaios e monitorização dos resultados. Esta permitirá conhecer impacto efectivo das sobrecargas das lajes de betão armado, construídas na

¹⁰⁶ Cf. João Appleton, *Reabilitação de edifícios antigos – Patologias e Tecnologias de Intervenção*, Edições Orion, Lisboa, Setembro 2003, p. 134.

¹⁰⁷ João Appleton, *ob.cit.*, p.136

década de 1980, sobre as estruturas existentes e avaliar se foram excessivas quer ao nível da super-estrutura das paredes resistentes quer ao nível das fundações.

As fendas existentes nas paredes exteriores, cantarias dos vãos de portas e janelas, devem ser medidas através de testemunhos de gesso, monitorizando-se a sua movimentação. Os resultados desses registos permitirão avaliar se as anomalias estão estabilizadas ou em movimento. Será também possível concluir se estas se devem a problemas estruturais de base, designadamente deficiências construtivas originais, ou se, pelo contrário, se devem às alterações efectuadas no edifício ao longo da sua história. Entre essas alterações podemos destacar as seguintes: abertura de vãos de portas e janelas com dimensões superiores às originais do convento, que originaram concentrações de tensões nos cantos desses vãos; substituição de pavimentos e coberturas de madeira por lajes de betão armado (na década de 1980). Estas lajes ao nível do piso superior constituem diafragmas rígidos, que produzem efeitos de corte na secção transversal horizontal das paredes. Para além disso, introduziram sobrecargas excessivas no sistema estrutural. Será também necessário realizar ensaios do sistema estrutural, relativamente ao comportamento face à acção dos sismos.

Depois de analisados os resultados de todos os ensaios, poder-se-á chegar à conclusão que o sistema estrutural existente apresenta debilidades graves, devidas à acção das lajes, sendo por isso necessárias medidas de reforço estrutural bastante profundas. Neste caso, será fundamental efectuar uma análise custo / benefício, entre a opção de manutenção das lajes, com os custos inerentes de reforço estrutural global e a opção alternativa, que será a sua substituição por estruturas mais ligeiras sem necessidade de reforços do sistema. Tendo em conta que o objectivo da recuperação não é apenas o de prolongar a vida do edifício, mas também contribuir para a sua integridade e para que se mantenha reconhecível a sua “dupla polaridade estética e

histórica"¹⁰⁸, julgamos que a segunda opção é aquela que melhor responde a estes princípios.

É de admitir que o lintel de betão que envolve todo o edifício, bem como o troço de parede de betão que existe no alçado norte, é de admitir que possam vir a ser objecto de remoção, caso se venha a comprovar, através de ensaios, que não estão devidamente integradas no sistema estrutural do edifício.

Para que se restabeleça o equilíbrio estrutural do conjunto, é também fundamental o reforço das paredes estruturais, exteriores e interiores. A metodologia de reforço das paredes que propomos, baseia-se em parte na experiência seguida por José Aguiar na recuperação da Cartuxa de Mauerbach¹⁰⁹. Esta recuperação serviu-nos de referência, principalmente pelas vantagens que apresenta no comportamento a longo prazo. A metodologia proposta para o reforço das paredes é a seguinte:

- Limpezas das superfícies das paredes, incluindo a remoção das argamassas cimentícias das paredes exteriores que, como já foi referido anteriormente, não são compatíveis com as alvenarias em pedra miúda e argamassas à base de cal;
- Colmatação das fendas mais evidentes com selantes compatíveis com as argamassas pré-existentes. Nos casos em que se justifique, devido à dimensão das fendas, poderão ser aplicadas redes metálicas (tratadas contra a corrosão) ou de fibras para reforço das ligações;
- Consolidação extensiva restituindo coesão interna aos elementos constituintes, através de aspersões directas de hidróxido de cálcio (cal hidratada) e injeções de caldas de silicatos;

¹⁰⁸ Cesari Brandi, *ob. cit.*, p. 57.

¹⁰⁹ Cf. José Aguiar, "Conservação de revestimentos exteriores: da teoria à prática", in *Seminário: A Intervenção no património construído. Práticas de conservação e reabilitação*, ed. FEUP e DGEMN, Porto, 2002, pp. 244 -245.

O confinamento das paredes é outro procedimento que poderá ter que ser adoptado, no caso da qualidade resistente das paredes ser manifestamente fraca e não for possível o seu contributo para a solidez do conjunto. Esta medida extrema poderá implicar a aplicação pontual de malhas metálicas em ambas as faces, projecção de argamassas de reforço à base de silicatos, e tirantes de ligação dos dois planos de reforço (interno e externo).

Os contrafortes fazem parte integrante da imagem do edifício e são marcas bem evidentes da história dos eventos construtivos do edifício. Por esse motivo, e apesar dos reforços a efectuar poderem dispensar a função de contenção para o qual foram construídos, não se coloca a hipótese da sua retirada.

Caso os estudos a realizar apontem para a necessidade de reforço das estruturas no sentido de ter uma maior capacidade resistente aos sismos, deverá ter-se em atenção as normas internacionais, que indicam as intervenções que são possíveis efectuar em edifícios de alvenaria¹¹⁰.

6.1.2 Melhoria das condições de protecção contra a humidade

Uma grande parte das anomalias que afectam o edifício provém dos efeitos causados pela humidade, quer esta seja humidade ascendente, quer seja de precipitação.

O objectivo deste subcapítulo é o de apresentar algumas medidas destinadas a evitar os problemas causados pelas humidades, tanto no sentido de impedir o contacto da água com os elementos construtivos, como para reduzir os tempos de contacto, quando a sua eliminação se revele inviável¹¹¹.

¹¹⁰ EN 1998- Euro Código 8- Disposições para o projecto de estruturas sismo-resistentes (parte dedicada ao reforço e reparação de edifícios). Cf. João Mascarenhas Mateus, *ob. cit.*, p.277.

¹¹¹ Cf. João Appleton, *ob. cit.*, p. 235.

a) Medidas de protecção contra humidade ascendente do solo

Os efeitos das humidades ascensionais são bem visíveis nas paredes exteriores, atingindo mais de 1,50 m naquelas que se situam mais próximas do rio. Esta situação deve-se por um lado ao facto das fundações, e paredes, em alguns casos, estarem em contacto directo com o solo húmido, mas também devido à elevada capilaridade dos materiais constituintes e inexistência de elementos que produzam um corte hídrico. Para além da degradação dos rebocos através da acção dos sais e dos efeitos estéticos das eflorescências salinas, as humidades ascensionais têm ainda efeitos ao nível da perda de capacidade resistente das paredes. Estudos realizados com pedras calcárias demonstraram que quando saturadas e submetidas à compressão, à tracção e ao corte, a pedra apresenta uma redução da capacidade resistente de cerca de 50%, comparativamente aos resultados obtidos para o seu estado em seco¹¹².

Segundo Vasco Freitas, o tratamento de paredes com humidades ascensionais poderá passar pela utilização das seguintes tecnologias:¹¹³

- Ventilação da base das paredes;
- Execução de corte hídrico
- Criação de um potencial oposto ao potencial capilar
- Aplicação de drenos atmosféricos
- Ocultação de anomalias

A drenagem e ventilação das paredes através de valas ventiladas superiormente é um dos métodos mais eficazes de combate às humidades ascensionais, em especial quando o nível freático não é muito elevado. No entanto, este é um dado que neste caso se desconhece. Por outro lado, surge a dificuldade de recorrer ao sistema de

¹¹² L. Binda, A. Saisi, S. Messina, A. Tringali, "Mechanical damage due to long term behaviour of multiple leaf pillars in Sicilian Churches", 3rd International Seminar *Historical Constructions*, Guimarães, 2001, pp. 707 – 727.

¹¹³ Vasco Freitas, Isabel M. Torres, "Humidade ascensional em construções históricas - Tecnologias de tratamento", *A Intervenção no Património: Práticas de Conservação e Reabilitação*, Ed. FEUP e DGEMN, Porto, Outubro 2002, p. 333.

valas para drenagem e ventilação das paredes exteriores porque a sua construção teria que ser feita pelo interior do edifício, dada a cota superior do piso interno. Essa construção não só seria bastante complexa de executar, como também implicaria a existência de grelhas nos pavimentos interiores, que não parece compatível com o uso a dar aos diversos espaços. Como recurso poder-se-ia admitir uma solução mais ligeira, que passaria pela abertura de valas, nas quais seria introduzido um sistema de geodrenos¹¹⁴, e pela impermeabilização das paredes enterradas.

Outra hipótese, é a introdução de barreiras estanques na base das paredes. Esta técnica, desenvolvida por Massari, consiste na criação de segmentos sucessivos de carotagens na base das paredes, nos quais são introduzidas argamassas de ligantes sintéticos, destinados a produzir uma barreira, ou plano estanque¹¹⁵. Em alternativa, existe a possibilidade de criar barreiras químicas, que são conseguidas à custa da injeção ou difusão por gravidade de produtos hidrófugos ou tapa poros. De qualquer modo, a decisão quanto à técnica e produto sintético a introduzir, depende sempre do tipo de parede, devendo por isso recorrer-se a ensaios para verificar quais as suas características específicas.

As restantes técnicas são sistemas electro-osmóticos (criação de potencial eléctrico contrario ao potencial capilar), drenos atmosféricos e ocultação de anomalias¹¹⁶. Estas técnicas têm eficácia reduzida e não são aplicáveis ao caso presente.

b) Medidas de protecção contra humidade de precipitação

A humidade de precipitação afecta directamente os elementos da envolvente do edifício, designadamente, as coberturas, as paredes exteriores e as caixilharias. A resolução destes problemas passa, em primeiro lugar, pela aplicação de soluções

¹¹⁴ Este sistema implica a execução de valas em forma de cunha preenchidas com cascalho, tubos de drenagem (perfurados e envolvidos em geotextil) junto à fundação, impermeabilização das paredes enterradas sobre as quais devem ainda ser aplicadas mantas drenantes.

¹¹⁵ Cf. Vasco Freitas, et al, *ob cit.*, p.337.

¹¹⁶ *Idem, ob.cit.*, p.339.

preventivas, recorrendo-se a técnicas que facilitem o escoamento rápido das águas que atinjam o edifício.

Paredes exteriores

As paredes exteriores do edifício, pelas suas características construtivas, à base de alvenaria de pedra irregular argamassada, facilitam a humedificação resultante do contacto dos rebocos exteriores com a água da chuva. Por este facto, os rebocos tendem a ficar húmidos durante os períodos do ano de maior pluviosidade. Conforme refere João Appleton, “essa humedificação é normalmente acompanhada pela dissolução de sais e sua cristalização, dando origem à progressiva deterioração quer dos rebocos exteriores, quer da estrutura da parede, quer dos revestimentos interiores, e mesmo de outros elementos e partes da construção. Por isso, a temática do estudo dos revestimentos e acabamentos das paredes exteriores [...] nomeadamente no que se refere à protecção a dar às paredes exteriores, é de importância crucial”¹¹⁷.

Para além dos aspectos de protecção contra a humidade de precipitação, é também de realçar a importância que estes revestimentos têm para a durabilidade da construção e para a imagem exterior do edifício. Na sequência do reforço e consolidação das paredes existentes, a solução a adoptar deverá basear-se na execução de novos rebocos com características semelhantes aos “originais”, ou seja, baseados em argamassas de cal e areia, aditivados com adjuvantes naturais ou artificiais. Os rebocos mais antigos que é possível encontrar actualmente localizam-se nos muros do terraço e nos alçados do claustro. Uma das soluções possíveis é estudar estes rebocos no sentido de chegar à composição da argamassa tradicional

¹¹⁷ Cf. João Appleton, *ob. cit.*, p. 238

original¹¹⁹. Seguidamente efectuar experiências de compatibilidade com as argamassas existentes nas alvenarias e com as argamassas a utilizar no reforço e consolidação das paredes.

Em alternativa, e apesar de se correr o risco de se desvirtuar a verdade construtiva do edifício, existe a possibilidade de recorrer a produtos existentes no mercado, que são desenvolvidos especificamente para edifícios antigos. Estes produtos respondem, em regra, favoravelmente às exigências de compatibilidade, eficácia e durabilidade, com economia. Habitualmente incorporam materiais adjuvantes que melhoram a hidraulicidade das argamassas favorecendo não só a sua aplicação em obra, como o comportamento face à retracção e variações de temperatura. Segundo Rosário Veiga, “alguns destes materiais são resíduos industriais, o que permite juntar a reciclagem às vantagens obtidas com as argamassas que os incorporam. É assim possível dosear argamassas com boas características recorrendo a produtos como: pó de tijolo, metacaulino, microssílica, pozolanas naturais dos Açores e de Cabo Verde, etc”¹²⁰. No caso de a opção recair sobre os produtos pozolânicos, “é possível obter argamassas com as principais vantagens das argamassas hidráulicas - endurecimento em presença da água, embora mais lento que o do cimento; resistência à água; boa permeabilidade ao vapor de água - evitando as suas principais desvantagens - módulo de elasticidade elevado, sais solúveis”¹²¹.

Relativamente à textura do reboco, deve ter-se em atenção as características das amostras do reboco original, porque não é de supor que a camada final do reboco

¹¹⁹ Segundo João Mascarenhas Mateus, as argamassas tradicionais eram compostas basicamente por: ligantes: as cals e o gesso; agregados: a areia, o pó de pedra, as britas; materiais agregados capazes de transmitir a hidraulicidade às misturas, como as pozolanas, o pó de tijolo ou o trass; água. Cf. João Mascarenhas Mateus, *ob. cit.*, p. 173.

¹²⁰ Maria do Rosário Veiga, “Intervenções em revestimentos antigos: Conservar, substituir ou ...destruir”, 2^o Encontro sobre Patologia e Reabilitação de edifícios (PATORREB), Porto, Março de 2006.

¹²¹ Idem, *Ibidem*.

fosse absolutamente regular¹²². Daí que o reboco a aplicar também não deverá ter acabamento final muito fino.

Outra questão a ter em conta é a aplicação de pinturas que sejam compatíveis com os rebocos de argamassas tradicionais. A aplicação de pinturas inadequadas representa uma importante fonte de anomalias em rebocos e nas próprias alvenarias. O esquema de pintura ideal, como na maioria dos rebocos com argamassas tradicionais, será aquele que permitir assegurar uma boa estanquidade à água da chuva e permeabilidade ao vapor. Embora existam hoje em dia diversas tintas que são compatíveis com as argamassas tradicionais, o recurso a tintas baseadas em cal ou silicatos será sempre a solução mais adequada. Estas tintas conferem às superfícies um aspecto menos sofisticado e mais próximo do tradicional. O recurso à caição tradicional é também viável, já que a cal pode receber uma pigmentação de forma a se obter a coloração desejada. Tem a desvantagem da durabilidade já que, apesar de poder incorporar fixadores naturais, necessita de pinturas mais frequentes.

Relativamente à questão da cor, o problema que se coloca é se, restando tão poucos vestígios das pinturas originais, haverá condições para a recolha de amostras e para a análise estratigráfica das camadas de cor aplicadas no passado. Mesmo que seja possível identificar todas as cores, haverá sempre o problema de voltar a utilizar cores equivalentes às originais, pois será quase impossível voltar a fabricar pigmentos com o mesmo tipo de matérias-primas e com os métodos tradicionais.

¹²² A metodologia antiga, de aplicação do reboco é a seguinte:

- 1ª camada, o embosso, que prepara a parede para uma maior aderência;
- 2ª camada, o esboço, para uma maior resistência do paramento;
- 3ª camada, o barramento, equivale ao que hoje chamamos de estuque. Trata-se de um afagamento final de 2 a 3mm, tratamento descrito nos cadernos de encargos do século XV e que se utilizou bastante no século XVIII. Esta camada pode ser feita só com cal em pasta ou com mistura de cal e pó de pedra calcária. É própria para alisar a parede e prepará-la para receber a cor. Poderá servir de acabamento de uma parede, no caso de não haver lugar à passagem da cor.

As pedras dos cunhais, que são relativamente heterogéneas quanto à forma. Depois de tratadas e colmatadas as juntas, deverão receber pintura, ou caiação, semelhante às paredes. A pintura com produtos compatíveis, como por exemplo a cal, não só consolida, como também protege as pedras calcárias, actuando como anti-fungicida e impermeabilizante.

Coberturas

Coberturas inclinadas

As coberturas de duas águas existentes não apresentam, no geral, anomalias graves. Embora os beirais, como têm uma extensão muito reduzida, permitem que as águas pluviais se infiltrem entre as telhas e também que escorram ao longo das paredes. Haverá por isso necessidade de substituir estes beirais por outros mais extensos e criar sistemas recolha e drenagem das águas pluviais, que se integrem na imagem das fachadas. O tipo de telhas aplicadas não constitui problema sério, face às características arquitectónicas do edifício, no entanto, é de admitir que, em qualquer caso, devam ser colocadas membranas impermeáveis de cartão ondulado asfaltado, ou de “naturo-cimento”, antes do seu assentamento.

Na recuperação do telhado, devem ser previstas telhas passadeiras e de ventilação, aplicadas de modo a não causar muito impacto na imagem do edifício. Estas telhas destinam-se a permitir a circulação para manutenção e a ventilação abaixo da superfície das telhas.

No caso das águas da cobertura que drenam para o terraço, julgamos ser de prever sistemas de recolha de águas pluviais, como caleiras ou algerozes e tubos de queda. Os objectivos desta medida são, por um lado evitar a infiltração das águas na cobertura e por outro, diminuir o escoamento de água através da superfície do pavimento do terraço.

O assunto mais complexo dentro do tema das coberturas inclinadas refere-se à sua estrutura de base. Como já foi referido anteriormente, no subcapítulo relativo à recuperação dos elementos estruturais, é necessário verificar se o esforço exercido pelas lajes de cobertura, adicionado ao das restantes lajes de betão, não é excessivo e também se o seu comportamento dinâmico é admissível no caso de um sismo. Haverá portanto, que avaliar o nível de risco e custos associados à manutenção da actual situação e ponderar se é justificável a sua substituição por estruturas mais leves e com melhor comportamento dinâmico.

Terraços

Dadas as graves anomalias originadas pelas infiltrações de águas pluviais ao nível do terraço, torna-se urgente recuperar os sistemas de impermeabilização, recolha e drenagem de águas pluviais.

Verifica-se que o estado de degradação das membranas de impermeabilização determina que as soluções a adoptar terão que passar, inevitavelmente, pela execução de impermeabilizações inteiramente novas. A escolha dos sistemas de impermeabilização deverá ser feita em função do tipo de acabamento de pavimento que venha ser aplicado no terraço. Esta opção terá que ver com a capacidade de carga que os sistemas possibilitem e com o tipo de protecção mecânica e térmica que venham a necessitar. A intervenção a realizar passará também pela verificação do estado em que se encontram os enchimentos das abobadas, devendo, se necessário, proceder-se à sua substituição por enchimentos mais leves. Outra intervenção fundamental, ao nível da protecção contra a humidade, é a limpeza e impermeabilização dos canaletes e caleiras exteriores e a substituição, ou reposição, dos tubos de queda situados nos cantos do claustro.

Caixilharia exterior

Actualmente, o edifício quase não possui portas nem janelas. No piso térreo, a maioria dos vãos estão praticamente “entaipados” e no piso superior estão totalmente abertos. Do período anterior à última intervenção (década de 1980) restam apenas a porta de entrada pelo largo da igreja e alguns portões.

Reconhece-se que a infiltração da água da chuva através dos vãos abertos e das caixilharias existentes constitui um importante foco de anomalias, devido à degradação das partes fixas e móveis da caixilharia, que depois se prolonga pelas paredes subjacentes, pelos pavimentos, estendendo-se à respectiva estrutura, pelos revestimentos de piso, quando existem, podendo mesmo atingir os tectos. Para que se possam definir com exactidão as soluções a adoptar nas caixilharias, consideramos recomendável efectuar um estudo sobre o estado de conservação das madeiras em melhores condições de conservação e analisar as possibilidades da sua recuperação.

Na escolha da protecção a dar aos vãos que já não possuam caixilharia, ou nos casos em que esta deva ser substituída, devem ter-se em conta os seguintes aspectos:

- Tipologia do vão;
- Tipologia de guarnecimento das vergas, ombreiras e soleiras;
- Respeito pelas características arquitectónicas do edifício.

Estamos certos que outras considerações podem ser tomadas em linha de conta. No entanto, é nossa opinião que a madeira, pela sua nobreza, deverá ter sempre a primazia nestas intervenções. Dever-se-á evitar a adopção de perfis e elementos excessivamente simplificados e que facilitem o encaminhamento da água da chuva para o interior. Deve-se garantir que os sistemas de vedação e fecho sejam eficientes. As madeiras deverão estar bem secas e tratadas, de modo a minimizar os efeitos futuros de contracções excessivas por secagem do material e os ataques de fungos ou insectos. Antes da pintura, dever-se-á garantir que os níveis de humidade da madeira

estão estabilizados, para evitar a formação de bolhas, ao qual se seguiria a destruição do acabamento.

Os gradeamentos de ferro existentes devem ser tratados contra os efeitos da corrosão e pintados posteriormente.

6.1.3 Resolução de patologias em elementos pétreos

Os elementos pétreos deverão ser objecto de especial atenção na intervenção de consolidação e restauro a efectuar futuramente. Constituem, na sua grande maioria, a parte visível da matéria original do edifício, e aquela que melhor resistiu ao efeito de todos os agentes que contribuíram para o estado de degradação actual do edifício.

Neste subcapítulo daremos especial ênfase ao tratamento dos elementos pétreos que fazem parte do claustro, propondo uma metodologia de intervenção com vista a sua recuperação¹²³. Importa referir a este propósito que uma das primeiras intervenções a efectuar será a reabertura da galeria sul, o que passa pela remoção dos entaipamentos em tabique.

Estratégia e metodologia de conservação

Após a identificação e registo da situação actual que foi feita no capítulo anterior, apresenta-se em seguida uma estratégia de conservação dos elementos pétreos do claustro. A preservação destes elementos pétreos passa pela conservação, não apenas do seu valor histórico, mas também estético. A perda de material, que decorre de um processo contínuo de degradação, deve ser contida para que a imagem não fique irremediavelmente afectada. É também importante evitar que o material resultante da acção dos tratamentos efectuados se torne num outro material, ou que

¹²³Baseámo-nos para este estudo nas metodologias de caracterização e de intervenção em elementos pétreos, desenvolvidas pelos Professores Luís Aires-Barros e José Delgado Rodrigues, docentes do Mestrado em que se insere esta dissertação.

venha a existir um interface entre a zona tratada e a não tratada, com consequências ainda mais nocivas.

A estratégia que propomos é de conservação e de manutenção dos materiais, através da limpeza, consolidação, protecção e, quando possível, do restauro da forma original (por exemplo nas colunas). Dada a situação de degradação do caso presente, a conservação a efectuar não deverá ser uma soma de intervenções mínimas. A estratégia de actuação passa também por estabelecer um conjunto de actuações que seja coerente e que valorize o conjunto. Para atingir esse objectivo, é necessário, não só uma definição de prioridades, como também uma correcta monitorização das acções empreendidas. A noção de que o processo é feito por pequenos passos, ponderados e seguros, é fundamental.

Limpeza

A metodologia de limpeza das superfícies baseia-se na resposta a uma série de questões preliminares, que são: limpar, porquê? - quando? - quanto? - como fazer? - como controlar?

Aplicando esta metodologia à situação presente, podemos referir o seguinte:

1- Há algumas sujidades que são factores potenciais de degradação, como as crostas negras e a biocolonização. Além disso, no caso das crostas negras e de outros depósitos superficiais (que não possam ser considerados pátinas) existem diferenças de coloração e textura que escondem detalhes arquitectónicos, como é o caso dos frisos exteriores.

Seria, contudo, vantajosa a realização de testes laboratoriais para estudar a sua composição e avaliar até que ponto interferem com o substrato. Caso não haja interferência, é necessário saber se funcionam como película de protecção aos agentes ambientais.

A limpeza, no caso presente, serve como benefício, devido à remoção de diversos agentes que não contribuem para um envelhecimento saudável, tendo como vantagem permitir mostrar algumas partes da face do edifício que têm estado ocultas.

2 - Quanto à prioridade da limpeza, não vemos necessidade de uma intervenção urgente, já que:

- a degradação existente não é claramente atribuída à sujidade;
- as crostas, a biocolonização e as restantes sujidades não têm escala e intensidade que o justifiquem.

Quando forem efectuadas outras intervenções, por exemplo, de consolidação dos materiais pétreos, poderá então haver oportunidade para a limpeza de superfície.

3 - A quantidade ou profundidade da limpeza, deverá ser feita até à zona estável da pedra, especialmente no caso das crostas negras. No caso presente existe alguma dificuldade em avaliar o que é pátina ou velaturas e o que é sujidade.

Para se garantir a não interferência com um elemento que faz parte da história do edifício, como é a pátina, devem ser feitos ensaios de graduação de limpeza. A partir destes ensaios poder-se-ão estabelecer as superfícies de referência para toda a restante limpeza.

4 – A passagem à fase operacional requer a escolha do meio técnico mais adequado para efectuar a limpeza.

Dever-se-á ter em conta que a dimensão a tratar é relativamente reduzida, o facto dos materiais do substrato terem zonas em desagregação e também o facto serem bastante porosos.

Julgamos que o uso de água nos meios de limpeza deve ser bem acautelado.

Sendo a tecnologia de ablação fotónica (laser) aquela que fornece mais garantias de não interferência com o substrato, julgamos ser a mais aconselhável para a limpeza das crostas negras e outras sujidades.

Quanto à colonização biológica, parece-nos que o recurso a biocidas testados, com escovagem, não terá grande inconveniente.

5 – A preparação de superfícies de referência poderão ser os factores fundamentais para o planeamento e controle das acções de limpeza a desenvolver. A definição de superfícies de referência terá ainda a vantagem de servir para avaliar a relação entre a eficácia e a nocividade dos meios utilizados.

Consolidação

Algumas das formas de degradação anteriormente referidas estão mais ou menos associadas com a perda de coesão dos elementos pétreos. As razões para esta perda devem-se não apenas às características do material, mas também à sua geometria, à localização no edifício e às respectivas condições de exposição atmosférica e ambiental. Daí que, qualquer programa de consolidação tenha que ter em conta este aspecto, não se limitando a uma actuação a partir de “situações similares”. Devem então ser usados métodos de ensaio que caracterizem as situações particulares, antes e após a aplicação dos consolidantes.

As questões prévias colocadas no caso da limpeza são de novo um bom método a seguir para a consolidação, a saber:

1 - A taxa de perda de material, devido à perda de coesão, é um factor fundamental para justificar a consolidação. O retardamento da perda de material, a retoma de aderência do material que se está a destacar e o aumento da resistência mecânica são justificações mais que suficientes para a consolidação dos elementos do claustro com um grau de degradação superior, nomeadamente das colunas.

De qualquer modo, julgamos que a principal razão para actuar deve ser o facto de a imagem do claustro, enquanto objecto arquitectónico, poder vir a ficar irremediavelmente comprometida.

2 – No caso das colunas e arcos, onde se verificam os maiores destacamentos e onde estão em actuação mecanismos de perda de coesão, torna-se necessária uma rápida intervenção, para retardar aquele processo.

3 – A quantificação da consolidação a efectuar prende-se desde logo com os conceitos de eficácia e nocividade. A uma maior eficácia corresponde normalmente uma maior nocividade.

É por isso importante actuar com a avaliação dos resultados da aplicação de diversos produtos de consolidação em zonas pré-definidas. Existem diversos ensaios que podem ser realizados *in situ*, para avaliar a eficácia, nocividade e durabilidade dos produtos consolidantes:

Eficácia

Profundidade de penetração – o que interessa avaliar neste caso é a capacidade dos produtos para consolidarem a zona que se está a destacar e de a ancorarem ao substrato. Os métodos ultra-sónicos são uma das possibilidades para avaliação deste parâmetro. Através do estudo das velocidades de propagação de ultra-sons é possível avaliar a capacidade de absorção da pedra, para os diferentes produtos. Outra possibilidade é o ensaio de avaliação do tempo de absorção de microgotas. Para além de fornecer dados quanto à capacidade de ancoragem dos produtos, é também um ensaio fundamental para o estudo do comportamento hídrico das zonas de teste.

Resistência – a avaliação do acréscimo de resistência, pode ser quantificada através de ensaio de berbequim de microperfuração. Este método, apesar da sua utilidade, tem apenas como inconveniente a introdução de pequenos furos no objecto de ensaio.

Um outro ensaio importante é o do aumento da resistência mecânica à flexão, mas tanto quanto sabemos, apenas pode ser feito em laboratório.

Nocividade

É sabido que qualquer consolidante transforma a zona tratada num novo material. No entanto, é preferível ter um material superficial ligeiramente alterado, do que não o ter. Além disso, o material em destaque também está alterado em termos petrográficos, pelo que a opção será a consolidação, tendo em conta a nocividade dos produtos. O que interessa avaliar neste caso são:

- alterações cromáticas;
- modificações do comportamento hídrico, em especial a permeabilidade ao vapor;
- comportamentos diferenciais

Para o estudo das alterações cromáticas poderá ser usado um colorímetro, que permite graduar a alteração de cor após a aplicação dos diferentes produtos. Torna-se também importante neste caso estudar a evolução cromática por radiação. Como muitos consolidantes são de origem orgânica, as alterações devidas à acção dos raios ultravioletas podem ser variáveis.

Para o estudo do comportamento hídrico, como permeabilidade ao vapor ou coeficiente de absorção de água, podem ser usados, respectivamente, o método de tempo de absorção de microgotas e ensaios com porosímetro.

Para o estudo dos comportamentos diferenciais, convém a análise dos resultados do método de perfuração atrás descrito.

Durabilidade

A avaliação da durabilidade pode ser feita tanto em laboratório, em ensaios de envelhecimento artificial, como pela exposição natural ou por comparação com casos reais de obra.

1 - Após a avaliação dos resultados anteriores e da ponderação sobre o produto e zonas a tratar, pode então passar-se à fase operacional.

Existem diversos produtos no mercado para efectuar a consolidação, como silicato de etilo, resinas epoxídicas, resinas acrílicas – paraloídes, e outros, cuja aplicação exige ponderação.

É também importante que a consolidação se faça com a reposição de algumas pequenas lacunas, podendo assim contribuir para proteger e preparar o material para resistir melhor.

2 - As operações de consolidação não são operações simples e os riscos envolvidos são sempre grandes. Por isso, torna-se necessário um controle eficaz dos trabalhos realizados.

Protecção

Não menos importante que a consolidação e a limpeza das colunas e arcos é a protecção dos materiais pétreos relativamente aos agentes meteóricos. Os produtos hidrófugos desempenham neste caso um importante papel, pois são os principais agentes de protecção, relativamente à água, principalmente em superfícies batidas pela água da chuva. A acção dos hidrófugos visa, nomeadamente, facilitar o aumento do ângulo de contacto entre as moléculas de água e o material pétreo.

A avaliação dos resultados da aplicação dos produtos hidrófugos deve basear-se tanto em ensaios laboratoriais, como em estudos feitos sobre os materiais e as condições específicas do claustro. Esta avaliação deve, tal como nos casos da limpeza e da consolidação, servir para ponderar a *eficácia, nocividade e durabilidade*.

Eficácia

Para a avaliação da eficácia dos diferentes produtos hidrófugos que forem sujeitos a ensaios, deve ser recolhida a informação pelos seguintes métodos:

- Tempo de absorção de microgotas
- Ângulo de contacto
- Método de absorção de água por cachimbo
- Absorção de água por capilaridade

Através destes métodos poderemos ter uma interpretação mais rigorosa dos efeitos dos produtos não só à superfície como em profundidade. Por vezes o produto pode desaparecer à superfície, mas ficar a capacidade repelente da água em profundidade.

Nocividade

A avaliação da nocividade deverá ser medida através da permeabilidade ao vapor e das alterações de cor recorrendo aos meios já referidos anteriormente.

Durabilidade

A avaliação da durabilidade pode ser verificada a partir do estudo das alterações verificadas em ensaios de radiação ultravioleta e de cristalização salina.

6.1.4 Resolução de anomalias em revestimentos

Escadas

Os dois núcleos de escadas que servem de acesso ao piso superior apresentam-se com um elevado desgaste da pedra, o que torna bastante difícil a sua recuperação. Apesar de actualmente ser muito difícil circular nas escadas, já que em alguns troços os degraus se transformaram em rampas, não nos parece que devam ser substituídos por peças novas, mesmo que o material fosse absolutamente equivalente ao existente. As actuais pedras têm como grande vantagem apresentarem de forma evidente as

marcas do uso humano que lhe foi sendo dado ao longo do tempo, desde o uso pelos frades ao dos militares. Para que o processo de desgaste seja travado, propomos apenas a sua protecção com um revestimento em madeira maciça e resistente ao desgaste, que deverá ocupar apenas uma faixa central para permitir a circulação.

Pavimentos

Poucos são os pavimentos que restam hoje em bom estado e não possuímos qualquer registo acerca da sua antiguidade. São principalmente calçadas em seixo rolado, situadas nas galerias do claustro e alguns pavimentos de pedra. Aquando da aplicação dos novos pavimentos, devem ter-se em conta as características arquitectónicas do edifício histórico em intervenção.

Azulejos

Existem no edifício alguns painéis e vestígios azulejares pontuais. Estes importantes revestimentos devem ser estudados, consolidados e restaurados. No caso dos painéis de azulejos situados na portaria e nas escadas, que se apresentam com muitas lacunas, o seu restauro poderá passar pela reposição dos elementos em falta com cópias, devidamente diferenciadas.¹²⁴

Uma outra tarefa, porventura uma missão impossível, mas que seria de inegável valor, seria a pesquisa do paradeiro dos azulejos que faziam parte dos extensos painéis que revestiam o claustro, e fazer a sua inventariação. Caso estes azulejos sejam encontrados, deverá também ponderar-se a hipótese da sua eventual reposição, ainda que esta possa ser uma intervenção polémica, pois existe o risco de haver uma falsa interpretação¹²⁵.

¹²⁴ Cf. Cesare Brandi, *ob. cit.* P.72.

¹²⁵ *Idem, ob. cit.*, p. 73.

Pinturas dos tectos da sala do Capítulo

Os vestígios da pintura ornamental que é possível observar na sala do Capítulo merecem uma especial atenção e impõem um trabalho específico de conservação e restauro. Numa fase preliminar será necessário efectuar a abertura de janelas de limpeza e posteriormente, caso seja necessário, trabalhos de fixação e reintegração pictural.

6.2 MANUTENÇÃO

Sendo um dos objectivos da conservação o conjunto de acções que ajudam a prolongar o tempo de vida de um edifício, pensamos que ao realizar a sua manutenção estaremos também a promover a sua conservação e a prolongar a sua existência satisfatória.

Após a recuperação do Convento propomos que o mesmo seja submetido a um programa regular de acções de manutenção, como por exemplo, manter todas as partes do monumento limpas e desimpedidas de detritos, tendo especial atenção às coberturas. No espaço envolvente não deve haver acumulação de lixos que impeçam a boa drenagem das águas.

Propomos ainda os seguintes trabalhos:

- 1- Desenhar todas as peças com medições rigorosas;
- 2- Realizar um levantamento fotográfico exaustivo;
- 3- Observar com periodicidade todas as peças para uma limpeza de poeiras, fungos e detecção de alguma anomalia estrutural.

Esta metodologia visa, em caso de perda de um qualquer dos elementos, possibilitar a substituição da peça por outra com igual desenho, sempre devidamente identificada para não se obter um falso histórico e sabermos exactamente que se deu a substituição.

Um outro aspecto para o qual alertamos é a prevenção contra incêndios. Será de evitar, aquando da elaboração do projecto desta especialidade, a opção por sistemas de combate com água em grandes caudais que possam vir a contribuir para danificar os elementos e os materiais de revestimento, como pinturas nos tectos, por exemplo. É necessária a verificação regular das instalações eléctricas, de modo a evitar curto circuitos.

Outras acções de manutenção que será necessário empreender, são as seguintes:

- Inspecção regular do edifício de modo a remediar o mais possível as causas de infiltração de humidade no interior e verificação da manutenção da humidade relativa adequada à conservação dos materiais, por técnicos especializados.
- Limpeza frequente no interior dos edifícios, onde deverá prevalecer o aspirador sobre a humidade. No exterior também deverá ser efectuada a limpeza por técnicos especializados dos resíduos orgânicos e inorgânicos na zona adjacente aos paramentos dos edifícios.
- Manutenção das zonas verdes envolventes, de modo que o seu desenvolvimento não afecte negativamente o conjunto edificado.

6.3 VALORIZAÇÃO

Neste subcapítulo iremos apresentar, de forma muito sucinta, as bases para uma proposta de valorização do convento agostinho de Leiria e também dos espaços envolventes.

A zona em que se insere o conjunto conventual de Santo Agostinho tem-se vindo a constituir nos últimos anos como um importante pólo cultural da cidade. Desde logo pelo recém-inaugurado museu “Moinho do Papel”, depois pelo parque urbano que ocupa a área da antiga cerca do Convento, o qual inclui um “Centro de Interpretação

Ambiental”, e também pela proximidade do Santuário de Nossa Senhora da Encarnação, que foi recuperado nos últimos anos e constitui uma importante referência arquitectónica e paisagística da cidade. Para além destes aspectos, há ainda a considerar todo o potencial que esta zona possui para o aumento da oferta cultural, nomeadamente através da possibilidade de recuperação do antigo seminário e da antiga hospedaria, que actualmente é ocupada pela delegação local da Cruz Vermelha Portuguesa.

Face ao exposto, julgamos que uma eventual reutilização do antigo Convento para fins culturais tem plenas condições de sustentabilidade.

É de aceitar que os objectivos e intenções que constituem as bases para a valorização do conjunto conventual que agora se apresentam, venham a ser alterados no âmbito de uma intervenção real. Como é evidente, os fundamentos de uma proposta de valorização dependem de diversas condicionantes resultantes do contributo de outras disciplinas que sejam envolvidas no projecto. Estas, para além de poderem determinar modos de execução alternativos aos trabalhos de reparação e manutenção anteriormente referidos, poderão fornecer esclarecimentos ou contribuir com novos dados para a compreensão do monumento, alterando definitivamente a proposta agora apresentada.

As intenções aqui expostas enquadram-se no conceito expresso na Carta de Veneza, que visa a conservação do monumento através da utilização para um fim social útil, a qual, no entanto, não deve alterar a disposição ou a decoração dos edifícios.¹²⁶

Objectivos

A proposta de valorização deste convento terá que ser encarada de forma a transmitir esta importante memória às gerações vindouras, seguindo os critérios de

¹²⁶ ICOMOS, *Carta de Veneza - Sobre a conservação e restauro de monumentos e sítios, Veneza, 1964*, in <http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/CartadeVeneza.pdf>

autenticidade actualmente vigentes¹²⁷. Consideramos pois que será legítima e indispensável a reutilização do edifício, desde que sejam reconhecidos e respeitados os valores intrínsecos históricos, arquitectónicos e culturais que poderão permitir entender e compreender o edifício histórico na sua globalidade. A conjugação destes diversos valores, associados às características e particularidades do edifício, serão fundamentais para que, em síntese, se possa delinear uma proposta com vista à sua valorização.

Julgamos que a intenção principal e prioritária de qualquer reutilização deverá ser compatível com a devolução da dignidade ao edifício histórico, entendido no seu todo. Como foi referido, foram as condições de abandono e as sucessivas intervenções no edifício que proporcionaram a progressiva degradação e o facto de hoje em dia apenas ser possível uma leitura parcial e desvirtuada do Convento. O entendimento do conjunto é encarado hoje em dia desta forma incompleta, da qual praticamente desapareceu a relação fundamental do todo. Parece-nos que qualquer proposta de reutilização deverá encarar o edifício dos espaços regulares na relação com a sua igreja e com o sítio em que se insere. Consideramos que deverão ser preservadas as características funcionais da célula do Convento, com um espírito mais intimista, e voltada essencialmente para dentro, embora estes princípios não invalidem a opção por uma função que implique abertura do edifício ao público. Neste contexto consideramos importante valorizar o pátio do claustro, devolvendo-lhe o carácter de jardim, no entanto, com uma linguagem e desenho actualizados.

Caso seja possível encontrar os azulejos que revestiam o claustro, e existam registos de imagem da sua anterior colocação, parece-nos que deveriam ser repostos, embora

¹²⁷ De acordo com a Carta de Cracóvia “Autenticidade: significa a soma de características substanciais, historicamente determinadas: do original até ao estado actual, como resultado das várias transformações que ocorreram no tempo”, *Carta de Cracóvia 2000, Princípios para a Conservação e Restauro do Património Construído*, ed. Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Lisboa, 200.

evitando a resolução das lacunas através de uma repriminção¹²⁹. Julgamos que através esta intervenção se poderá ser um importante contributo para a valorização do espaço do claustro e em particular das galerias.

A sala do Capítulo é outro dos espaços que deve merecer uma especial atenção, já que é o espaço com maior valor estético do conjunto, não só devido às abóbadas, mas também às pinturas que actualmente estão cobertas e que se adivinha sejam de grande valor. Este espaço permite, pela sua dimensão (devido à anexação com a sala contígua que será de manter), a utilização como espaço polivalente, para exposições, congressos, concertos de câmara, etc.

O espaço do antigo dormitório, situado no piso superior, pelo facto de estar totalmente amplo terá condições para ser compartimentado, devendo ter-se presente a relação com os vãos existentes.

Relativamente aos restantes espaços, deverá ter-se em consideração a compartimentação existente e uma valorização que evidencie a utilização original, integrada na Regra seguida pela antiga comunidade conventual.

Concretizando algumas ideias de utilização, julga-se que será interessante a afectação dos “espaços regulares” (profanados), por exemplo, a núcleo museológico ou a uma instituição de ensino ligada às Artes e Cultura, uma escola superior de Música, ou de Artes Plásticas ou Design, ou até mesmo de Artes do Espectáculo (dança, teatro, artes performativas, etc.)

Concordamos com a intenção da Câmara Municipal de Leiria de instalar ali o Museu de Arqueologia, tendo em conta que esta opção se insere nos objectivos anteriormente definidos de atribuir ao Convento uma função cultural. Consideramos, no entanto, que devem ser feitos todos os esforços para que haja o mínimo de perdas

¹²⁹ Cesare Brandi considera que “a restituição do original interfere no ciclo fechado que é a criação, substituindo o próprio artista ou suplantando-o”. Cf. Cesare Brandi, *ob. cit.*, p. 72.

ao nível da substância histórica do edifício e que a colocação de equipamentos e instalações técnicas necessárias para o funcionamento do referido museu não ponha em causa a sua imagem e integridade.

Com as intenções e objectivos atrás apresentados pretendemos contribuir para manter a memória do lugar e preservar o que do passado chegou aos nossos dias, como expressão da organização social e do modo de vida do convento agostinho leiriense, e também para uma estratégia de valorização e sustentabilidade do edifício histórico.

Na expressão de Virgolino Ferreira Jorge, concluímos esta dissertação com o seguinte argumento: "A defesa e a revalorização urgentes deste património comum é, por conseguinte, uma iniludível obrigação de solidariedade e um exercício moral de cidadania activa comum, independente de confissões ou credos pessoais. Não deve ser entendida apenas como um encargo participativo, mas, sobretudo, como uma missão estimulante e incessante para os actos do futuro, assumida e partilhada conscientemente. E só quem sabe olhar o passado e conhece a força inaudita do *ontem* saberá contemplar e responder melhor às questões e incertezas do *amanhã*; neste traço de união transitável, o *hoje* é o momento verdadeiramente decisivo para assumir o passado com esperança e, com fé, preparar o futuro. Por conseguinte, o *agora* é uma obrigação e o "amanhã" é uma responsabilidade"¹³⁰.

¹³⁰ Cf. Virgolino Ferreira Jorge, *Cultura e...*, ob. cit., p.85.

BIBLIOGRAFIA

Fontes Manuscritas

A.N./T.T.

Convento de Santo Agostinho de Leiria
- Alvará para confirmação do Acordão - Liv. 23, fl. 11

B.P.A.D.L.

Convento de Santo Agostinho de Leiria Caixas 1 a 14

Convento de Santo Agostinho de Leiria
- Tombos, Juros e Arrematações (1520-1634) Caixa 19-D-9

Convento de Santo Agostinho de Leiria
- Tombos, Juros, Arrematações e Sentenças (1688-1724) Caixa 19-D-8

Convento de Santo Agostinho de Leiria
- Tombos, Juros, Escrituras e Petições (1520-1634) Caixa 19-D-8

Convento de Santo Agostinho de Leiria
- Tombos, Juros, Escrituras e Petições (1520-1634) Caixa 19-D-7

Leiria, Administração do Concelho
- Convento de Santo Agostinho, 1846 Caixa 38

Leiria,
Bens Incorporados e eia da Separação (1915-1952) 19-G-1

Leiria,
Inventários (1868-1878) 19-F-6

Arquivo da DRCC– IPA

Convento de santo Agostinho de Leiria
- Cartas, autos, protocolos de cedência, projectos,
notas internas de serviço (1882 a 2006) Pastas 1 a 15

Arquivo da DGEMN

Convento de santo Agostinho de Leiria
- Cartas, projectos, notas internas de serviço (1882 a 2006) Doc. em microfilme

Arquivo da Divisão de Património da DIE (Direcção de Infraestruturas do Exército)

Convento de santo Agostinho de Leiria – Regimento de Infantaria de Leiria – RI7

- Registos, comunicações internas, cartas,

projectos, levantamentos (1836 a 1994)

5 Pastas

- Plantas antigas em <http://www.exercito.pt/> bibliopac

Arquivo histórico da Câmara Municipal de Leiria

Convento de santo Agostinho de Leiria

- Cartas, protocolos, projectos, levantamentos.

Fontes Subsidiárias

AAVV, “Agostinhos”, *Moderna Enciclopédia Universal, Lexicoteca*, Tomo I, Circulo de Leitores, Lda e verlagsgruppe pertelsman GmbH/ ~Bertelsman, Lisboa, 1987.

AAVV, *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, 3 vols., (Dir. Carlos Moreira de Azevedo), Ed. Circulo de Leitores e Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, Rio de Mouro, 2000.

AAVV, *Dicionário de História de Portugal*, 6 vols., (Dir. Joel Serrão), Livraria Figueirinhas, Lisboa, 1990 (reedição).

AAVV, *Dicionário Histórico das Ordens e Instituições Afins em Portugal e nos Países Lusófonos*, (Dir. Eduardo Franco, Maria João Coutinho, Paulo Mendes Pinto, Sílvia Ferreira), Ed. GRADIVA Publicações, Lisboa, 2006.

AAVV, *História da Arte Portuguesa – Grandes Temas da Nossa História*, 3 vols., (Dir. Paulo Pereira), Ed. Circulo de Leitores, Lisboa, 1995.

AAVV, *História da Arte em Portugal*, 14 Vols., Ed. Publicações Alfa, Lisboa, 1986.

AAVV, *História de Portugal*, 8 vols, (Dir. José Matoso), Círculo de Leitores, 1992-1995

AAVV, *Ordens Religiosas em Portugal: das origens a Trento – Guia Histórico*, direcção de Bernardo Vasconcelos e Sousa, Ed. Livros Horizonte, Lisboa, 2005

AAVV, *Rochas Ornamentais Portuguesas, Direcção Geral de Geologia e Minas - Ministério da Industria, Energia e Exportação*, Porto, 1983.

AAVV, *Vocabulário Técnico e Crítico de Arquitectura*, (Dir. Maria João Madeira Rodrigues), Quimera, Coimbra, 1990.

AAVV, *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, 2 vols., (Dir. António Alberto Banha de Andrade), Editorial Resistência, (A edição deste dicionário foi interrompida a meio do 3.º vol., nunca publicado como tal, terminando o derradeiro fascículo editado (30) no início do artigo, Bernardo de Brito), Lisboa, 1980-1983.

AAVV, *Congresso Santo Agostinho: o Homem, Deus e a cidade*, Org. Seminário Diocesano, Centro de Formação e Cultura, Leiria, 2004.

AIRES-BARROS, Luís, *As Rochas dos Monumentos Portugueses. Tipologias e Patologias*, 2Vols, Ed. IPPAR/ Soc. Agric. Valle-Flôr/ Tribunal Administrativo da Comarca de Lisboa / Ministério da Cultura, Lisboa, 2001.

AIRES-BARROS, Luís, *Alteração e Alterabilidade de Rochas*, I.N.I.C., Lisboa, 1991.

AIRES-BARROS, Luís, “Conservação da Pedra em Monumentos”, in *Dar Futuro ao Passado*, IPPAR, Lisboa, 1993.

AGUIAR, José, *Cor e cidade histórica, estudos cromáticos e conservação do património*, Ed. FAUP, Porto, 2003.

AGUIAR, José, “Conservação de revestimentos exteriores: da teoria à prática”, in *A Intervenção no património construído. Práticas de conservação e reabilitação*, Ed. FEUP e DGEMN, Porto, 2002.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, “Património – Riegl e hoje”, in *Revista da Faculdade de Letras*, Universidade do Porto, Vol X, Porto, 1993.

ALMEIDA, Fortunato, “Eremitas Calçados de Santo Agostinho”, in *História da Igreja em Portugal*, Vol II, Nova edição preparada e dirigida por Damião Peres, Portucalense Editora/Livraria Civilização, Lisboa, 1968.

ALMEIDA, José Fernandes. *O seminário de Leiria: achegas para a sua história*, Gráfica de Leiria, Leiria, 1987.

ALONSO, Carlos, “ Agostinhos”, in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Circulo de Leitores e Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, Rio de Mouro, 2000, A-C, p27.

APPLETON, João A. S., *Edifícios Antigos - Contribuição para o estudo do seu comportamento e das acções de reabilitação a empreender*, (programa de investigação de edifícios), Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 1991.

APPLETON, João A. S., “Estudos de diagnóstico em edifícios - Da experiência à ciência”, in *A Intervenção no património construído. Práticas de conservação e reabilitação*, Ed. FEUP e DGEMN, Porto, 2002.

APPLETON, João, *Reabilitação de edifícios antigos – Patologias e Tecnologias de Intervenção*, Eições Orion, Lisboa, Setembro 2003.

APPLETON, Júlio, “Técnicas de reparação estrutural, métodos de análise e verificação da segurança das estruturas de alvenaria”, *Seminário sobre conservação de edifícios e monumentos histórico*, Associação Universidade – Empresa do Sul, Évora, 1990.

AZEVEDO, Carlos Moreira, “ Figuras e Mosteiros dos Eremitas de Santo Agostinho na segunda metade do século XV”, in *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua época. Actas. Vol V, Espiritualidade e Evangelização*, Porto, Universidade do Porto, 1989.

BALLESTER, Monica Alvarez Buergo, LIMÓN, Teresa Gonzalez, *Restauración de edificios monumentales. Estudio de materiales y técnicas instrumentales*, Centro de Estudios y Experimentación de Obras Publicas, Laboratorio Central de Estructuras y Materiales, Madrid, 1994.

BEGONHA, Arlindo, “Igreja de S. Pedro de Rates: estudo da deterioração da pedra”, in seminário: *A Intervenção no património construído. Práticas de conservação e reabilitação*, Ed. FEUP e DGEMN, Porto, 2002.

BLANCO, Javier Rivera, “ Nuevas tendencias de la restauración monumental. De la Carta de Venecia a la Carta de Cracovia”, in seminário: *A intervenção no património construído. Práticas de conservação e reabilitação*, Ed. FEUP e DGEMN, Porto, 2002.

BORGES, Nelson Correia, “Conventos”, in *Dicionário de Arte Barroca em Portugal*, Editorial Presença, 1989.

BRANCO, J. Paz, *Dicionário Técnico de Construção Civil*, Escola Profissional Gustave Eiffel, Queluz, 1993.

BRANDI, Cesare, *Teoria de la restauración*, Alianza Forma (2ª edição), Madrid, 2002.

BRANDI, Cesare, *Teoria do Restauro*, Edições Orion, Lisboa, Abril 2006.

BUCHO, Domingos Almeida, *Mosteiro de São Bernardo de Portalegre, Estudo histórico-arquitectónico. Propostas de recuperação e valorização do património edificado*, Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico, Universidade de Évora, 1994.

CARDOSO, Jorge, *Agiológico Lusitano*, (Organização, estudo e índices de Maria de Lurdes Correia Fernandes), 5 Vols, Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), Porto, 2002 (Ed. original de 1652-1666).

CABRAL, João, *Anais do Município de Leiria*, vol 2, Ed. Câmara Municipal de Leiria, Coimbra, 1975.

CESHI, Carlo, *Teoria e storia del restauro*, Mario Bulzoni Editore, Roma, 1970.

CHOAY, Françoise – *L'Allegorie du Patrimoine*, Seuil, Paris, 1992.

CHORÃO, Maria José Mexia Bigote, “Conventos”, in *Dicionário da História Religiosa de Portugal*, Circulo de Leitores, vol1, Rio de Mouro, 2000.

Corpo Diplomático Português, Lisboa, 1874.

CORREIA, José Eduardo Horta, *Arquitectura portuguesa: Renascimento, Maneirismo, Estilo Chão*, Editorial Presença, Lisboa, 1991.

CORREIA, José Eduardo Horta, “Os Colégios Universitários na Definição das Tipologias dos Claustros Portugueses”, in *Monumentos*, nº 8, pp. 14-19, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Lisboa, Março 1998.

COSTA, Alexandre Alves, “Arquitectura como arte de transformar”, in *A Intervenção no património construído. Práticas de conservação e reabilitação*, Ed. FEUP e DGEMN, Porto, 2002.

COSTA, F. Pereira, *Enciclopédia Prática da Construção Civil*, Edição do Autor, Portugália Editora, Lisboa, 1955.

COSTA, Joaquim Botelho da, *Estudo e classificação das rochas por exame macroscópico*, 5ª edição, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1979.

COSTA, Lucília Verdelho da, *Leiria*, Col. Cidades e Vilas Portuguesas, Ed Presença, Lisboa, 1989.

COUTINHO, Rita Alves de Azevedo, *Estudo e análise de patologias do Convento de Santo Agostinho*, trabalho de pós-graduação em Conservação e Reabilitação de edifícios, FCT UC, Coimbra, 2007.

CRISTINO, Luciano Coelho, “A igreja de Santo Agostinho de Leiria”, in *Mundo da Arte*, nº 14, Imprensa de Coimbra, Coimbra, 1983.

CUNHA, Mafalda Soares da, “ Patrocinato às ordens religiosas regulares”, in a *Casa de Bragança 1560-1640. Práticas senhoriais e redes clientelares*, Editorial Estampa, Lisboa, 2000.

CUSTÓDIO, Jorge, “De Herculano à Carta de Veneza”, in *Dar futuro ao passado*, IPPAR, 1993.

D.G.E.M.N., Inventário do Património Arquitectónico, [http/ www.monumentos.pt](http://www.monumentos.pt).

Carta de Cracóvia 2000 – Princípios para a conservação e restauro do património construído, Ed. D.G.E.M.N.

DOSSAT, Guglielmo de Angelis, *Guide to the Methodological study of monuments and causes of their deterioration*, Multigrafica Editrica, Rome, 1982.

EHSES, Stephanus, *Concillium Tridentinum, Diarioum Actorum, Actorum Epistolarum, Tractatum*, Nova Collectio, VIII e IX, Friburgo, 1924.

FIGUEIREDO, Sílvia Margarida Alves, *Arquitectura nas Ordens de S. Francisco e Santo Agostinho na Região de Lisboa*, dissertação apresentada para obtenção do Grau de mestre em Reabilitação de Arquitectura e Núcleos Urbanos, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 2003.

FONSECA, Pedro Quirino, *Cal D. Fradique – uma herança milenar*, Lisboa, Ed. Câmara Municipal de Lisboa, 1996.

FRAZÃO, Irene, “A pintura mural”, in *Dar futuro ao passado*, IPPAR, Lisboa, 1993.

FREITAS, Vasco, TORRES, Isabel M., “Humidade ascencional em construções históricas- Tecnologias de tratamento”, in a *Intervenção no Património Práticas de Conservação e Reabilitação*, Ed. FEUP e DGEMN, Porto, Outubro 2002.

FEILDEN, Bernard M., *Conservation of Historic Buildings*, Architectural Press, Third edition, Oxford, 2003.

GARCIA ORO, José, “Conventualismo e Observância – a reforma das ordens religiosas nos séculos XV e XVI”, in *Historia da Igreja em Espanha*, Ed. Biblioteca de autores cristianos, Madrid, 1990.

GOMES, Saul António, “A presença dos religiosos Agostinho em Portugal”, in *Santo Agostinho e a Cultura Portuguesa – Jornadas da escola de Formação Teológica de Leigos*, Ed. Centro de Formação e Cultura, Diocese Leiria-Fátima, Leiria, 2004, pp.13-32.

GOMES, Saul António, “A organização do espaço urbano numa cidade estremenha: Leiria Medieval”, *A cidade - Jornadas Inter e Pluridisciplinares*, Actas I, Universidade Aberta, Lisboa, 1993, p. 83-113.

GOMES, Saul António: “Diocese Leiria-Fátima”; in *Dicionário da História Religiosa de Portugal*, (Dir. Carlos Moreira de Azevedo), Ed. Circulo de Leitores e Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, Rio de Mouro, 2000.

GOMES, Saul António, “A população e o povoamento de Leiria do século XII ao XVI”, *Leiria-Fátima*, Órgão oficial da Diocese, 3 (9) (Set-Dez), Leiria, 1995.

GOMES, Saul António, “Oficinas artísticas no bispado de Leiria nos séculos XV a XVIII. Oficinas regionais”, actas do VI *Simpósio Luso-Espanhol de História da Arte*, Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Tomar, 1996.

GOMES, Saul António, “A defesa do Convento de Sto. Agostinho de Leiria num documento de 1800”, *Leiria-Fátima*, Órgão Oficial da Diocese, Ano VI, n.º 17 (Mai.-Ago), Leiria, 1998.

GOMES, Saul António, “ Um Bulário Medieval dos Eremitas de Santo Agostinho”, in *Lusitânia Sacra*, 2ª série, 4, Lisboa, 1992, pp. 371-380.

GONZALEZ-MORO Pablo Latorre, “La condición arqueológica de la arquitectura histórica: El caso de la Catedral de santa Maria de Vitoria”, in *2ª Bienal de la Restauración Monumental*, Ed. Fundación Catedral Santa Maria, Vitoria, 2004

HAUPT, A., *A Arquitectura do Renascimento em Portugal*, 1ª edição, Editorial Presença, Lisboa, 1985.

HENRIQUES, Fernando, *A Conservação do Património Histórico Edificado*, Laboratório Nacional de Engenharia Civil (Memória nº 775), Lisboa, 1991.

HENRIQUES, Fernando, “Humidade em paredes”, in *Série Conservação e Reabilitação*, Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), Lisboa, 1991.

IPPAR, *Cartas e convenções internacionais*, Lisboa, 1996.

JORGE, Virgolino Ferreira, *Cultura e Património*, Edições Colibri/ C.M. Portel, Lisboa, 2005.

JORGE, Virgolino Ferreira, “Conservação do Património e Política Cultural Portuguesa”, in *Anais da Universidade de Évora* (3), 1993: 27-36.

JORGE, Virgolino Ferreira, “ Organização espacio-funcional da abadia cisterciense medieval - Alcobaça como modelo de análise”, in *Separata do Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, Série IV, nº95, 2º Tomo, Lisboa, 2009.

KLUBER, George, *A arquitectura portuguesa Chã – Entre as Especiarias e os Diamantes (1521-1706)*, Ed. Nova Vega (2ª edição), Lisboa, 2005.

LEITÃO, Luís Augusto, *Curso elementar de Construções*, Escola da Arma de Engenharia, Imprensa Nacional, Lisboa, 1896.

Livro da Regra de S. Agostinho: e das Constituições Perpétuas dos Religiosos Pobres Hermitões da Ordem de S. Paulo Primeiro Hermitão, feitos e confirmados com Autoridade Apostólica, Ed. Manuel Lyra, Lisboa, 1594.

MARGALHA, Maria Goreti, “O uso da cal nas argamassas tradicionais”, in *Arquivo de Beja – história, etnografia, vida municipal e regional, cultura em movimento*, Vol. V, Série II, Ed. Câmara Municipal de Beja, 1995.

MARGARIDO, Ana Paula, *História e morfologia urbana de Leiria*, Ed. Câmara Municipal de Leiria, Leiria, 1988.

MARTINEZ, Hipólito, *A ordem dos Agostinhos em Portugal e no Mundo*, Tip. Veritas, Guarda, 1979.

MARKL, Dogoberto, “O Renascimento”, Vol. VI, *Historia da Arte em Portugal*, Edições Alfa, Lisboa, 1986.

MARONI, Maria Luísa de Castro, *Convento de Santo Agostinho de Leiria - Perpetuação em obra da pessoa do seu mentor Frei Gaspar do Casal*, Trabalho de seminário do Curso de História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1996.

MATEUS, João Mascarenhas, *Técnicas tradicionais de construção de alvenarias*, Ed. Livros Horizonte, Lisboa, 2002.

MECO, José Joaquim S. Santos, *Azulejaria Portuguesa*, Ed. Bertrand (2ª Edição), Lisboa, 1987.

MORENO-NAVARRO, A. G, “ La Restauración objectiva” (Metodo SCCM de restauración monumental), Memória SPAL, Barcelona, 1993-1998.

OLIVEIRA, P. Miguel de, *História do Catolicismo*, Coleção Vida e Cultura, Livros do Brasil, 1988.

OLIVEIRA, P. Miguel de, *História Eclesiástica de Portugal*, Publicações Europa-América (Mem Martins), 1994. (1ª edição 1944).

O COUSEIRO ou Memórias do bispado de Leiria (autor anónimo) - Leiria: [O Mensageiro], [198-?], Data de Ed. atribuída pelo catalogador, reprodução facsimilada da 1ª Ed. que no frontispício averba o seguinte: Braga - Tipografia Lusitana - Rua Nova, nº3 – 1868.

PANE, Roberto, “ Actualité e dialetica del restauro”, antologia seleccionada, CIVIT. M. Chieti, 1987.

PARRISSE, Michel “Dans le cloître et hors du cloître: les renouvelments de la vie reguliere”, in *Histoire du Christianisme*, (Direction de J.M. Mayer, A. Vauchez, M. Venard), A. Fayard, Paris, 1993, Vol 5, pp. 145.

PATORREB, “ Grupo de Estudos da Patologia da Construção”, Fichas Técnicas, Laboratório de Física da Construções, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, 2007.

PIMENTEL, António Filipe, *Arquitectura e poder – O real edifício de Mafra*, Instituto de Historia da Arte – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1992.

PINTO, Américo Cortez, *Da Famosa Arte de Imprimissão*, Editora Ulisseia, Lisboa, 1948.

PIRES, António Miguel Custódio, *A Arquitectura Religiosa e Conventual da Ordem de Santo Agostinho – Convento e Igreja de Nossa Senhora dos Anjos de Montemor-o-Velho*, Dissertação de Mestrado em Reabilitação da Arquitectura e Núcleos Urbanos-Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2000.

PURIFICAÇÃO, Frei António da: *Chronica da antiquíssima província de Portugal da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho*, Lisboa, 1642-1656.

REAL, Manuel Luís, “A organização do espaço entre Beneditinos e Agostinhos”, in *Arqueologia*, nº 6, Porto, 1982.

RIVERA, Javier, “ Restauración Arquitectonica desde los origenes hasta nuestros dias, conceptos, teoria e historia”, in *Teoria e historia de la Restauración*, Vol I do Master de Restauración y Reabilitación del Patrimonio (MRPP), Universidad de Alcalá, Madrid, 1997.

RIBEIRO, Mário Sampaio, “A Igreja e o Convento de Nossa Senhora da Graça, de Lisboa” - Palestra elucidativa feita aos sócios do Grupo “Amigos de Lisboa” a quando da sua visita no Domingo de Pascoela, 24 de Abril 1938, Lisboa, 1939.

RODRIGUES, J. Delgado, “Causes, mechanisms and measurement of damage in stone monuments”, in *Memória*, nº 744, LNEC, Lisboa, 1989.

RODRIGUES, J. Delgado, “Stone degradation and conservation”, notas para curso, *1st Regional Course on stone Conservation in Central and Western Asia*, Persepolis, Irão, Abril 1998.

RODRIGUES, J. Delgado, “Conservação de monumentos, aspectos técnicos e metodológicos e seu enfoque na conservação da pedra”, In *Geotecnia*, nº 89, Jul. 2000.

SALAZAR, J.A., “Agostiniani”, in *Dizionario degli istituti di perfezione* (Dir. Guerimo Pellicia e Ginacarlo Rocca), Vol. I, Roma, Edizione Paoline, 1974, Cols 278-284.

SAMPAOLESI, Piero, *Discorso sulla Metodologia Generale dei Monumenti*, 3ª Ristampa, Firenze, Editrici Edam,1990.

SANTOS, Reynaldo dos, *O azulejo em Portugal*, editora do Sul, Lisboa,1957.

SAN AGUSTIN – La Ciudad de Dios, T XVI –XVII, B. A.C., Madrid, 1958.

SEGURADO, João Emílio dos Santos, *Alvenaria e cantaria*, 4ª edição, Lisboa, Biblioteca de instrução Profissional, Livraria Bertrand, s.d.

SEQUEIRA, Gustavo de Matos, “Inventário artístico de Portugal: distrito de Leiria”, in *Inventário Artístico de Portugal*, Academia Nacional de Belas Artes, Vol. 5, Lisboa, 1955.

SERRÃO, Vitor Manuel, *O Renascimento e o Maneirismo* (vol. III da ‘*História da Arte em Portugal*’, dirigida por Carlos Alberto Ferreira de Almeida e José-Augusto França, Ed. Presença, Lisboa, 2002.

SILVA, Ilídio Jorge Pereira da, *A significação dos espaços privados nas comunidades cenobíticas, Os cônegos regrantes de Santo Agostinho da congregação de Santa Cruz de Coimbra entre 1527 e 1640 e até 1834*, Dissertação de Mestrado de História da Arte em Portugal, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998.

SILVA, Jorge Henrique Pais, *Dicionário de Termos de Arte e Arquitectura*, Editorial Presença, Lisboa, 2009.

SILVA, J. A. Raimundo Mendes da “Fissuras das Alvenarias – Estudo do Comportamento das Alvenarias sob Acções Térmicas”, dissertação de doutoramento, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (FCTUC), Coimbra, 1998.

SILVA, Severino Emanuel da Cruz, *O convento de São João Novo dos Eremitas de Santo Agostinho, Instituição, Património e Arte na Cidade do Porto*, dissertação de mestrado em História Moderna, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003.

SILVA, Vitor Coias, “Reabilitação estrutural de Paredes de construções antigas”, in *Seminário sobre conservação de edifícios e monumentos históricos*, Associação Universidade Empresa do Sul, Évora, 1990.

SIMÕES, João Miguel dos Santos, *Azulejaria Portuguesa do Sec. XVII, Corpus da Azulejaria Portuguesa*, Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Tomo II, Lisboa, 1971

REAL, Manuel Luís, “A organização do espaço entre Beneditinos e Agostinhos”, in *Arqueologia*, nº 6, Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto, Dezembro de 1983, pp. 118-132

TÁVORA, Fernando, “Convento de Refóios do Lima” in *Architecti*, Ano IV, nº 13, Jan/Fev/Mar, 1992

TÁVORA, Fernando, “Trabalhos de Conservação e Adaptação ” in *Pousada de Santa Marinha da Costa*, Boletim da DGEMN, nº 130, Lisboa, 1985

TOMÉ, Miguel, *Património e Restauro em Portugal (1920-1995)*, Ed. FAUP, Porto, 2002.

VEIGA, Maria do Rosário, “Intervenções em revestimentos antigos: Conservar, substituir ou ...destruir”, in *2º Encontro sobre Patologia e Reabilitação de edifícios (PATORREB)*, Porto, Março de 2006.

VITERBO, Sousa, *Dicionário Histórico dos Arquitectos, Engenheiros e construtores Portugueses*, 3 Vols. I.N.C.M, Lisboa, 1988.

VISCAINO, Pio de Luís, *Santo Agostinho uma vida inquieta*, Lisboa, Edições Paulistas, 1994.

ZUQUETE, Afonso. 1943. *Leiria - Subsídios para a história da sua diocese*, Ed. Gráfica Leiria, 1943.

ANEXOS

ANEXOS DOCUMENTAIS

Anexo I

LIVRO DA REGRA DE SANTO AGOSTINHO e das constituições perpetuas dos religiosos pobres hermitãos da terra doña da ordem de S. Paulo primeiro hermitão. Feitas e confirmadas com authoridade Apostolica.

Por Manuel de Lyra – 1594

Capitulo I – Do amor de Deus e do próximo: e da repartiçam dos bens comuns e da humildade dos religiosos entre si

Ante todas as coisas (irmãos carissimos) seja Deus muito amado e depois o próximo: porque estes mandamentos nos são dados principalmente. Por tanto estas são as coisas que mandamos que guardais os que estais junto em mosteiro. Primeiramente que morais conforme em casa e tenham uma vontade e um coração dem Deus, porque para este fim juntos em consagração. A nenhuma coisa chameis própria: mas todas as coisas antes vos sejam commuas. E o vosso prelado reparta e dê a cada um de vos o mantimento e o vestido não igualmente a todos, porque não tendes todos igual necessidade: mas seia dado a cada um segundo lhe for necessário. Assim o ledes no livro dos Actos os Apostolos que eram a eles todas as coisas commuas: e era dado a cada um segundo lhe era necessário. Os que tinham alguma coisa no mundo, quando entrarem em mosteiros, querão de boa vontade que seja commua a todos. E os que nada tinham, não queirão no mosteiro coisas que fora não poderiam ter. Porem dêem-lhes em sua infirmitade o que lhes for necessário ainda que sua pobreza fosse tanto no mundo, que nem as coisas necessárias pudessem achar. Nem por isto cuidem que são bem aventurados, porque acham o comer e o vestido, qual fora não podiam achar. Nem se enfureção, porque são companheiros daqueles, os quais não se ousaram chegar quando estavam no mundo: mas tenham o coração no céu, e não busquem ascoisas vãs da terra, para que não comecem os mosteiros ser proveitosos aos ricos e não aos pobres: se em a religião são os riscos humildes e os pobres soberbos, isto mesmo os que no mundo eram tidos em alguma estima, não menosprezem os seus irmãos, os quais de pobres estado vieram aquela Santa companhia: antes procurem de se gloriar mais da companhia dos irmãos pobres, que da dignidade dos pais ricos. Nem se alevantem com soberba se de suas fazendas trouxerem alguma coisas à vida commua. Nem se ensoberbeçam mais porque partram suas riquezas com o mosteiro, que cessaram delas no

mundo certamente todas as outras maldades se exercitaram em as más obras, para que sejam feitas: mas a soberba ainda espreita as boas obras, para que se percam. E que aproveita distribuir as riquezas pelos pobres e ficar pobre: quando a alma misera é feita mais soberba desprezando as riquezas, do que era possuidoras? Finalmente todos vivem de um coração e concordemente e honrai em vós a Deus, uns em outros do qual sois feitos templos.

Capitulo II – Das coisas que pertencem a religião, em quanto é estado de pendenza

Estai devotamente em Orações, ás horas e tempos ordenados. Em o oratório ninguém faça senão aquilo para que foi feito, e donde tomou o nome. E se por ventura alguns quizerem orar fora das horas ordenadas não lhes seja impedido por aqueles, que ali alguma coisa quizerem fazer. Quando orais a Deus com Psalmos e Hymnos, aquilo tende no coração, que dizeis pela boca; e não querais cantar, faluo o que ledes que se cante: e o que não está escrito que se cante não se canta. Doai vossa carne como jejum e abstinência do comer, e do beber, quando vossas forças confirtem. E nenhum tome mantimento algum (fora da hora do jantar) quando não pode jejuar, salvo quando for enfermo. Quando vos assentais à mesa (até que dela vos levantais) sem ruído e sem contenda ouvi o que segundo costume se lê porque somente as bocas tomem o manjar corporal, mas as orelhas tenham fome da palavra de Deus. Aqueles que são enfermos por algum antigo costume, se forem doutra maneira tratados no mantimento, não devem isto parecer grave nem injusto daqueles que algum costume fez mais fortes; Nem cuidem que aqueles são mais bem aventurados, por terem o que eles mantem: mas antes se devem alegrar porque podem o que eles não podem. E se aos que vieram ao mosteiro de alguns costumes delicados, for dado algum mantimento, ou vestido, ou cobertura, o que aos outros mais fortes (porem mais bem aventurados) não é dado, devem cuidar daqueles a que não é dado quando os outros decenão e se abaixaram da sua vida secular à que ora têm: posto que não possam chegar à estreitura dos outros que são mais fortes de corpo. Não devem querer todos o que vê que a poucos é dado: não porque são honrados, mas porque são ajudados: porque não aconteça entre os servos de Deus alguma abominada maldade, onde os ricos (quando pode) se dão aos trabalhos, e os pobres sejam delicados. Certamente assim como os enfermos deve comer pouco porque não pejoem, assim também depois da infirmitade devem ser de tal maneira tratados que muito prestes sejam recreados, posto que de muita baixa pobreza

viesses ao mundo. Porque a nova infirmitade lhes concede o que o antigo costume permite aos ricos: mas depois que cobrarem forças tornem ao seu bem aventurado costume: o qual tanto mais convem aos servos de Deus, quando menos não mister: porque o deleite do manjar os não detenha depois que estiverem esforçados: os quais pela necessidade da infirmitade foram ajudados. Aqueles cuidem que são mais ricos, que em sofrerem a pobreza são mais fortes: Porque ter necessidade de menos, que ter mais.

Capitulo III – Das coisas que pertencem à religião em quanto é estado de caridade

Não seja notável vosso hábito, nem desejais aprazer com as vestiduras, mas como os costumes. Quando fordes a algum lugar, ide juntos e quando chegares onde ides, juntamente estai. Em vosso andar e vestido e estar e em todos vossos movimentos, não façam coisas que ofenda os olhos de algum, mas o que convêm a vossa santidade. Quando virdes mulheres não olheis desonradamente porque quando ides fora não vos é proibido ver mulheres, mas o cobiça-las, ou querer ser delas cobiçado, é pecado mortal; porque a cobiça de mulheres não somente é deseja-la e deseja pôr a afeição da vontade secreta, mas ainda por a vista corporal. Não cuides que tendes os corações castos, se tendes os olhos desonestos, porque o olho sesonesto é mensageiro do coração desonesto. Quando os corações desonestos (sem falar, se manifestem e declaram (olhando um para o outro) com deleitação de amor desonesto: e segundo a cobiça da carne, com o ardor dela se deleitam ambos (ainda antes de se tocarem carnalmente) a mesma castidade foge destes tais costumes. Aquele que desonestamente olha para alguma mulher, e deseja que ela o olhe, não cuide que não é visto dos outros isto faz porque é visto de todos é daqueles que ele não cuida. Mas ainda que se esconda e de nenhuma pessoa seja visto, que fará, como se esconderá daqueles divina atalaia, que de cima está vendo o que se faz na terra e nada se lhe pode esconder?

Por ventura porque tanto vê com maior paciência quanto com maior sabedoria, havendo de cuidar que não vê? Portanto tema o verão Santo desprazer a Deus, porque não queira agradar desonestamente a alguma mulher. E cuide que Deus vê tudo, para que não queira ver desonestamente entre alguma mulher. Nesta matéria está encomendado o temor de Deus no lugar onde está escrito Auorrece o Senhor ao que desonestamente entre olha. Portanto quando estais juntos na igreja, ou onde quer que estejam mulheres, uns aos outros guardais vossa castidade: e deste modo Deus (que mora em vos) com vós mesmos

vos guardará, e se este desonesto olhar de que vos falo, virdes em algum de vocês, logo o amostrai porque os males começados não vão por diante, mas sejam logo enmendados. E se depois desta amoestação lhe virdes outra vez, ou em outro qualquer dia fazer o mesmo, assim como chegado que se deve falar, o descubra quem quer que isto poder achar. Todavia primeiro o deve de mostrar a um ou a dois ou a três, e com severidade competente castigado. Não vos julgueis ser mal querentes quando isto descubris. Certamente não sois sem pecado, se deixais perecer nossos irmãos calando, os quais pudais emendar manifestando. Se vosso irmão tem uma chaga no corpo, a qual queria esconder com temor de lhe ser cortada, não seria crueldade se o calasseis e misericórdia se o descubrisseis? Pois com quanta mais rezam os deuses manifestar, para que não opodreça mais no coração. Porem antes que seja descoberto aqueles por querer à de ser convencido (se negar) primeiro deve ser descoberto ao prelado (se ele não se quiser ememdar com a primeira amoestação para que deste modo ememdado secretamente, fique encuberto aos outros. Mas se negar, então devem ser os outros apresentados diante de todos, para que possa não somente por uma testemunha ser repreendido, mas por duas ou três convencido.

E depois que for convencido deve padecer o castigo segundo a discrição do prelado menor ou maior, a cujo officio isto pertende. Se não quiser sofrer esse castigo (inda que ele se não faça) de vossa companhia seja lançado. Isto não é crueldade, mas é misericórdia porque se não percam outros com seu tocamento pestilencial. E isto que disse do desonesto olhar, isto mesmo se guarde fiel e diligentemente em todos os outros pecados que forem achados, defendidos, convencidos e julgados. E isto se faça com amor dos homens e avorrecimento dos pecados. O que vier a tanto mal que escondidamente receba cartas ou outro qualquer presente se confessar isto por sua vontade, seja-lhe perdoado e roguem a Deus por ele, mas se for achado e convencido, seja mais gravemente emendado segundo a discrição do prelado menor ou maior.

Capitulo IV – Das coisas que pertencem à religião em as necessidades corporais, de vestido e doença e outras coisas

Vossas vestiduras tende em um lugar comum e guardai um ou dois religiosos, ou quantos bastem para terem limpas, porque se não comam a traça. E assim como comeis de um celeiro, assim os vesti todos de uma vestiaria e se pode ser não pertença a vós ter cuidado que se nos dê o vestido segundo a necessidade que a variedade do tempo traz, nem que se

dê a cada um o mesmo vestido que havia posto na vestiaria, ou o que seu irmão pôs, com tudo a cada um de nos não se negue o de que teve necessidade. E se por isto entre vos houver contenda e murmurações, queixando-se algum que recebe-o pior vestidura da que tinha e que não é justo ser ele menor vestido, do que é o outro irmão, daqui provai quando vos falta daquela Santo hábito interior do coração, pois tendes diferenças sobre o hábito do corpo. E ainda que por vossa fraqueza vos permitam tomar a roupa e habito que antes trazeis, porem ponde tudo o que despirdes na vestiária debaixo da chave dos comuns roupeiros. Assim vos haveis de modo que nenhum trabalho para si em particular, mas todos vossos trabalhos sejam para a comunidade e isto com maior cuidado e mais frequente diligência, que se fossem para vós mesmos.

E assim se entende o que está escrito da caridade que não busca as coisas próprias, porque antes põem as coisas comuns às próprias e não as próprias às comuns. Por tanto então sabereis quanto mais aproveitais, quando tiverdes maior cuidado das coisas comuns que das próprias, de modo que em todas as coisas de que usa a transitória a necessidade, sobrepoja a caridade, que dura para sempre. E daqui se segue que quando alguma pessoa der a seus filhos ou parentes, que vivem no mosteiro algum hábito, ou qualquer outra coisa necessária não o receberão escondidamente, mas ponha-se em mão do prelado, para que se dê a quem tiver maior necessidade. Se algum esconder o que lhe derem, seja condenado em penitência de furto. Os vossos vestidos sejam lavados por vós, ou pelos servidores da comunidade. E isto se faça segundo a descrição do prelado, para que a cobiça da sobeja limpeza de fora não suje de dentro a alma. O lavatório não se negue ao corpo quando for necessário por respeito de infirmitade e faça-se isto sem murmuração, e com conselho do físico e posto que o enfermo não queira (mandando-lhe o prelado) faça o que se deve de fazer por amor da saúde. Mas se o enfermo quiser e não lhe for necessário, não obedecam a seu apetite porque às vezes nos parece que aproveita (inda que faça mal) e que deleita a se a dor está escondida no corpo dizendo o servo de Deus que lhe dai, seja crido sem dúvida: e se para falar daquela dor não lhe é certo que os que deleita lhe aproveitará peçam conselho ao físico. Não vão aos banhos, nem a outro qualquer lugar onde for necessário ir, menos de dois ou três: e o que tiver necessidade de ir a algum lugar deve ir com quem mandar prelado. O cuidado dos enfermos e dos que depois se curados tem necessidade de ser recreados, e dos que padecem alguma fraqueza (posto que não seja de febres) deve de encomendar o prelado a algum particular, o qual peça da comunidade o que for a cada

um necessário. Os que têm cuidado das coisas comuns. f. O procurador da procuração, o roupeiro da vestaria, o livreiro da livraria, sirvam a seus irmãos sem murmuração, os livros pedidos são cada dia a certa hora e os que fora da hora os pedirem, não os recebam. Quando alguns tiverem necessidade de vestido ou de calçado, os que têm estas coisas em seu poder, dêm-lhas com brevidade.

Capítulo V - Das coisas que pertencem à religião, em quanto é estado de irmandade.

Não haja antreiros contendas, nem diferenças: e se algumas ouver, acabe-se logo, para que a ira não cresça em ódio e da palha faça trave e faça a alma homicida: porque assim o ledes, o que ter ódio a seu irmão, se homicida. Qualquer que ofender a se irmão, deshonrado, ou maldizendo, ou deitando-lhe em rosto algum crime, lembre-se de curar isto o mais cedo que puder com a satisfação do dano que fez. E o ofendido logo lhe perdoe sem mais contenda. E se um ao outro se injuriarem, devem-se um ao outro de perdoar as injurias: Isto por amor das vossas orações, as quais sertamente tanto mais santas devem ser, quanto mais são continuadas. Menos mau é aquele que muitas vezes é tentado de ira e se apressa a pedir perdão ao que injuriou, do que é aquele que tarde se assanha e para pedir perdão mais tarde se inclina. O que nunca quer pedir perdão, ou o que não pede de coração, sem causa e por demais: está no mosteiro, posto que o não lancem fora. Por tanto cuidavos de duras palavras: as quais se saírem de vossas bocas, não vos pese que da mesma saia a mezinha donde as chagas foram feitas. Quando por rezam do castigo e de emendar os maus costumes, sois constringidos dizer palavras asperas (inda que findais terdes excedido o modo) não se requer que peçais perdão a vossos subitos: porque se não quebrante a autoridade do reger, guardando sobrejamente a humildade com os vossos subitos: mas devais pedir perdão ao Senhor de todos, o qual sabe com quanta benevolência amais aqueles que por ventura castigais mais do que merece. Ante vós a deve haver amor carnal, senão espiritual.

Capítulo VI – Da obediência aos subitos pera os prelados

Obedecei a vosso prelado. como a pai e muito mais ao maior seu e vosso: o qual de todos vosoutros tem cuidado. para que todas estas coisas se guardem. e se alguma não for bem guardada. não se deixe por negligência de castigar mas seja remedeado o que se deve emendar. e castigar. Ao prelado maior pertencerá (do que ele não pode castigar) fazer

relação ao outro prelado, que entre vós tem maior auctoridade. Aquele que é vosso prelado, não se tenha por ditoso com o poder e dominio que tem: mas tenha-se por bem aventurado no serviço que vos faz por caridade. O prelado seja com honra venerado de vós, e ele ante Deus com temor deitado a vossos pés. Diante de todos dê de si exemplo de boa obra. Castigue os inquietos: console os pufillanimes: receba os fracos: para todos seja paciente: tenha a disciplina de boa vontade para castigar e use dela de maneira que o temão. E ainda que o temor e amor ambos sejam necessários, toda via o prelado deseje mais ser vos amado, que temido: cuidado sempre que há de dar conta a Deus de todos vós. Para que os obedeceis não somente de vos, mas também dele ainda mais vos compadecei: o qual quanto entre vós é posto em mais alto lugar, tanto está em maior perigo. Outrora o Senhor que guardeis todas estas coisas como amadores da fermosura espiritual, e como quem recebe, com boa conversação, do bom cheyro de Cristo: não como servos postos debaixo dele mas como livres constituidos debaixo da graça de Cristo. Para que neste pequeno livro, como em espelho vos possais olhar: e por esquecimento se não deixe alguma coisa, cada semana uma vez vos seja lido. E quando achardes que fazeis estas coisas que estão escritas, dai graça ao Senhor, dador de todos os bens: mas quando qualquer de vós vir que alguma coisa lhe falta, pese-lhe do passado, e guade-se do futuro, pedindo a Deus, que lhe perdoe o passado e não deixe cair em tentação.

Acaba-se a Regra de Santo Agostinho Bispo

701

ARQUIVO GERAL



Commissão do Tombo de todas as pro-
priedades do Ministerio da Guerra

1.ª Divisão militar

Tombo - do Quartel do B.^m de Caçadores N.º 6.

Com - Feiras

Numero d'ordem -

Handwritten notes and signatures, including 'Xoim' and 'Luis'.

Quartel em feitura do 20 de Junho de 1884
Henrique de S. Pedro
Alto de...

Memoria descriptiva

Cap.º Descrição e historia

Esta propriedade sob a denominação de Quartel de caçadores 4º 6 é o antigo Convento de S.º Agostinho em Leiria, situado junto ao rio Lis e bairro de S.º Agostinho, como se vê no desenho nº 1 do Plano do antigo Castello de Leiria.

Ocupa a esta propriedade de vasto porte, e um corpo construido com dois pavimentos, e algumas edificações de um só pavimento, e da Cerca.

A entrada (1) do lado N.º junto, e communica ao quartel e igreja, e é fechada por pilares e uma grade de madeira. A seguir da d'esta entrada da parte a entrada propriamente dita do quartel.

O primeiro pavimento do corpo que está junto a Igreja occupa-se do seguinte:

Das ruas d'arcadas (9) que das accessos ao se-
gundo pavimento, e dos Correspondentes patios
(10);

Do atrezo d'entrada (12) junto ao qual ha a
Casa da guarda (13), tendo o Commandante da
guarda o seu quarto no espaço (14);

Das casernas (18) (19) (20) da 3.^a, 2.^a, 1.^a Compa-
nhia, todas com entrada pela arcada (10);

Das unidades de Companhia (21) (22) (23) (24)
(25);

Do -quarto de musicos (26);

Do refectorio de sargentes (27);

Das arcadas (11) do antigo Claustro;

Da prisão (17) para soldados;

O segundo pavimento (des n.ºs) se findada
d'estas Casas occupar-se de seguinte;

Das ruas (9) das arcadas;

Do antigo Claustro de Curiosos (2) tota-
lmente excepto a face Norte (3) que e' coberta

Das casas (4) (5) (6) (7) (8) das 8^a 4^a 6^a 5^a
St. Compañias;

Da casa da aula (10);

Da casa de sapateiros (11);

Da casa de alfaiates (12);

Da prisão de varquês (13);

Da casa d'inspeção (14);

Do Gabinete de Commandante (15);

Do de ajudante (mentaria) (16);

de uma casa para inspeção de docimas (17)

de duas casas (18) para armazém de passagens;

Da casa (19) do Conselho de Prummeiros;

Da Casa (20) do Cope

Da repartição do Quartel Mestre 21;

Das arrecadações (22);

Das quartas de soldados (23).

A este segundo pavimento virão a passagem (24)

que se accessa por cima do arco (23) do des. N.º 1

na construção onde estão as latrinas (25) do des. N.º 2

por baixo do cujo espaço existe o espaço (34) do des.
N.º 1 - que é o depósito das mesmas latrinas:

Uma casa (15) do des. N.º 1 logo à esquerda
da entrada para o quartel e que serve de ar-
recadação de lenha, também tem facimento
superior que é - a casa (26) do des. N.º 2 e que
servia de casa de depósito de munições:

As casas (11) (12) (13) (14) do desenho N.º 2
existem sobre as capellas da Igreja de S.º S.º
tudo.

Entre o primeiro e segundo facimentos des-
cripto, por cima da prisão (17) e Caserna da
3.ª Comp. (18) do desenho N.º 1, e por baixo das casas
(20) (21) do desenho N.º 2 ha uma casa que serve
de arrecadação de munições.

As construções que tem um só facimen-
to e que pertencem ao quartel são como se-
m o desenho N.º 1 - as seguintes:

A casa (6) logo à entrada, que é a ofi-

Pinna de carpinteiro;

Os Casas (4) (8) juntas a esta que são Casal,
Lança e pastagem;

Do puit (15) independente, cercado pelo cami-
nho de ronda ou de segurança (16);

A Casinha (28) com o fogão (29);

A cercadaria de gado do rancho (30) junta
a Casinha;

As Casas (35) que contém as oficinas e
depois da padaria;

O forno (36) para servir da mesma
padaria.

Junto ao muro que limita a cerca por
este há as seguintes Construções;

O telheiro (37) que serve para guardar o
combustível destinado a padaria;

Um edifício de um só pavimento com as
frescos (38) que serve de entrada, (39) que serve de
quartel aos soldados da padaria, (40) que é o

quarto do edifício encamado do serviço de pa-
sagem.

A cerca do quartel frente representada no
desenho N.º 1 no N.º 14) e frente representada no
desenho N.º 3 - e' um terreno susceptivel de ser
aproveitado, na margem esquerda do rio Lir
tendo h. notavel um local (2) (des. N.º 3) e um
tanque (3).

A superficie occupada pelo quartel e suas
dependencias e' proxima mente a seguinte:

Superficie edificada Com dois pavimentos	1.980,00 ^{m²}
Superficie edificada Com um só pavimento	528,00
Superficie não edificada	10.932,00
Área occupada pelas latrinas e parragem	130,00
Área total	13.600,00 ^{m²}

Cap.º 2º

Condição de construção

Esta propriedade tem as condições de construção
que se quasi todos os elementos, podendo achegar

razões - a não ser em algumas famílias - que pre-
cisavam de gigantes para ter a estabilidade
necessária.

A Coherção do quartel 1.º de Lisboa, e nada
de restar a alma na sua construção.

A parte não a acham misturada os sol-
dados de fuzil e sargento, nem em cum-
municos juntos, são construções novas e as que
estão nas melhores condições.

Cap. 3. Estado de Conservação

Poderá considerar em qual mais o
estado de conservação de todas as edificações
e de as construções novas que já apontei.

Cap. 4. Linha

Linha a que foi destinada e sua actual applicação
Este propriedade como já está dito foi
o antigo Cuartel de S.º Alberto na cidade
de Lisboa, hoje é o aquartelamento do 13.º de

Capítulo nº 6.

Cap. 5.^o Importancia militar.

La importancia militar de esta propiedad depende únicamente de la manera como se presta a cuartel de tropas.

Sob este punto de vista es quasi nulla, porque es un pequeño cuartel.

Como capacidad es pequeño, e de este modo puede albergar o afectar a 3.^o u a una fuerza más o menos fraccionada en distintos momentos.

Como medidas higiénicas presta poca utilidad. Mas ventilación, poco ar, poca luz.

No guarda la jerarquía relativa de sus diferentes partes, e de manera que no está adaptado a diferentes dependencias de un 3.^o, tanto a sus partes de servicio como a sus partes de descanso.

traz-quanta aquella disciplina e' necessaria e
Chui de inconvencientes na' so' para o bom
andamento do servico, Causo principalmente
para a disciplina interna do quartel, fallando
do mesmo Causo que deve existir n' um quar-
tel e estando pessoas e acanhadamente in-
talladas as differentes dependencias do 13.^o

Em resumo e' minha opiniao por este quar-
tel um dos pontos de nosso exercito, e penso ser
optimal mesmo de transformacao, solo o
Caso de um projecto non adoptado aquelle
espaço.

Cap. 6. Comprovação.

As Comprovações, para serem de toda a propriedade,
edificações e Cercas são as seguintes:

Norte - Serviciario e Casa do Lyceu

Este - Rio da

Sul - Com a quietude de Julio Lage -

Parte - Para reconstrução Barris de São Agostinho.

Cap. 7.º

Avaliação

Supposto os seguintes preços - 100^{rs} por cada 1^{ra} de terreno, 400^{rs} por cada 1^{ra} Cherta Com Ciment^o Qu^o em dois pagamentos, e 200^{rs} cada metro quadrado Cherta Com Ciment^o em um só pagamento; Terrenos:

13.600 ^{m.º} de terrenos - a 100 ^{rs}	1.360.000
1.980 ^{m.º} de Ciment ^o de 2 pagamentos a 400 ^{rs}	7.920.000
558,00 ^{m.º} de Ciment ^o em 1 só pagamento a 200 ^{rs}	1.116.000
Letras, papagueu, tanques, vedação &	<u>604.000</u>
Somma total	11.000.000

De valor de Quase Quatro de mil, que pode ser alterado pelo avaliador local.

Cap. 8.º

Consideração geral.

Não se consideram os custos desta propriedade de de sua avaliação alguma coisa que é o mesmo

quartel apertor de maso que aveste na localidade,
fui a caserna chaurada do Carullo que de cetero
nao pudeiam nem mal equarbellar o 18^{na}
sua dependencia.

Quartel em Fribora 20 de Junho de 1884

Henrique da Santa Rosa

Ass. D. C.

Anexo III

ACTO DE DEVOLUÇÃO

Das vinte e sete dias do mês de Abril de mil novecentos e oitenta e seis, nesta cidade de Leiria e edificio onde se encontra instalada a Direcção de Finanças do respectivo Distrito, compareceram perante mim, Alberto Antunes Góes, 1.º official do quadro da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, em serviço na mesma Direcção de Finanças, funcionário designado para servir de escriptão neste auto e as testemunhas idóneas acima nomeadas, da Br.ªs. Senhores Coronel António Luís Tadeu Comandante do Regimento de Artilharia Leve nº 4, aquartelado nesta cidade, Aspirante Official Militare de Engenharia Mário Rodrigues Lima dos Santos, autorizando como representantes e por parte do Ministério do Exército, conforme officios da repartição do Património da Direcção do Serviço de Fortificações e Armas Militares nº 597/4 -Proc. M-3/Leiria, de 21 de Março último, e nº 844/4 -Proc. M-3/Leiria, de 21 do corrente e António Mendes de Oliveira, Chefe de Secção, servindo de Director de Finanças deste distrito, autorizando como representante e por parte do Ministério das Finanças,

E pelos primeiros autorizantes foi dito:

Que, para cumprimento do Despacho de Sua Excelência o Ministro das Finanças, de 15 de Fevereiro p.º p.º, e Ministério do Exército que aqui representas, faz neste acto devolução ao Ministério das Finanças das instalações que o Regimento de Infantaria nº 7, aquartelado nesta cidade, occupava no extinto Convento de Santo Agostinho, tambem desta cidade, comprehendas a verde na planta junta que fica fazendo parte integrante deste auto.

Anexo IV

1603/70

S. (500) 76-2/6
R. 76-78 2601 * 17. MAR. 1978



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
SECRETARIA DE ESTADO DAS FINANÇAS

2.ª SECÇÃO
N.º
PROC.º JI-119
VERBA

DIRECÇÃO-GERAL DO PATRIMÓNIO
REPARTIÇÃO DO PATRIMÓNIO

*31/3/78
Touren com conhecimento*

CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA
Preparação da reunião de
31 MAR 1978

CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA
ENTRADA
003747 20.3.78
LIVRO Nº 25 FLS 857
REFERENCIA 2/6

Excm.º Senhor
Presidente da Câmara Municipal de

LEIRIA

Refiro-me ao officio desse Municipio nº. 5203, de 3 de Junho último.

Tenho a honra de informar V. Ex.ª. de que por despacho de 3 do corrente foi autorizada a demolição das ruínas do Antigo Convento de Santo Agostinho, em Leiria, situadas junto aos pavilhões pré-fabricados da Escola Preparatória, pelo que, nesta data se solicita à Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais que proceda de conformidade.

2 - Esta Direcção-Geral continua a aguardar o parecer do Ministério respectivo sobre o plano de urbanização necessário ao estudo da cessão dos terrenos em causa.

Com os melhores cumprimentos.

o DIRECTOR-GERAL

ESAG.
7

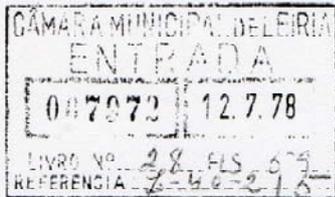
Anexo IV



(Sec) 2-40-2/5

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
DIRECÇÃO-GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL

Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal de



LEIRIA

Sua referência
Of. 07628

Sua comunicação de
23-8-76

Nossa referência
6.9.7.2/22-9(1)

Rua Ocidental ao Campo Grande, 83, 1.º Piso
(Edifício da Biblioteca Nacional) — LISBOA-5
Telefone 76 28 21

ASSUNTO
Classificação do Convento de Santo Agostinho e
Antigo Seminário, em Leiria.

10 JUL.78- 9914

Nos termos dos artigos 1º e 2º do Decreto-Lei nº 181/70, de 28 de Abril, e para cumprimento urgente do disposto no artigo 3º do mesmo diploma, comunico a V. Exa. que, por despacho de Sua Excelência o Secretário de Estado da Cultura

proferido sobre proposta da Comissão Organizadora do Instituto de Salvaguarda do Património Cultural e Natural, foi determinada a classificação como imóvel de interesse público do Convento de Santo Agostinho e Antigo Seminário, em Leiria.

A zona abrangida por esta classificação fica sujeita às disposições legais em vigor, designadamente os artigos 25º a 48º do Decreto nº 20 985, de 7 de Março de 1932, do Decreto nº 38 888, de 29 de Agosto de 1952, do Decreto-Lei nº 28 468, de 15 de Fevereiro de 1938, do Decreto-Lei nº 39 600, de 3 de Abril de 1954, e do nº 2º do § 1º do artigo 19º do Decreto nº 46 349, de 22 de Maio de 1965.

Com os melhores cumprimentos.

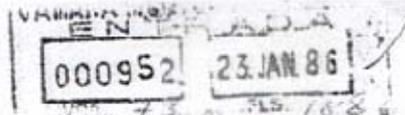
DIRECTOR-GERAL,

A. M. Nunes de Oliveira

Na resposta, indicar a referência deste documento

SM/JM

Anexo VI



(5) L 40-2/2 T 198/82

Movimento para Defesa do Património de Leiria

15 de Abril de 1985

Exmo. Senhor Presidente
da Câmara Municipal de Leiria
Leiria

Assunto: Aproveitamento do Antigo Quartel R.1.7

Exmo. Senhor

Confessamo-nos muito gratos com a comparencia de V.Excia. no local em epigrafe.

Depois desse encontro tivemos acesso ao último numero da Região de Leiria, onde uma entrevista dada pelo Sr. Director do IPPC nos deixou deveras apavorados.

Até quando não são os leirienses a decidir do que mais lhe interessa e portanto senhorés das decisoes do seu destino?

Até quando deixara de haver em Portugal a pecha em que cada vez que um dirigente vai substituir outro, altera tudo o que o antecedente tinha resolvido e acordado? Continuamos sempre no zero e nao vamos a parte nenhuma nem conseguiremos realizar obras com a dignidade que esta regioa espera.

Assim, e somente para confirmar os nossos anseios, que se traduzem na concretização em Leiria de um Centro Cultural, digno nao so da cidade, como, muito, em especial das altas tradições leirienses, vimos confirmar o que alias ja e do conhecimento da Camara da sua mui digna presidencia, que este Centro, no nosso ponto de vista, alcançaria o seu cumho mais elevado, se possivel, fisicamente, ficar localizado nas antigas instalações do R.1.7

Dizemos antigas instalações do R.1.7 e nao Convento de Santo Agostinho, pois a nossa ideia estende-se igualmente ao antigo seminario, hoje ocupado pelo D.R.M. de Leiria.

Com o avanço da mecanoграфия e possibilidade de armazenamento da dados em quantidades infinitas e de admitir que dentro em breve todos os processos e arquivos do recrutamento militar, estejam devidamente computurizados e consequentemente o numero daquelas repartições reduzidas no pais.

Na actual situação, vimos sugerir a Exma. C.M.L. que face aquilo que consideramos um crime para a cidade e ate para o pais (a demolição do antigo convento) que sejam tomadas as decisoes que nos permitimos sugerir:

- Solicitar ao I.P.P.C. que mantenha a actual cobertura, pois ela garante de momento a preservacão de 50 % do edificio.
- Solicitar ao Ministério das Finanças, em presenca dos técnicos envolvidos neste assunto, que o velho convento passe a patrimonio Municipal (A Camara, e so moralmente, deve sentir a obrigação de se nao deixar perder o edificio com o melhor patio de arcaria existente na cidade, e ainda nao permitir que o antigo convento, de todas as antigas instalações militares abandonadas pelas Forças Armadas, seja o unico no Pais a ser demolido e considerado sem aproveitamento) Lentamente, em 5, em 10 anos, ir-se-ia procedendo a sua recuperacão.

- Para ja, e mesmo a titulo precário, mandar ser recolocado o telhado da parte onde este se encontra deteriorado, repondo as telhas onde



Movimento para Defesa do Património de Leiria

15 de Abril de 1985
11

tal fosse possível ou substituindo-as por umas placas de zinco por forma a que as abobadas do rez do chão, que são o que apresenta o gravíssimo perigo de derrocada, e impossível de recuperação, não fiquem sujeitas as consequências de outro inverno.

- Solicitar ao I.P.P.C. um exemplar do trabalho executado pelo Arquitecto Zuquete, não para que sirva para execução da recuperação como aquele projecto prevê, mas pelo alto valor que se traduz pelo levantamento a que o referido tecnico procedeu previamente. Com ou sem subsidios do Estado não só não podemos deixar perder o nosso Património, como devemos nos leirienses decidir do que precisamos e onde precisamos.

O I.P.P.C. não pode nem deve contudo esquecer que foi devido à sua incuria, que o estudo de deterioração do edificio, atingiu o grau a que chegou pois todos sabem que este grau é de aumento altamente progressivo.

O I.P.P.C. tem o dever, não só pelo que expomos mas também, pelas funções que pretende assumir, de ajudar a neutralizar um estado, que é em grande parte de sua responsabilidade.

Muito modestamente, tão modestamente como é de fraca a nossa força, como nos ao inteiro dispor da Câmara Municipal de Leiria para até mesmo fisicamente ajudarmos na preservação do património concelhio.

Esperando que esta nossa sugestão/pedido, tenha da Comara a receptividade que todos esperamos, esta Associação, os leirienses, a preservação do Património Regional e a cultura das novas gerações nos confessamos desde já muito gratos e somos

Assembleia Cultural de Leiria

M. Carneiro

Anexo VII

J. TELO ZÚQUETE - arquitecto

Praça Rainha D. Filipa, 3, 2.º 1600 LISBOA 79 23 72

INSTITUTO PORTUGUÊS DO PATRIMÓNIO CULTURAL
LEIRIA - CONVENTO DE S.AGOSTINHO - RECUPERAÇÃO

1a FASE - COBERTURA E DIVERSOS
ANTEPROJECTO

MEMÓRIA DESCRITIVA

O anteprojecto que se apresenta refere-se à primeira fase da prevista recuperação do edifício do antigo Convento de S. Agostinho, em Leiria, posteriormente utilizado pelo Estado como Quartel.

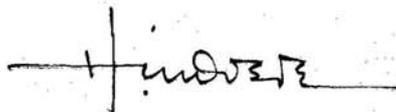
Atendendo ao estado de ruína da cobertura - inexistente, mesmo, em certas zonas - foi proposto o início das obras de recuperação e restauro do edifício, pela cobertura, por forma a obviar à degradação acelerada do conjunto, aberto ao tempo.

Os elementos que, agora, se apresentam estão apoiados num levantamento provisório e impreciso, muito embora, a partir dos componentes essenciais da construção seja possível encontrar-se um módulo construtivo básico, respeitado pela estrutura projectada.

Com vista à futura utilização do edifício - museu, centro cultural, etc - propõe-se, ainda, a cobertura da parte superior dos claustros.

Prevê-se a montagem de asnas metálicas muito ligeiras - por forma a evitar sobrecargas em paredes de estabilidade duvidosa - revestidas a telha vermelha pelo exterior e com a possibilidade de aplicação de tectos falsos para diversas finalidades, pelo interior.

O projecto de execução desta 1a fase deverá, ainda, incluir a indicação de algumas demolições e picagens necessárias ao prosseguimento do estudo e da obra.



Lisboa, Dezembro 13/82

J. Telo Zúquete - Arquitecto

ANEXOS FOTOGRÁFICOS

Índice de imagens

O convento no início do Séc. XX - postais antigos (fonte CM Leiria)

Fig. 1 - Conjunto conventual visto a partir do santuário de N. Sra. da Encarnação (s/data)	1
Fig. 2 - Vista superior do conjunto conventual (s/ data)	1

O convento no início do Séc. XX e na década de 1970

Fig. 3 Convento visto a partir do “Moinho de papel” (início do séc. XX s/ data)	2
Fig. 4 Alçado norte do convento e construções anexas (década de 1970)	2

Registo Fotográfico de 1982

Fig. 5 Fachada principal da Igreja e convento	3
Fig. 6 Alçado Poente	3
Fig. 7 Alçado Norte	4
Fig. 8 Alçado Nascente	4
Fig. 9 Portaria	5
Fig. 10 Galerias do claustro. É visível o estado de ruína da cobertura	5
Fig. 11 Terraço do piso superior sobre as galerias do claustro	6
Fig. 12 Vista do interior de uma das alas	6
Fig. 13 Vista de um dos painéis de azulejos das escadas	6
Fig. 14 Vista geral do Convento de Santo Agostinho	7
Fig. 15 Alçado principal da Igreja	7
Fig. 16 Vista parcial do alçado principal da igreja e do alçado Sul	8
Fig. 17 Porta da entrada principal do convento	8
Fig. 18 Alçado Sul confinante com igreja	8

Registo Fotográfico actual - Alçados exteriores

Fig. 19 Alçado Poente	9
Fig. 20 Portal no alçado poente	9
Fig. 21 Cunhal dos alçados poente e norte	9
Fig. 22 Alçado Norte	10
Fig. 23 Alçado Norte – contraforte	10
Fig. 24 Alçado Norte – contraforte	10
Fig. 25 Alçado Nascente	11
Fig. 26 Vista parcial do alçado Nascente	11
Fig. 27 Vista parcial do alçado Nascente	11

Registo Fotográfico actual - Claustro

Fig. 28 Galeria Nascente do claustro	12
Fig. 29 Alçados Sul e Poente do claustro	12
Fig. 30 Coluna do claustro	13

Fig. 31	Galeria Nascente do claustro e portal da Sala do Capítulo	13
Fig. 32	Situação de sujidades, pátina e patologia	13
Fig. 33	Tectos das galerias com manchas negras	13
Fig. 34	Terraço do claustro sobre galerias do piso inferior	14
Fig. 35	Colonização biológica do pavimento	14
Fig. 36	Muro na envolvente do terraço	14
Fig. 37	Colonização biológica	14

Registo fotográfico actual - sala do Capítulo

Fig. 38	Brazão de armas	15
Fig. 39	Portal de entrada na Sala do Capítulo	15
Fig. 40	Arcos e mísulas da Sala do Capítulo	15
Fig. 41	Abobadas da Sala do Capítulo	15

Registo fotográfico actual - Cozinha, refeitório e celeiro

Fig. 42	Refeitório	16
Fig. 43	Parede exterior do refeitório	16
Fig. 44	Armazém – antigo celeiro do convento	16

Registo fotográfico actual - Portaria e escadas

Fig. 45	Portaria – vão encerrado	17
Fig. 46	Portaria – painel de azulejos	17
Fig. 47	Portaria – Vãos com arcos abatidos.	17
Fig. 48	Escadas	17
Fig. 49	Escadas para acesso ao piso do dormitório	17

Registo fotográfico actual - Dormitório

Fig. 50	Espaço do Prior do convento	18
Fig. 51	Dormitório – ala Nascente	18
Fig. 52	Capela	19
Fig. 53	Parede estrutural	19
Fig. 54	Janelas e postigos das celas	19
Fig. 55	Vão de janela do dormitório	19
Fig. 56	Escada de ligação	19
Fig. 57	Parede exterior na ala Norte	19

Registo fotográfico actual - Materiais e sistema construtivo

Fig. 58	Parede exterior em alvenaria de pedra irregular	20
Fig. 59	Calcário da região em colunas e arcos	20
Fig. 60	Pedra em cantaria de porta	20
Fig. 61	Tijolo em paredes	20
Fig. 62	Abobadas em tijolo	20

Fig. 63	Madeira em lintéis de vãos exteriores	20
Fig. 64	Madeira e tijolo em parede de tabique	20
Fig. 65	Madeira em caixilharias	20
Fig. 66	Laje de betão armado pré-esforçado	21
Fig. 67	Abobada da Sala do Capítulo	21
Fig. 68	Abobada do refeitório	21
Fig. 69	Arcos e mísulas da abobada da Sala do Capítulo	21
Fig. 70	Abobada do Claustro	21
Fig. 71	Abobada de volta perfeita	21

Registo fotográfico actual - Anomalias diversas

Fig. 72	Escorrências em paredes	22
Fig. 73	Humidade ascensional	22
Fig. 74	Degradação de rebocos e cantarias	22
Fig. 75	Patologias dos rebocos interiores subsistentes	22
Fig. 76	Deterioração de pedra em alvenarias	22
Fig. 77	Fracturação de verga em cantaria	22
Fig. 78	Fendilhação em paredes exteriores	22
Fig. 79	Fendilhação extensa na abobada de betão	22

O convento no início do Séc. XX - Postais antigos (Fonte: CML)

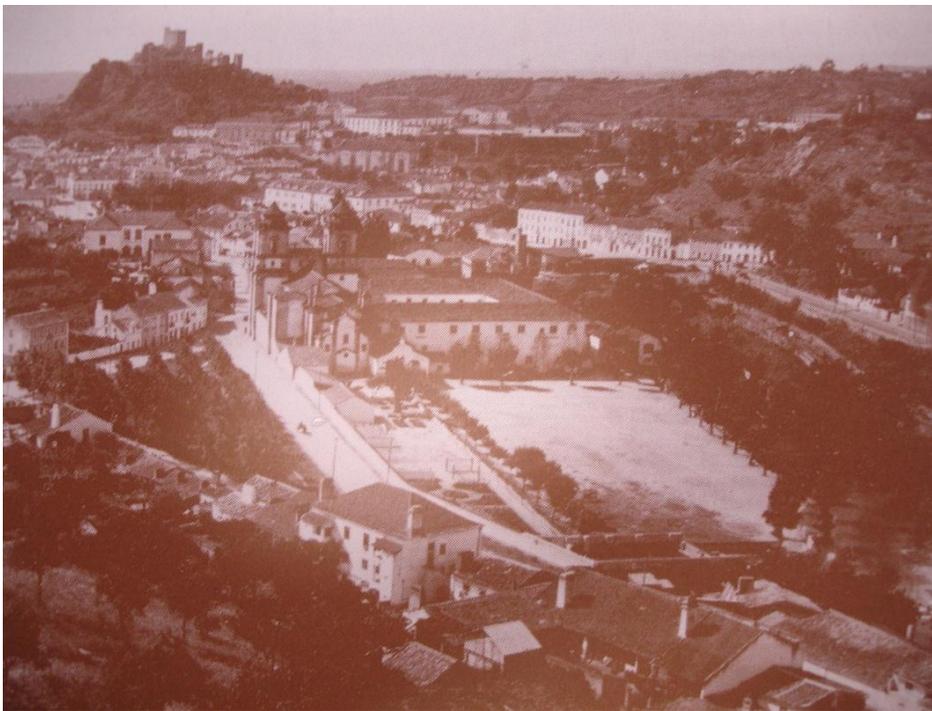


Fig. 1 - Conjunto conventual visto a partir do Santuário de N. Sra. da Encarnação (s/ data)



Fig. 2 - Vista superior do conjunto conventual (s/ data)

O Convento no início do Séc. XX e na década de 1970 (Fonte: CML e DGEMN)

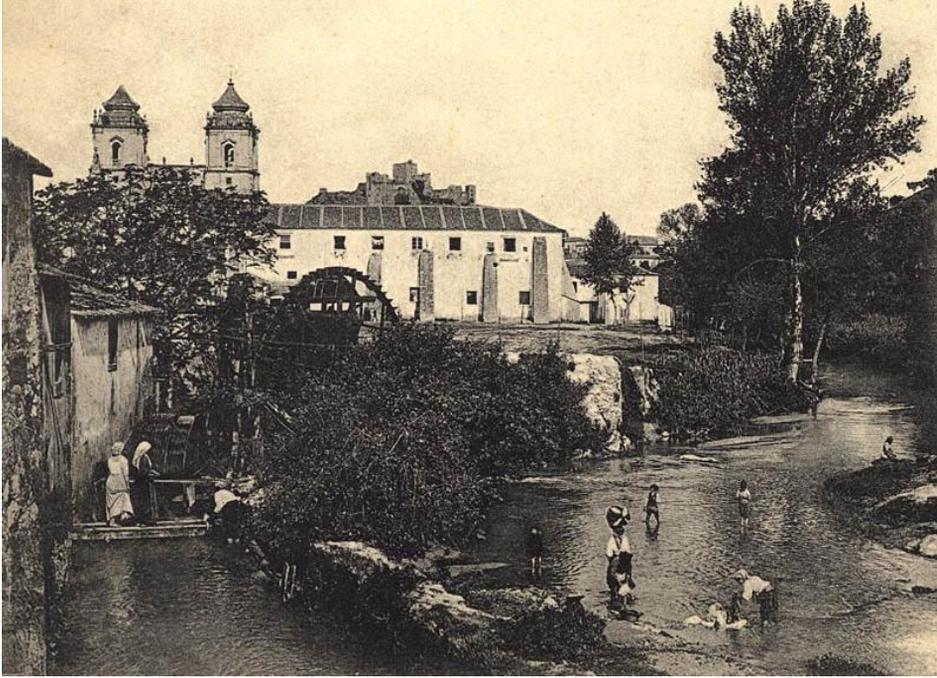


Fig. 3- Convento visto a partir do “Moinho de papel” (início do séc. XX s/ data)



Fig. 4 - Alçado norte do convento e construções anexas (década de 1970)

Registo fotográfico em 1982 (Fonte DRCC-IPA)



Fig. 5 - Fachada principal da Igreja e convento



Fig. 6 - Alçado Poente

Registo fotográfico em 1982 (Fonte DRCC-IPA)



Fig. 7 - Alçado Norte



Fig. 8 - Alçado Nascente - é visível o estado de ruína de parte da cobertura



Fig. 9 - Portaria



Fig. 10 - Galerias do claustro. É visível o estado de ruína da cobertura.



Fig. 11 - Terraço do piso superior sobre as galerias do claustro



Fig. 12 - Vista do interior de uma das alas mais degradadas do piso superior



Fig. 13 - Vista de um dos painéis de azulejos das escadas com substituições aleatórias

Registo fotográfico actual – situação e sítio



Fig. 14 – Vista geral do Convento de Santo Agostinho



Fig. 15 - Alçado principal da Igreja

Registo fotográfico actual – Alçados exteriores



Fig. 16 – Vista parcial do alçado principal da igreja e do alçado Sul dos espaços conventuais.



Fig. 17 - Porta da entrada principal do convento



Fig. 18 - Alçado Sul confinante com igreja

Registo fotográfico actual – Alçados exteriores



Fig. 19 – Alçado Poente



Fig. 20 - Portal no alçado poente com arco abatido e cantaria de pedra com alternância de espessuras - alargado pelos militares para acesso de viaturas .



Fig. 21 - Cunhal dos alçados poente e norte com aparelho de pedra de irregular. As manchas escuras indicam a existência de escorrimentos

Registo fotográfico actual – Alçados exteriores



Fig. 22 – Alçado Norte



Fig. 23 - Alçado Norte – contraforte com cunhais formados por calcário aparelhado. As manchas escuras indiciamos escorrimentos de águas da chuva.



Fig. 24 - Alçado Norte – contraforte com cunhais formados por calcário aparelhado. As manchas escuras indiciamos escorrimentos de águas da chuva.

Registo fotográfico actual – Alçados exteriores



Fig. 25 – Alçado Nascente



Fig. 26 - Vista parcial do alçado Nascente – degradação dos rebocos cimentícios provocada por humidade ascensional e envolvente dos vãos. Decaimento da pedra de cantaria por acção da água e agentes atmosféricos



Fig. 27 – Vista parcial do alçado Nascente – vestígio de cumhal que poderá corresponder ao limite do edifício na fase inicial

Registo fotográfico actual – Claustro



Fig. 28 – Galeria Nascente do claustro



Fig. 29 - Alçados Sul e Poente do claustro



Fig. 30 – Coluna do claustro exemplo de degradação dos materiais pétreos



Fig. 31 – Galeria Nascente do claustro e portal da Sala do Capítulo



Fig. 32 - Situação de sujidades, pátina e patologia das pedras dos arcos e colunas do claustro.



Fig. 33 - Tectos das galerias com manchas negras devido à infiltração da água da chuva.

Registo fotográfico actual - Claustro



Fig. 34 – Terraço do claustro sobre galerias do piso inferior.



Fig. 35 - Colonização biológica do pavimento



Fig. 36 - Muro na envolvente do terraço com bancos. Existem ainda alguns vestígios do revestimento com azulejos setecentistas.



Fig. 37- Colonização biológica devido ao colapso do sistema de recolha de águas do terraço.



Fig. 38 – Brazão de armas sobre porta da Sala do Capítulo. Crê-se que seja de um ramo dos Távoras



Fig. 39 – Portal de entrada na Sala do Capítulo. A ombreira à direita foi cortada para permitir o acesso de viaturas militares



Fig. 40 - Arcos e mísulas da Sala do Capítulo.



Fig. 41 - Abobadas da Sala do Capítulo com decoração do fecho e apontamentos de pintura sob a capa de pintura com cal.

Registo fotográfico actual - Cozinha, refeitório e celeiro



Fig. 42 - Refeitório



Fig. 43 - Pared exterior do refeitório com vestígios de fecho de um vão.



Fig. 44 - Armazém – antigo celeiro do convento

Registo fotográfico actual - Portaria e escadas



Fig. 45 - Portaria – vão encerrado



Fig. 46 - Portaria – um dos poucos painéis de azulejos que não foi arrancado.



Fig. 47 - Portaria – Vãos com arcos abatidos.



Fig. 48- Escadas com acentuado desgaste dos degraus



Fig. 49 - Escadas para acesso ao piso do dormitório.

Registo fotográfico actual - Dormitório



Fig. 50 - Espaço do Prior do convento e vão para acesso às escadas



Fig. 51 - Dormitório – ala Nascente

Registo fotográfico actual - Dormitório



Fig. 52 - Capela – Arco em pedra na parede confinante com a igreja



Fig. 53 - Parede estrutural junto às escadas da ala poente do dormitório, com deslocamento relativamente à parede exterior.



Fig. 54 - Janelas e postigos das celas dos frades



Fig. 55 - Vão de janela do dormitório



Fig. 56 - Escada de ligação entre o piso do dormitório e refeitório e cozinha no piso inferior.



Fig. 57 - Parede exterior na ala Norte do dormitório

Registo fotográfico actual - Materiais e sistema construtivo



Fig. 58 - Parede exterior em alvenaria de pedra irregular



Fig. 59 - Calcário da região em colunas e arcos do claustro



Fig. 60 - Pedra em cantaria de porta



Fig. 61 - Tijolo em paredes



Fig. 62 - Abobadas em tijolo



Fig. 63 - Madeira em lintéis de vãos exteriores



Fig. 64 - Madeira e tijolo em parede de tabique



Fig. 65 - Madeira em caixilharias



Fig. 66 - Laje de betão armado pré-esforçado e abobadilhas cerâmicas



Fig. 67 - Abobada da Sala do Capítulo



Fig. 68 - Abobada do refeitório



Fig. 69 - Arcos e mísulas da abobada da Sala do Capítulo



Fig. 70 - Abobada do Claustro



Fig. 71 - Abobada de volta perfeita no espaço situado no topo nordeste do piso térreo

Registo fotográfico actual - Anomalias diversas



Fig. 72 - Escorrências em paredes



Fig. 73 - Humidade ascensional



Fig. 74 - Degradação de rebocos e cantarias



Fig. 75 - Patologias dos rebocos interiores subsistentes



Fig. 76 - Deterioração de pedra em alvenarias



Fig. 77 - Fracturação de verga em cantaria de calcário



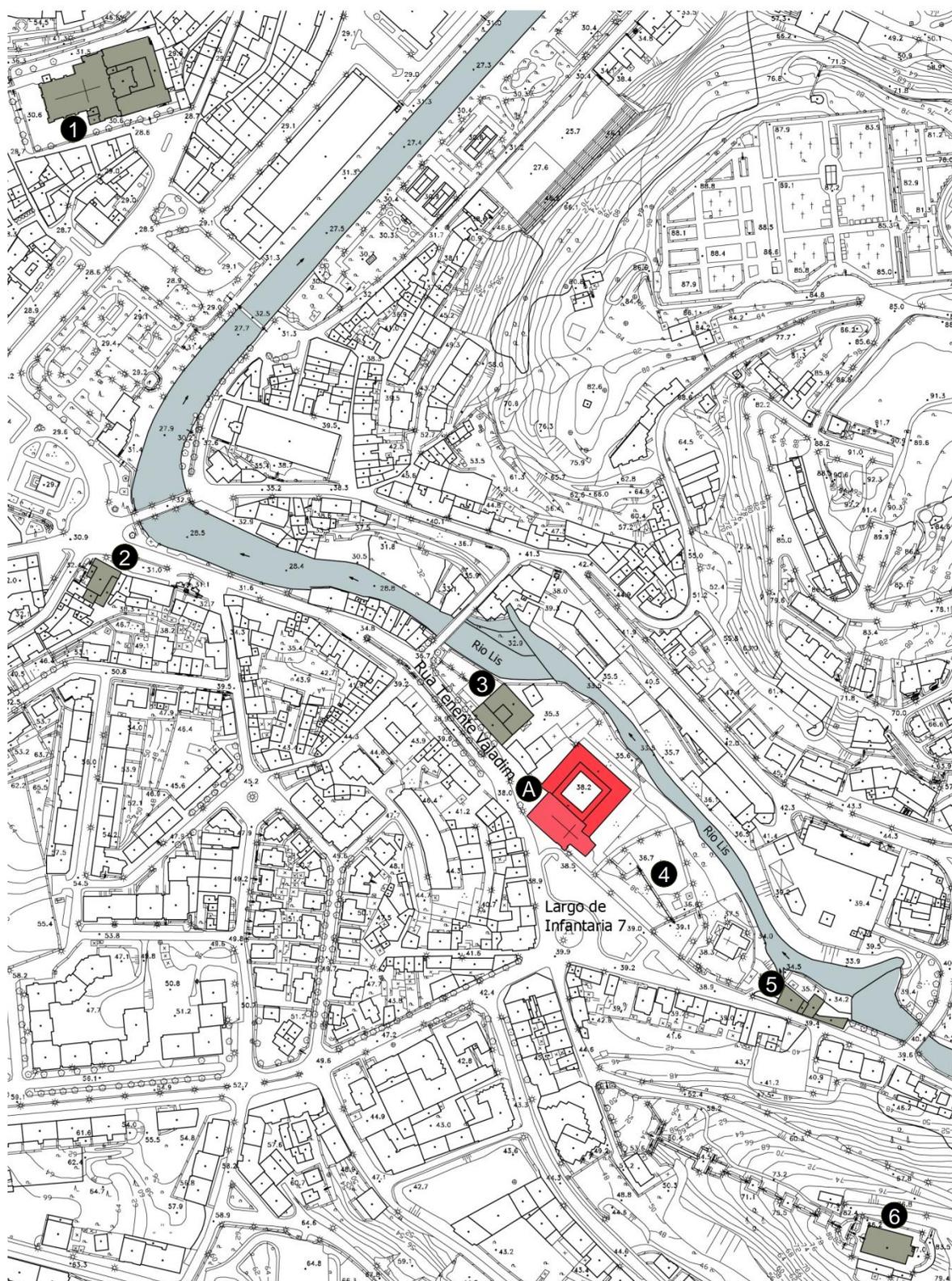
Fig. 78 - Fendilhação em paredes exteriores



Fig. 79 - Fendilhação extensa na abobada de betão do armazem

ANEXOS GRÁFICOS

Planta de localização do Convento de Santo Agostinho de Leiria



Legenda

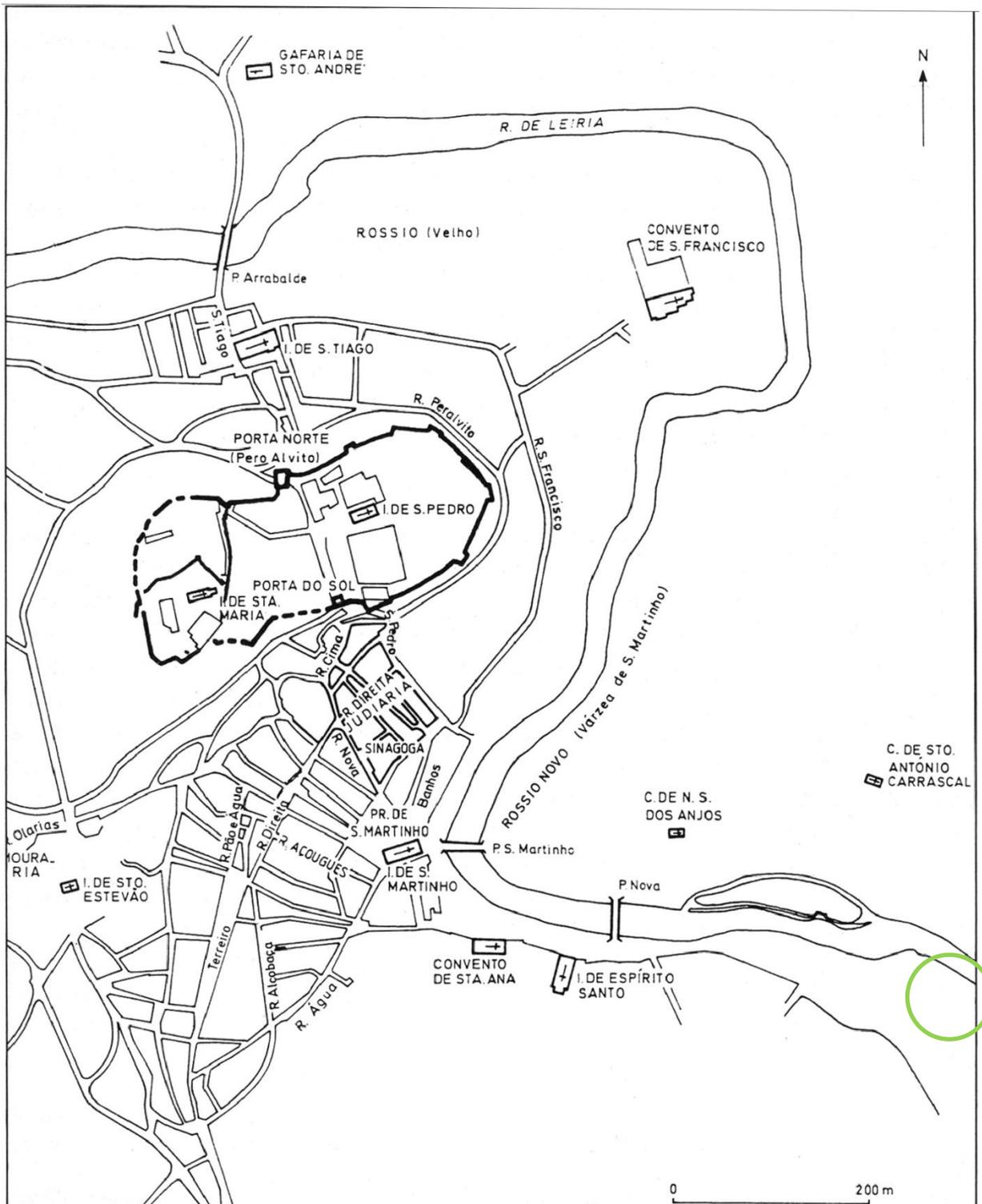
A – Convento e Igreja de Santo Agostinho

1 – Sé de Leiria; 2 – Igreja do Espírito Santo; 3- Antigo Seminário; 4- Parque urbano;

5 – Moinho de Papel ; 6 – Santuário de N. Sra. da Encarnação.

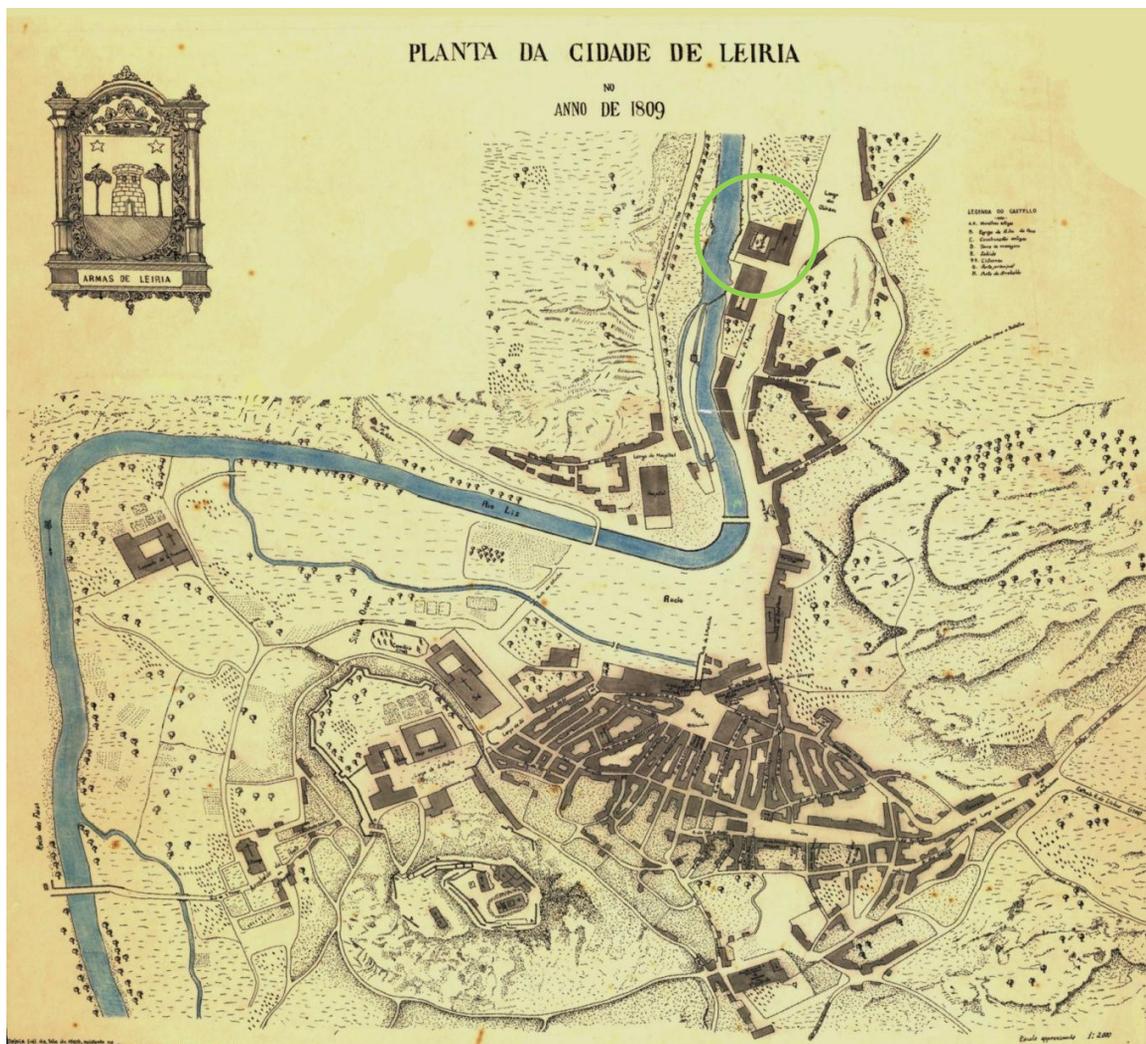
“Planta da de Leiria no Séc XV”

(Fonte: CML – Digitalização da planta a partir de Gomes 2004:17)



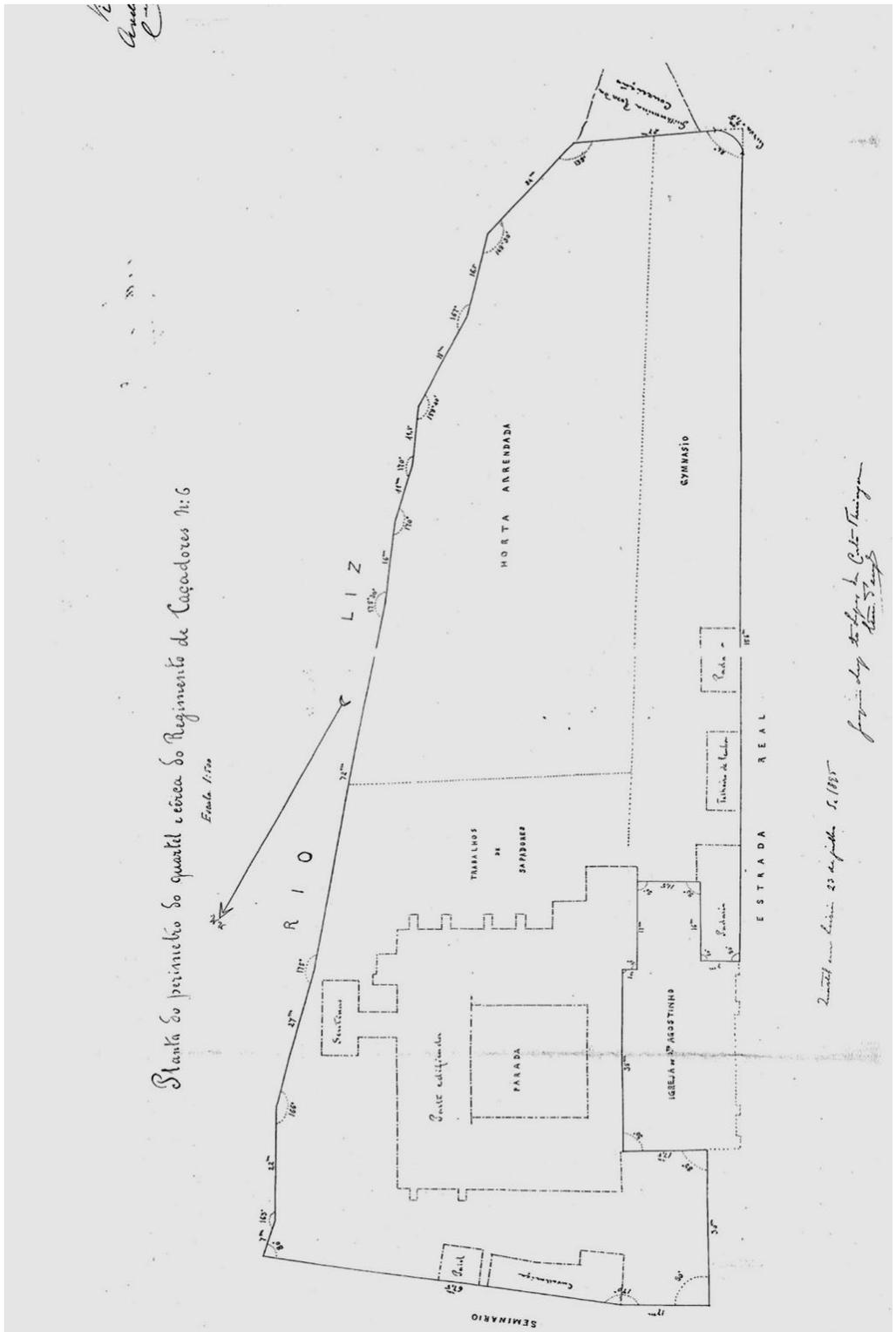
Nota :A área assinalada com contorno verde corresponde ao extinto Convento de Santo Agostinho

“Planta da Cidade de Leiria no ano de 1809” (Fonte: CML)



Nota :A área assinalada com contorno verde corresponde ao extinto Convento de Santo Agostinho

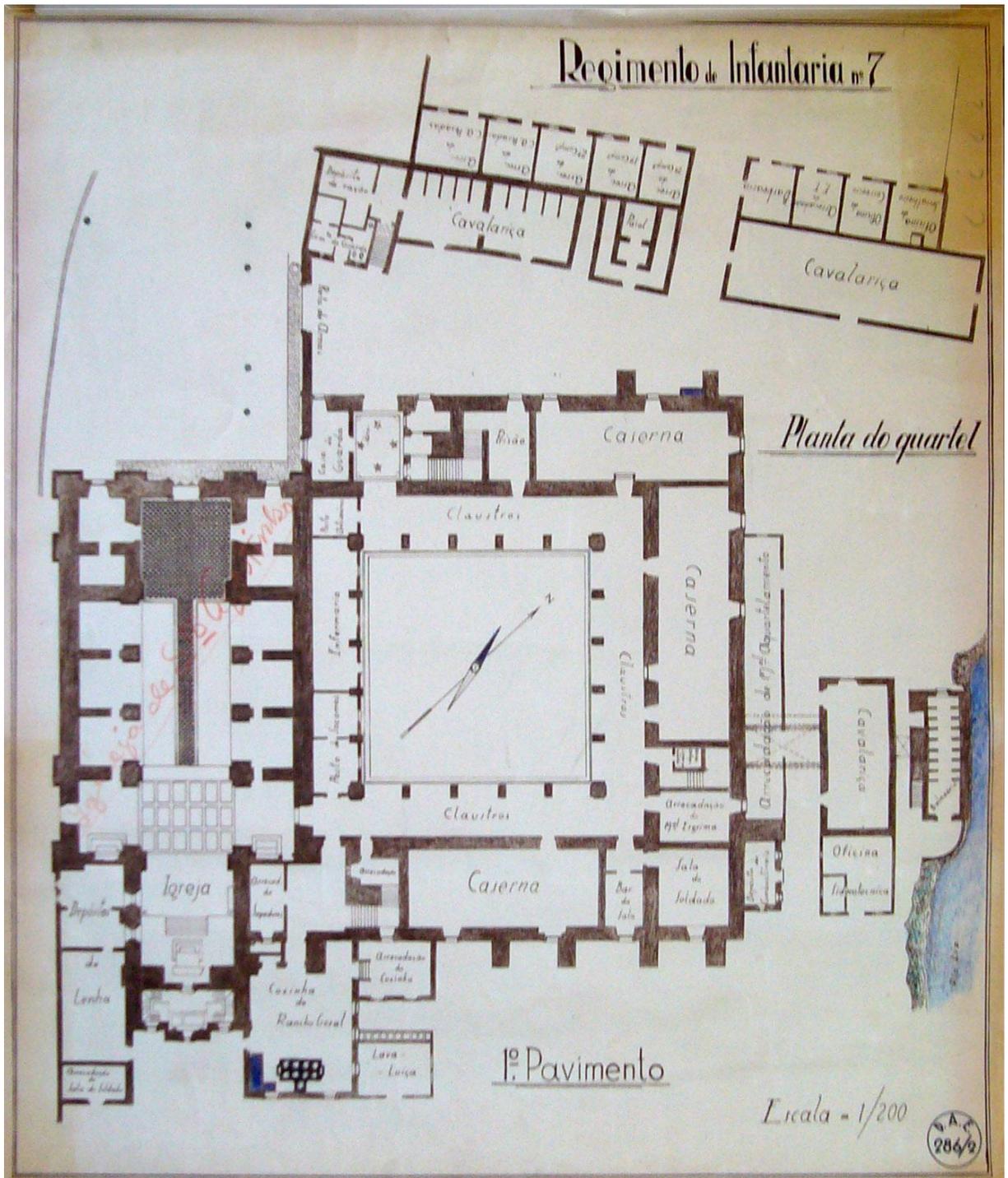
“Planta do perímetro do quartel cerca do regimento de Caçadores nº 6”, em 23 Junho 1835 (Fonte: DIE)



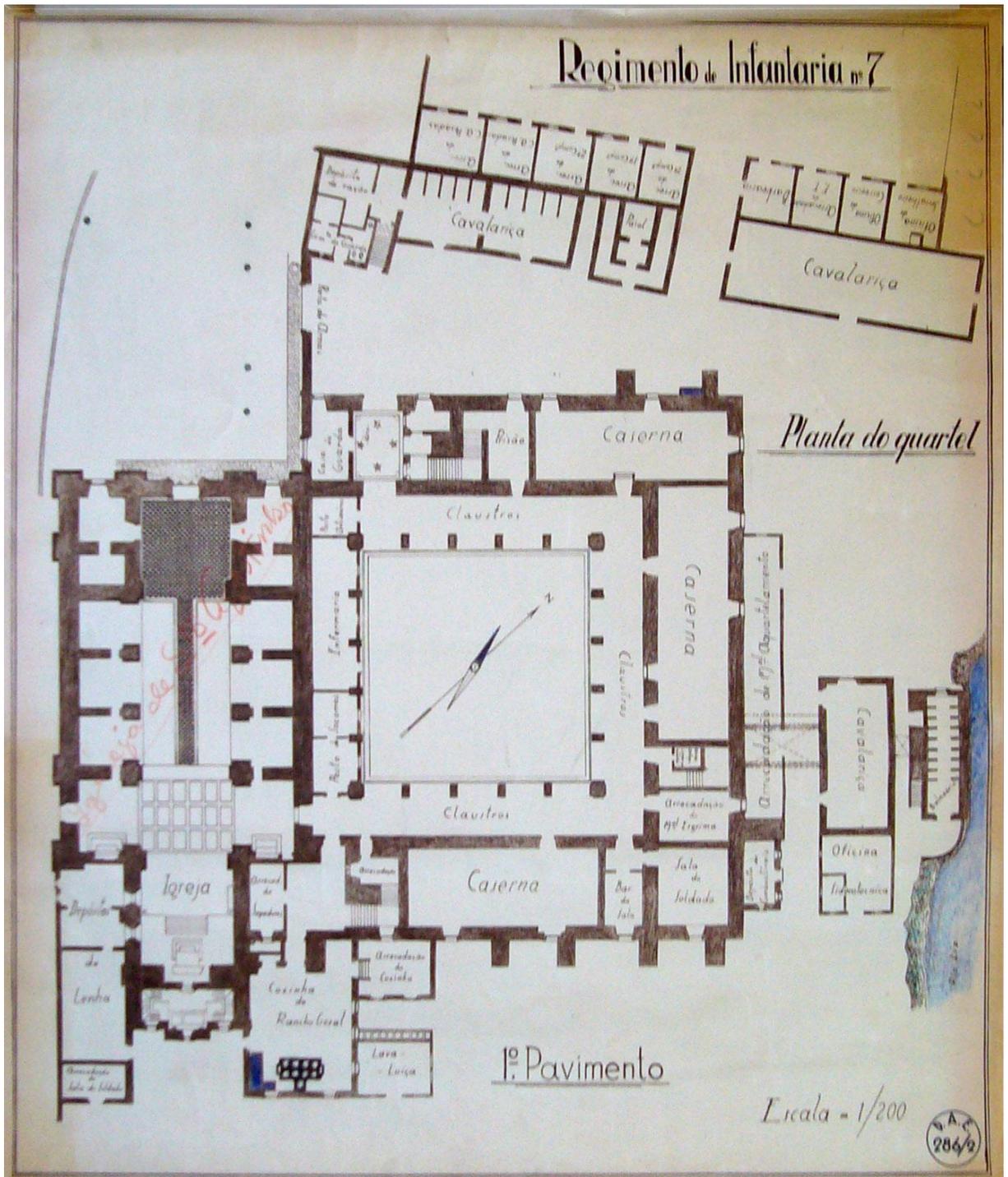
Planta de implantação”



Planta de Implantação

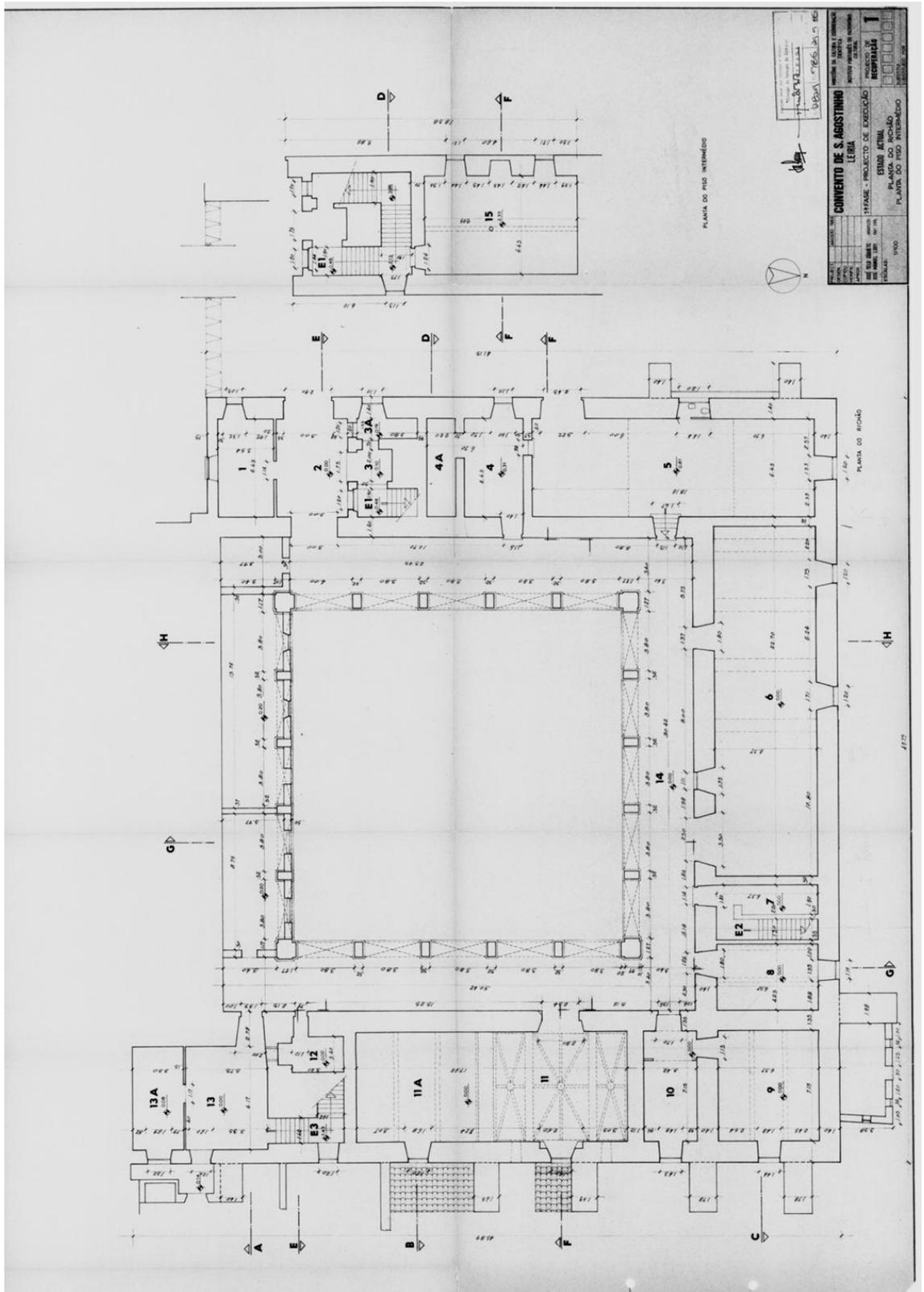


Planta do piso térreo



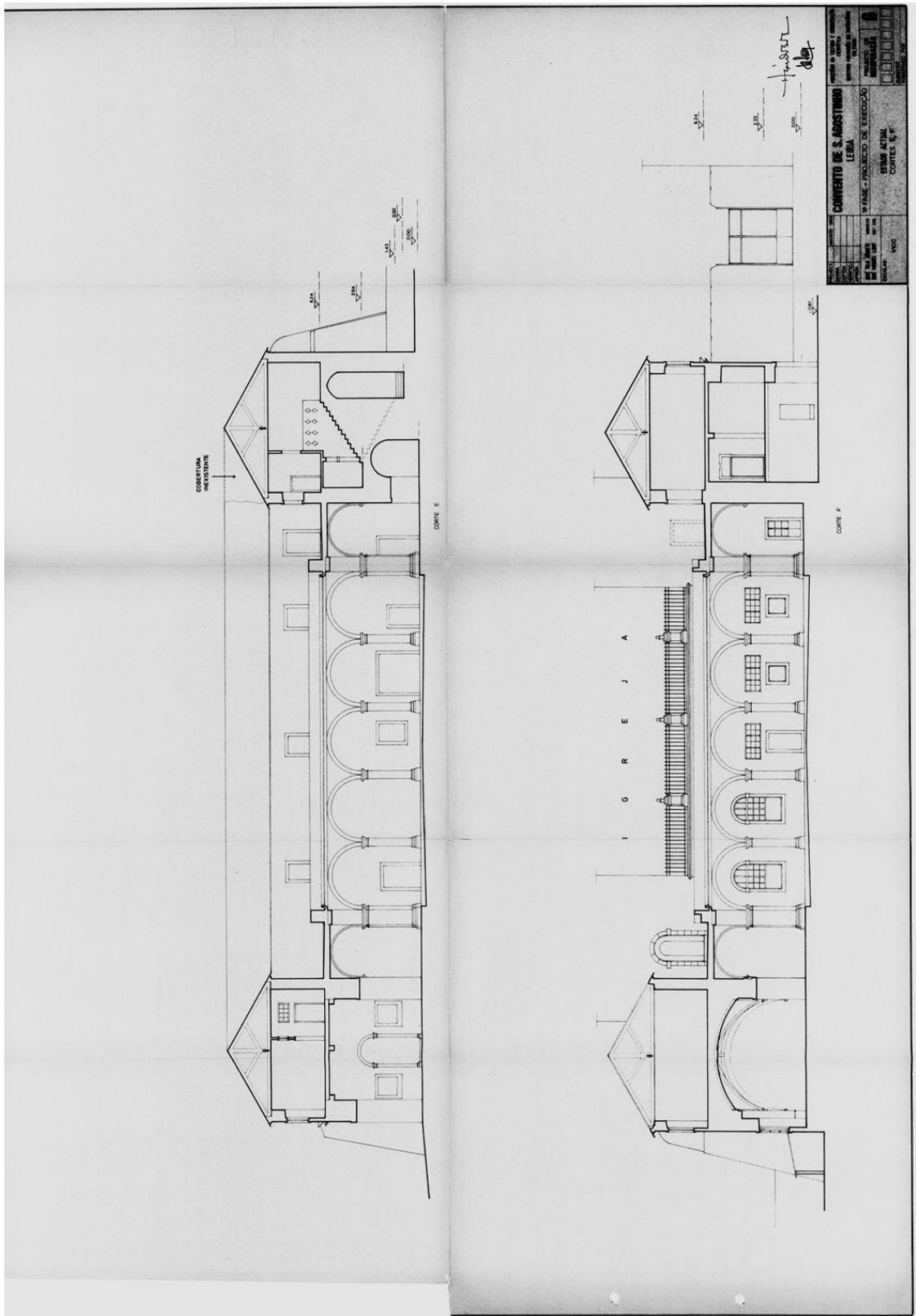
Planta do piso térreo

Levantamento do edifício efectuado em 1982 pelo Arq. José Zúquete (Fonte: DRCC-IPA)



Planta do piso térreo

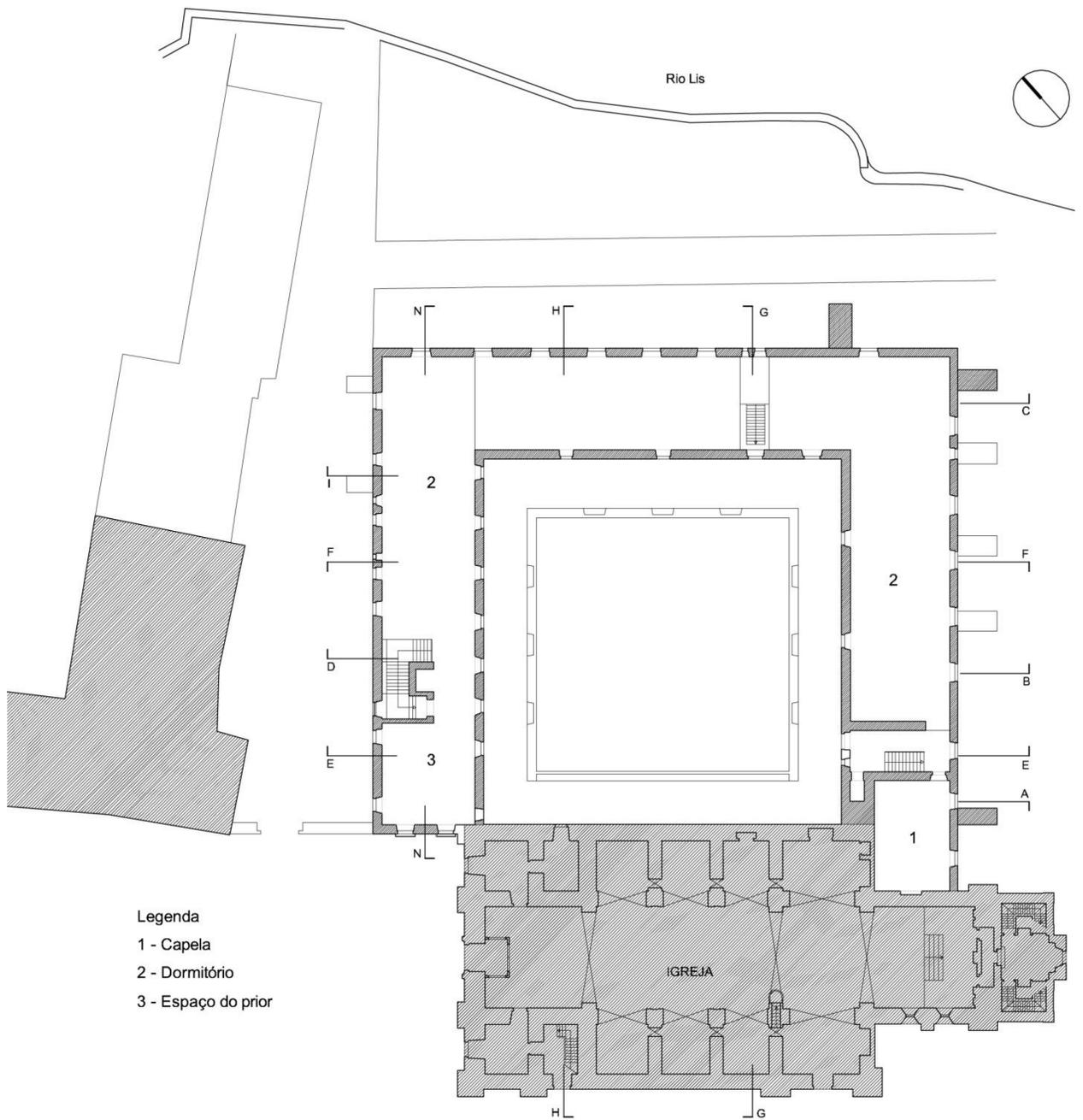
Levantamento do edifício efectuado em 1982 pelo Arq. José Zúquete (Fonte: DRCC-IPA)



Alçados sul e norte do claustro

Levantamento actualizado do edifício e referência ao lugares regulares do convento

(desenhos baseados no levantamento cedido pelo Arq. João P. Correia)



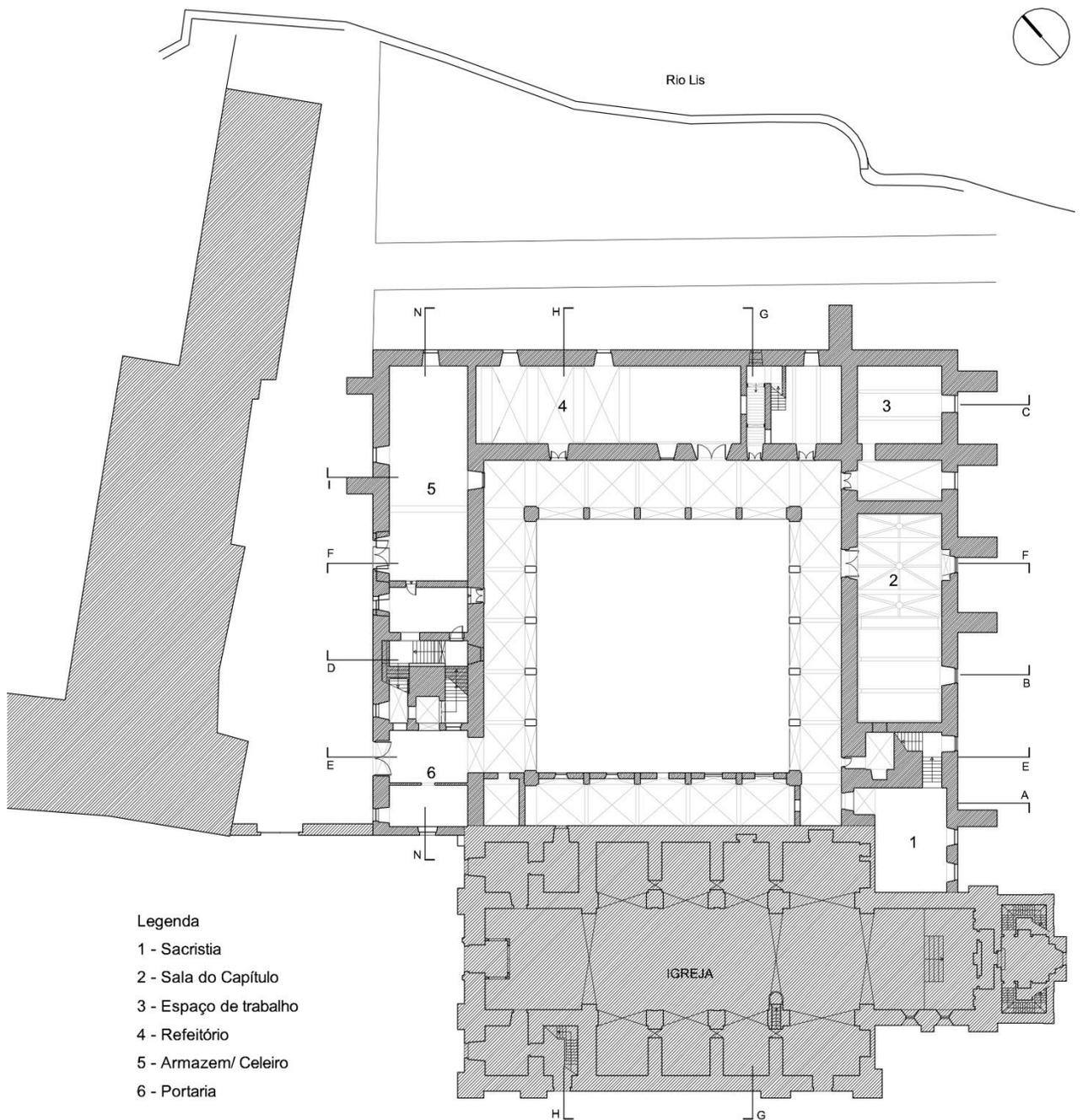
- Legenda
- 1 - Capela
 - 2 - Dormitório
 - 3 - Espaço do prior

Planta do Piso Superior

0 5 10 15

Levantamento actualizado do edifício e referência ao lugares regulares do convento

(desenhos baseados no levantamento cedido pelo Arq. João P. Correia)

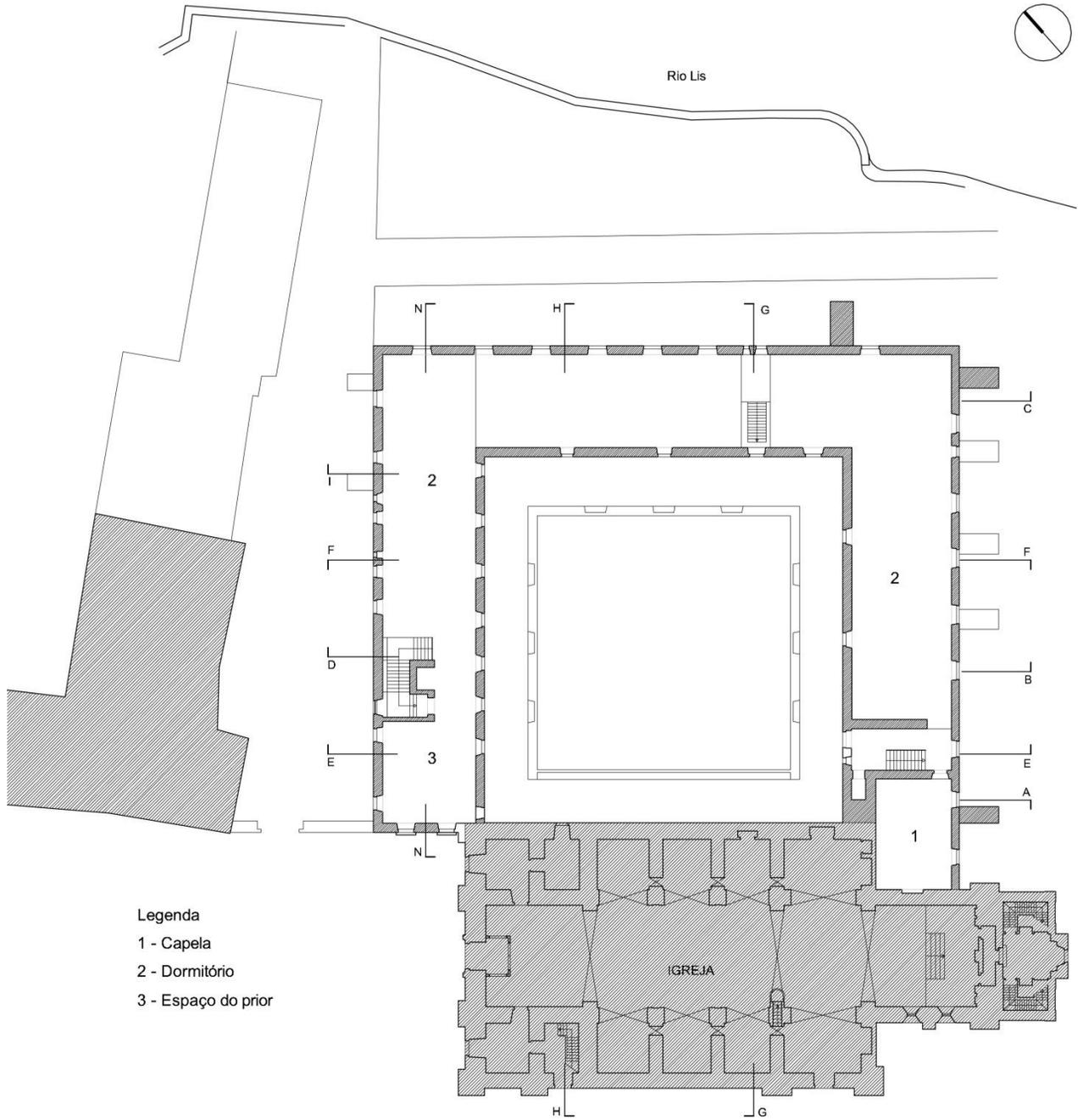


Planta do Piso térreo



Levantamento actualizado do edifício e referência ao lugares regulares do convento

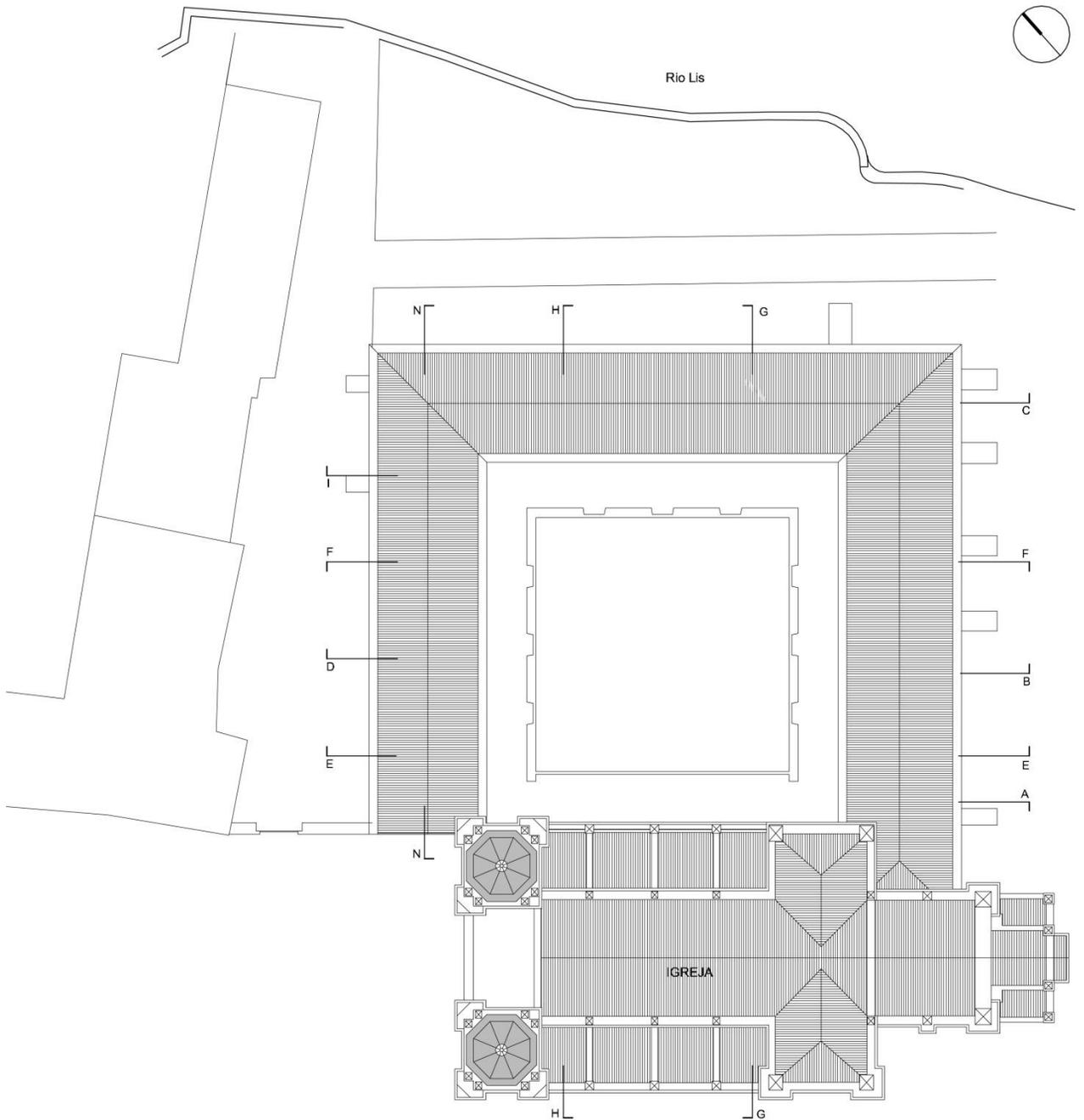
(desenhos baseados no levantamento cedido pelo Arq. João P. Correia)



Planta do Piso Superior

Levantamento actualizado do edifício e referência ao lugares regulares do convento

(desenhos baseados no levantamento cedido pelo Arq. João P. Correia)



Planta de Cobertura

0 5 10 15

Levantamento actualizado do edifício e referência ao lugares regulares do convento

(desenhos baseados no levantamento cedido pelo Arq. João P. Correia)



Corte F

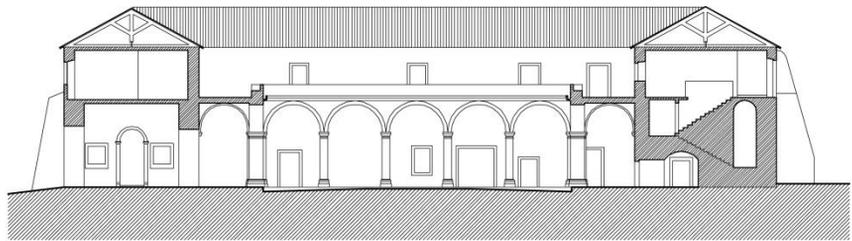


Corte G

0 5 10 15

Levantamento actualizado do edifício e referência ao lugares regulares do convento

(desenhos baseados no levantamento cedido pelo Arq. João P. Correia)



Corte E

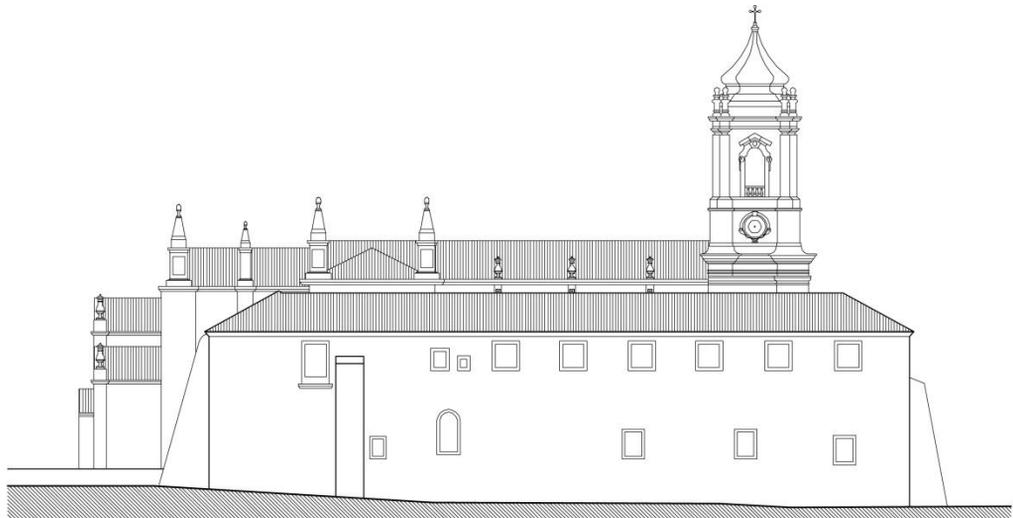


Corte N

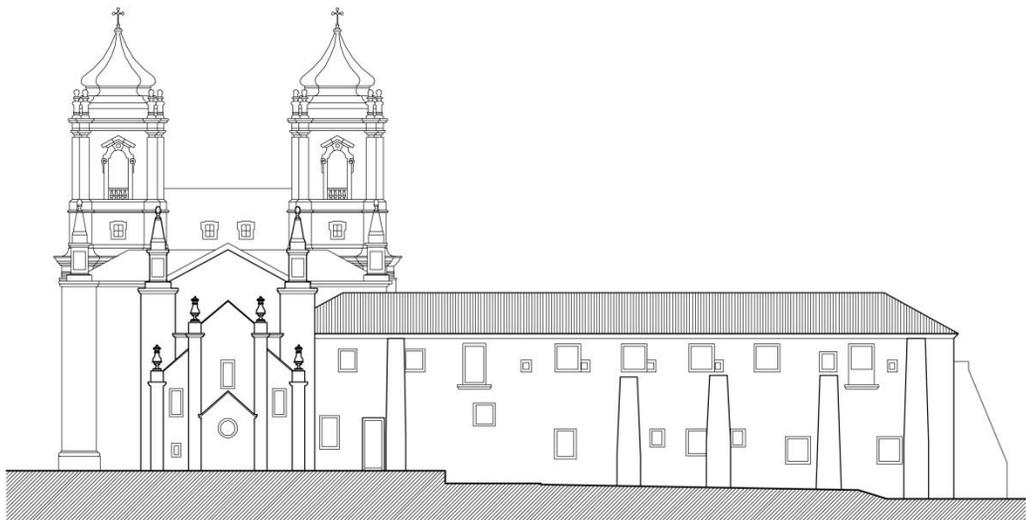


Levantamento actualizado do edifício e referência ao lugares regulares do convento

(desenhos baseados no levantamento cedido pelo Arq. João P. Correia)



Alçado Norte



Alçado Nascente

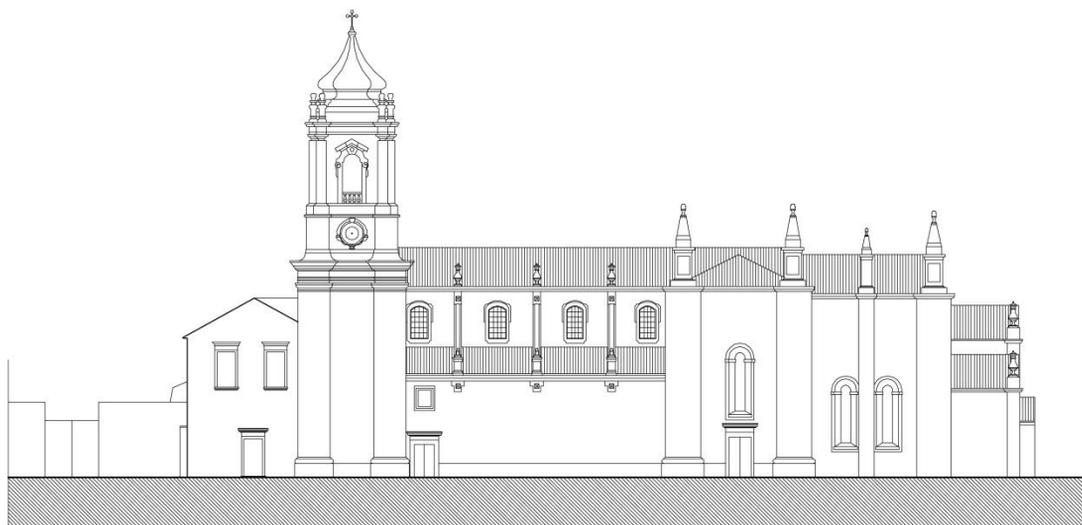


Levantamento actualizado do edifício e referência ao lugares regulares do convento

(desenhos baseados no levantamento cedido pelo Arq. João P. Correia)



Alçado Poente



Alçado Sul

0 5 10 15

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar quero agradecer ao Professor Doutor Virgolino Ferreira Jorge, pelo estímulo e confiança transmitida, pela partilha de conhecimento, pelo rigor e profundidade das críticas e também pelo ânimo e disponibilidade para orientar esta dissertação.

Gostaria também de agradecer às minhas amigas e colegas de mestrado, Sónia e Mariana Jorge, pela partilha e a motivação.

À Câmara Municipal de Leiria, em particular à Dra. Vânia Carvalho, por toda a informação e documentação disponibilizada.

À Direcção de Infra-Estruturas do Exército, pela facilidade permitida na consulta dos processos.

Em particular, agradeço a toda a minha família, a confiança que depositaram em mim e todo o apoio que sempre me deram, e um especial agradecimento à minha irmã Ana, pelo seu permanente apoio e incentivo.

E agradeço, finalmente, a todos os que, de alguma maneira, contribuíram para a realização deste trabalho.

Aos meus filhos